



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 58

II Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 16 de maio de 2018

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves (substituída no decorrer da sessão pela Deputada Graça Silva) e Deputado Jorge Jorge*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 09 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados foram apresentados primeiramente dois votos.

Em primeiro lugar, um **Voto de Congratulação pelo 25.º aniversário do Grupo Folclórico da Casa do Povo das Bandeiras** pelo Sr. Deputado Marco Costa (*PSD*), tendo usado da palavra o Sr. Deputado Miguel Costa (*PS*).

Submetido à votação, o voto supracitado foi aprovado por unanimidade.

Em segundo lugar, foi aprovado também por unanimidade um **Voto de Pesar pelo falecimento de Hermano José Tavares de Medeiros Rego** pelo Sr. Deputado António Vasco Viveiros (*PSD*).

De seguida, foram apresentadas e debatidas declarações políticas, nomeadamente do PSD, pela Sra. Deputada Catarina Chamacame Furtado, tendo para tal usado da palavra as Sras. Deputadas Catarina Cabeceiras (*CDS-*

PP), Bárbara Chaves (*PS*), os Srs. Deputados João Corvelo (*PCP*), Deputado Paulo Estêvão (*PPM*) e ainda o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

No decorrer do debate solicitou a palavra para um protesto o Sr. André Bradford (*PS*) e para um contraprotesto a Sra. Deputada Catarina Chamacame Furtado (*PSD*).

Posteriormente, o Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*) usou da palavra para a segunda declaração política, tendo para a mesma participado os Srs. Deputados Francisco César (*PS*), António Vasco Viveiros (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), bem como o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

A última declaração política foi proferida pela Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*), tendo para tal usado da palavra os Srs. Deputados André Bradford (*PS*), Deputado Artur Lima (*CDS-PP*), Deputado Luís Maurício (*PSD*), Deputado Paulo Estêvão (*PPM*) e ainda o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

De seguida, passou-se diretamente para a Agenda da Reunião com a continuação da discussão do **Projeto de Resolução n.º 50/XI – “Recomenda a criação do “Portal da Transparência e Participação Cidadã” no âmbito do sítio eletrónico da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Participaram no debate os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), André Bradford (*PS*), Francisco César (*PS*) e João Bruto da Costa (*PSD*).

No seguimento da intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*) pediu a palavra para um protesto o Sr. Deputado André Bradford (*PS*).

Após a aprovação por unanimidade, pediram a palavra para declarações de voto os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Francisco Coelho (*PS*) e Artur Lima (*CDS-PP*).

Terminado este ponto, passou-se para o **Projeto de Resolução n.º 61/XI – “Plano Regional de Emergência de Proteção Civil dos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, nomeadamente pelo Sr. Deputado Carlos Ferreira.

Pediram a palavra para participar no debate os Srs. Deputados Manuel Pereira (*PS*), António Lima (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), Alonso Miguel (*CDS-PP*), João Corvelo (*PCP*), José Contente (*PS*), bem como o Sr. Secretário Regional da Saúde (*Rui Luís*).

Tendo o diploma sido rejeitado por maioria, proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Carlos Ferreira (*PSD*), Manuel Pereira (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Posteriormente, foi apresentada a **Petição n.º 22/XI – “Estabelecimento de prazos para a execução das obras previstas na Escola Rui Galvão de Carvalho”**, apresentada por Sofia Carla de Araújo Oliveira Bastos Alexandre, na qualidade de primeira subscritora.

Após a leitura do relatório pelo Sr. Deputado João Paulo Ávila (*PS*), usaram da palavra os Srs. Deputados António Lima (*BE*), Jaime Vieira (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), João Corvelo (*PCP*) e as Sras. Deputadas Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*) e Susana Costa (*PS*).

A **Proposta de Resolução n.º 8/XI – “Atribuição de Insígnias Honoríficas Açorianas”** foi aprovada por maioria, não sem antes terem usado da palavra os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), António Lima (*BE*), Artur Lima (*CDS-PP*), João Corvelo (*PCP*), André Bradford (*PS*) e Duarte Freitas (*PSD*).

Finalizado este ponto, passou-se para o **Pedido de urgência da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 19/XI – “Define os termos da afetação dos resultados líquidos dos jogos sociais explorados pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa atribuídos ao Governo Regional dos Açores”**, justificado pelo Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os

Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*), tendo usado da palavra sobre o mesmo a Sra. Deputada Mónica Seidi (*PSD*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Posteriormente, passou-se para o **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 100/XI – “Recomenda ao Governo Regional que proceda ao pagamento em atraso relativo ao descongelamento da progressão das carreiras da Administração Pública Regional”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Justificado pedido de urgência pelo Sr. Deputado António Lima, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Após a apresentação do **Projeto de Resolução n.º 100/XI – “Recomenda ao Governo Regional que proceda ao pagamento em atraso relativo ao descongelamento da progressão das carreiras da Administração Pública Regional”** pelo Sr. Deputado António Lima (*BE*), iniciou-se o debate com a intervenção do Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*), tendo o mesmo continuado no dia seguinte.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 25 minutos.

Presidente: Peço aos Srs. Deputados e Sras. Deputadas que tomem os seus lugares.

Vou pedir ao Sr. Secretário o favor de fazer a chamada.

(Eram 10 horas e 09 minutos)

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira **Luís**
André Jorge Dionísio **Bradford**
André Cláudio Gambão **Rodrigues**
Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**
Carlos Emanuel Rego **Silva**
Dionísio Medeiros Faria e **Maia**
Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**
Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral
Iasalde Fraga **Nunes**
João Paulo **Ávila**
João Vasco Pereira da **Costa**
José António Vieira da Silva **Contente**
José Manuel Gregório de **Ávila**
Manuel Alberto da Silva **Pereira**
Manuel José da Silva **Ramos**
Maria da **Graça** Oliveira **Silva**
Maria Isabel da Silveira Costa Rosa **Quinto**
Mário José Diniz **Tomé**
Miguel António Moniz **Costa**
Mónica Gomes Oliveira **Rocha**
Pedro Miguel Medeiros de **Moura**
Renata **Correia** **Botelho**
Ricardo Bettencourt **Ramalho**
Sónia Cristina Franco **Nicolau**
Susana Goulart **Costa**
Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares **Marinho**
António Manuel Silva **Almeida**
António Oldemiro das Neves **Pedroso**
António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**
Bruno Filipe de Freitas **Belo**
Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**
Catarina Goulart **Chamacame Furtado**
César Leandro Costa **Toste**
Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**
João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**
Jorge Alexandre Alves Moniz **Jorge**
Luís Carlos Correia **Garcia**
Luís **Maurício** Mendonça Santos
Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**
Marco José Freitas da **Costa**
Mónica Reis Simões **Seidi**
Paulo Henrique **Parece** Batista

Partido Popular (CDS/PP)

Alonso Teixeira **Miguel**
Artur Manuel Leal de **Lima**
Catarina de Oliveira **Cabeceiras**
Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Zuraida Maria de Almeida Soares

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

João Paulo Valadão Corvelo

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 50 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

A nossa manhã de hoje está reservada ao PTAP, temos dois votos ao que se seguirão as declarações políticas.

O primeiro voto é de congratulação apresentado pelo PSD referente ao 25.º aniversário do Grupo Folclórico da Casa do Povo das Bandeiras.

Tem a palavra o Sr. Deputado Marco Costa.

Deputado Marco Costa (PSD): Exma. Sra. Presidente, Exmos. Srs. Deputados, Exmos. Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

25.º aniversário do Grupo Folclórico da Casa do Povo das Bandeiras

Inicia os seus ensaios em abril de 1992, no seio da Casa do Povo das Bandeiras, aglutinando em seu redor as boas vontades de perpetuar as tradições e vivências da Freguesia das Bandeiras.

A 09 de maio de 1993 estreia-se o Grupo Folclórico da Casa do Povo das Bandeiras, com a presença de todos os Grupos da Ilha do Pico e apadrinhado pelo Grupo Folclórico de Pedro Miguel, da ilha do Faial.

No ano seguinte deu-se a primeira atuação no exterior da Região, com a participação no XIV Festival Nacional de Folclore e no VII Festival Internacional de Paço do Sousa.

Os trajés procuravam representar tanto o trabalho no campo, como os momentos mais nobres das vivências da freguesia, recorrendo a testemunhos do passado, em que a freguesia se envolveu de forma entusiasta.

Numa freguesia humilde, onde as vivências das vinhas e o trabalho no campo sempre se apresentaram como as principais opções, o folclore representou, e representa, tradição, momentos de convívio e orgulho nas raízes e origens.

No concelho da Madalena existem, de forma ativa, seis grupos de folclore, um por cada uma das freguesias e é justo que se refira que só se mantêm em atividade graças à entreatajuda e colaboração, principalmente dos tocadores, que se desdobram entre os vários grupos.

É sempre delicada a referência aos principais atores desta história de 25 anos, mas será certamente do agrado de todos que possamos referir a importante da função do Senhor Carlos Brum e Professora Lívia, na qualidade de presidente da Casa do Povo das Bandeiras, o Senhor António Garcia, Senhora Emília Gonçalves, Senhor José Dias e Manuel Silveira, como primeiros responsáveis pelo reportório e o Virgílio Silva na qualidade de primeiro ensaiador.

Foram estes os primeiros atores e aos quais apresentamos a nossa homenagem.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias aplicáveis, o grupo parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de congratulação pelo 25.º aniversário do Grupo Folclórico da Casa do Povo das Bandeiras, felicitando todos os membros que ao longo dos anos mantiveram o grupo.

Do mesmo deverá ser dado conhecimento ao Grupo Folclórico da Casa do Povo das Bandeiras, à Casa do Povo da Bandeiras, à Junta de Freguesia das Bandeiras, à Assembleia Municipal da Madalena e à Câmara Municipal da Madalena.

Horta, sala das sessões, 16 de maio de 2018.

Os Deputados, Duarte Freitas, Luís Maurício, Mónica Seidi, António Vasco Viveiros, Paulo Parece, Jorge Jorge e Marco Costa

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Miguel Costa tem a palavra.

(*) **Deputado Miguel Costa (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Naturalmente que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista se associa a este voto, congratulando o Grupo Folclórico da Casa do Povo das Bandeiras e todos os que com eles estão associados e são muitas pessoas e que ao longo destes últimos 25 anos têm sabido de forma exemplar manter viva uma expressão cultural que também nos caracteriza na ilha do Pico.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de pesar pelo falecimento de Hermano Rego. É apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Hermano Rego

Faleceu no passado dia 12 do corrente mês o empresário do ramo imobiliário Hermano Rego.

Natural de Ponta Delgada, Hermano José Tavares de Medeiros Rego, bancário de profissão, destacou-se na sociedade micalense como empresário pioneiro na mediação imobiliária.

Com a experiência adquirida enquanto funcionário do Serviço de Finanças de Ponta Delgada e, posteriormente, do, então, Banco Comercial dos Açores, fundou em 1981 a Hermano Rego Mediação Imobiliária Sociedade Unipessoal, Lda.

Com a afirmação do processo de implementação da Autonomia Regional, e o conseqüente desenvolvimento social e económico da Região, o sector da mediação imobiliário conheceu novos patamares, tendo o empresário Hermano Rego sido um dos impulsionadores deste novo sector da economia micalense.

O contributo de Hermano Rego para a sociedade micalense não se quedou pela economia, tendo sido um cidadão empenhado no desenvolvimento e afirmação do Poder Local. No período 2013 – 2017 exerceu as funções de Membro da Assembleia Municipal de Lagoa, eleito pelas listas do Partido Social Democrata, dos Açores.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento de Hermano José Tavares de Medeiros Rego, do qual deve ser dado conhecimento à família.

Horta, Sala das Sessões, 16 de maio de 2018.

Os Deputados, Duarte Freitas, Luís Maurício, Mónica Seidi, Paulo Parece e António Vasco Viveiros

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: A Mesa não recebeu mais nenhum voto, pelo que vamos avançar para as declarações políticas.

A primeira cabe ao PSD. Sra. Deputada Catarina Furtado tem a palavra.

(Neste momento, a Deputada Graça Silva substituiu a Deputada Bárbara Chaves na Mesa)

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em abril e maio deste ano o Grupo Parlamentar do PSD Açores visitou os Centros de Processamento de Resíduos de São Jorge e da Graciosa.

O que vimos foi o resultado de uma política de gestão de resíduos baseada no princípio do salve-se quem puder.

É certo que a nossa realidade insular representa um desafio acrescido à infraestruturação para o tratamento e destino final dos resíduos e, claro está, ao transporte marítimo dos resíduos entre ilhas, ou das ilhas para o território continental.

Mas, foi por isso que se dotou a Região com um quadro normativo exigente e com uma estrutura de gestão, supostamente moderna e ambiciosa. Deveriam estas capacitações, em cada uma das ilhas, “contribuir para a resolução dos problemas e lacunas existentes na gestão de resíduos”.

Não entendemos, portanto, como é que tantas lacunas e tantos problemas continuam a persistir, e em alguns casos de forma tão gritante.

Qualquer um de nós ao ler os objetivos em matéria de prevenção e gestão de resíduos dos Açores ficará com uma ideia maravilhosa e fantasiosa sobre o que acontece ao lixo na Região, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... mas o facto é que a realidade mostra-nos algo bem diferente, algo dececionante, algo que deveria envergonhar quem traça e orienta o rumo das políticas ambientais na Região. Algo que dá nota do falhanço na implementação das políticas de prevenção e gestão de resíduos na Região.

Mas o sentido de impunidade e a irresponsabilidade tendem a toldar certas características da personalidade humana e, por isso, certos que estamos que vergonha ou humildade para reconhecer as falhas não serão ingrediente nesta “receita”.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sustentabilidade, defesa da saúde pública, minimização do uso de recursos não renováveis, ou economia circular, não passam de chavões para quem tomar contacto com aquilo que é a realidade da prevenção e gestão de resíduos em algumas das nossas ilhas ...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

A Oradora: ... – São Jorge e Graciosa são dois exemplos disso.

Na operacionalização da estratégia de gestão de resíduos conceberam-se projetos e construíram-se infraestruturas em todas as ilhas. Privilegiou-se uma infraestruturização baseada em unidades de valorização orgânica. Determinou-se a construção de apenas dois aterros, um em São Miguel e outro na Terceira, licenciados para receberem o refugo das restantes ilhas, e deu-se início aos procedimentos de selagem dos restantes aterros, com conclusão prevista e anunciada para 2016.

No papel pareceu e parece tudo maravilhoso. No papel tínhamos uma política de prevenção e gestão de resíduos que dá resposta concreta às necessidades e problemas da Região.

Fora do papel, porém, tudo é diferente!!!

Fora do papel a selagem dos aterros das sete ilhas resvalou para além de 2016 e em algumas ilhas com aterros selados, surgiram, convenientemente, “buracos” para fazer desaparecer algumas toneladas de resíduos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É grave!

A Oradora: Toneladas que ao desaparecerem deturpam as estatísticas ...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

A Oradora: ... e colocam em causa os relatórios.

Deputado Marco Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: É caso para colocar em causa as estatísticas que apontam, por exemplo, para a ilha da Graciosa uma percentagem de valorização orgânica e material na ordem do 80%.

Fora do papel o que existe em algumas ilhas são autênticas lixeiras com telhado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Lixeiras onde os resíduos, misturados num cocktail insalubre colorido, quase tocam no teto – basta visitar o Centro de Processamento de Resíduos da Graciosa para ver esse cenário.

Fora do papel existem enfardadores de resíduos, estações de transferências, estações de tratamento de águas lixiviantes e uma série de outros equipamentos que custaram “balúrdios” e que não funcionam.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

A Oradora: Fora do papel algumas ilhas têm instalações sujeitas à corrosão e à degradação, fruto do recurso a projetos desajustados, da utilização de materiais inadequados, da inexistência de ações de limpeza e de manutenção dos edifícios

e dos equipamentos, mas também de uma precária e duvidosa fiscalização e acompanhamento por parte das autoridades para aquela que é a atividade destes Centros.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É verdade! Era mandar fazer a inspeção!

Deputado António Almeida (PSD): É verdade!

A Oradora: Fora do papel existem na Região enormes dificuldades no transporte de resíduos entre as ilhas, dificuldades essas que levam a artimanhas terceiro-mundistas, sempre impunes e que sugerem compadrios vergonhosos, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É verdade!

Deputado Bruno Belo (PSD): Uma autêntica vergonha!!

A Oradora: ... para fazer desaparecer algumas toneladas de resíduos num buraco qualquer, ...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: ... seja uma pedreira ou um aterro a ser selado.

Fora do papel o que se produz em quase todas as ilhas é um composto sem qualidade e sem possibilidade de escoamento no mercado, mas que nas estatísticas contribui de forma enviesada para alcançar metas a que estamos obrigados.

Fora do papel verifica-se incapacidade para a receção e gestão de algumas tipologias de resíduos, falamos em concreto dos subprodutos de origem animal e, aliás, o Grupo Parlamentar do PSD Açores teve a oportunidade de ver, *in loco*, em São Jorge, o sangue proveniente de animais abatidos no matadouro da ilha, a ser despejado, sem qualquer tipo de controlo, em zona de cascalho, sem

qualquer tela de impermeabilização, dentro do perímetro do centro de processamento de resíduos, uma prática ilegal ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Perigo para a saúde pública!

Deputado Bruno Belo (PSD): Uma vergonha!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): A política de resíduos socialista é uma aldrabice!

A Oradora: ... a ser efetuada. Fiscalização ...

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Considerou sua Excelência o Presidente do Governo Regional dos Açores, em Santa Maria, em 2016, aquando da inauguração do centro de processamento daquela ilha, que culminou com a conclusão da rede de centros de processamento de resíduos da Região, que se estava perante e cito " uma das maiores transformações estruturais" a que a Região assistiu nos últimos anos. Anunciou, ainda, sua Excelência o Presidente do Governo Regional, que os Centros de Processamento de Resíduos construídos nas várias ilhas dos Açores, "num investimento de 38 milhões até 2016, permitiram criar mais de uma centena de postos de trabalho, dando expressão prática ao contributo da 'economia verde' para a criação de emprego".

Vemo-nos obrigados ... é pena que não esteja aqui o Sr. Presidente, ...

Deputado André Bradford (PS): Para assistir à sua apresentação!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Era bom que ele fosse à Graciosa e a São Jorge!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E devia ir falar com as pessoas! Respira-se muito bem lá!

A Oradora: ... porque gostaríamos de questionar se tem visitado recentemente algumas dessas infraestruturas. Teremos sérias dúvidas de que continuará tão regozijado com as condições desses postos de trabalho.

Um Centro de Processamento de Resíduos não deveria ser uma lixeira com telhado. Não deveria ser um barracão numa batalha perdida contra a ferrugem, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Para falar com as pessoas que lá trabalham!

A Oradora: ... nem tão pouco deveria ser um santuário para ratos e baratas.

Os números dos relatórios, as estatísticas abonatórias, claramente deturpadas e falseadas, não nos impressionam, impressionou sim o que vimos em São Jorge e na Graciosa.

Investiram-se, ou melhor gastaram-se 38 milhões de euros na construção da rede de centros de processamento de resíduos da Região. Só para os Centros de Processamento de Resíduos de São Jorge e da Graciosa estamos a falar de 12 milhões de euros.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

A Oradora: Os Jorgenses, Graciosenses e todos os Açorianos merecem mais do que barracões onde se esconde a sujidade ambiental e intelectual de quem nos governa.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Deputado André Bradford (PS): Oh senhora, não seja desagradável: sujidade intelectual de quem nos governa!

A Oradora: Uma enorme transformação estrutural em matéria de prevenção e gestão de resíduos é, de facto, realmente necessária. A construção de uma rede de Centros de Processamento de Resíduos na Região e a sua concessão, não descartam as responsabilidades governamentais na matéria.

Além de responsabilidades ao nível das condições de trabalho e da defesa da saúde pública, em termos ambientais existem responsabilidades que não têm sido assumidas. Falamos da garantia do cumprimento das obrigações contratuais constantes dos cadernos de encargos das concessões, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É das coisas mais graves que se estão a passar na Região!

A Oradora: ... referentes, por exemplo, à higienização e limpeza das instalações, ao bom estado das infraestruturas, ou ao bom estado e funcionamento dos equipamentos. O que temos é um abandono que dá nota do falhanço na implementação das políticas de prevenção e gestão de resíduos na Região.

Solicitamos que haja humildade, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Da sua parte não há muita! Pedir humildade quando não se tem é demais!

A Oradora: ... coragem e honestidade política e intelectual ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Essa tem direitos de autor!

A Oradora: ... para assumir o falhanço e para fazer cumprir o que está no papel.

Deste Governo exige-se muito mais!!!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado André Bradford inscreveu-se para intervir nesta declaração política.

Deputado André Bradford (PS): Eu pedi a palavra para um protesto, Sra. Presidente.

Presidente: Um protesto a?

(*) **Deputado André Bradford (PS):** No sentido de que a Sra. Deputada ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, quero ouvir, por favor.

O Orador: ... considerou que se escondia a sujidade intelectual de quem nos governa e acho que não é adequado.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

Dispõe de três minutos.

Sras. e Srs. Deputados!

Deputado Paulo Parece (PSD): Nem sequer consegue ser reciclado!

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu recorri à figura do protesto não pelo conteúdo e pelo tema, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Quer é desviar o assunto! É especialista nessa área!

O Orador: ... nem pela forma como a Sra. Deputada entendeu tratar a questão dos resíduos e do tratamento de resíduos na Região, porque isso é legítimo. A senhora tem razão em algumas coisas que disse, não tem razão numa série de outras coisas que disse.

Agora o que não é admissível é que para tratar o tema dos resíduos na Região a senhora tenha encontrado uma maneira de falar em sujidade intelectual do Governo e da maioria que o suporta.

Nós não aceitamos esse tipo de linguagem vindo de si, nem vindo de ninguém.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Oh!... Fica tão mal ao senhor como líder!

O Orador: Não é a linguagem adequada ao debate político. Não fica bem à senhora, mas também não fica bem a esta Casa. Nós não nos tratamos assim aqui. Não nos tratávamos assim antes da senhora chegar. Portanto, espero que não seja agora ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... a partir do momento que a Sra. Deputada chegou cá, que se vá passar a usar este tipo de linguagem nesta Casa.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto à Sra. Deputada se quer usar da palavra para um contraprotesto.

Tem a palavra, dispõe de dois minutos.

(*) **Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esse protesto dá bem nota do que se quer trazer aqui no âmbito deste debate é realmente desonestidade intelectual. Então estamos a tratar de assunto que é de extrema...

Deputado André Bradford (PS): Sujidade, foi o que a senhora disse!

A Oradora: O que é que querem trazer?

Estamos a falar de um assunto que é sério, ...

Deputado Paulo Parece (PSD): Querem desviar as atenções!

A Oradora: ... de um assunto que deveria merecer uma análise da vossa parte e a vossa preocupação é tentar desviar o rumo do debate.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições para participar no debate desta declaração política.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Efetivamente e no caso em concreto do Centro de Processamento de Resíduos é público o mau funcionamento daquele centro, é público que aquele centro de processamento começou mal desde o início e que até agora nunca funcionou ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... e aquele é mais um exemplo que acontece, infelizmente, não único na nossa Região de que as coisas no papel são muito bonitas, mas na prática nada funciona e estão muito longe do que está no papel.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

Deputado Paulo Parece (PSD): Muito bem!

A Oradora: No caso em concreto no Centro de Processamento de Resíduos de São Jorge ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Tudo para debaixo do tapete!

A Oradora: ... a verdade é que não recebe todas as tipologias de resíduos, não existe uma bolsa de depósito de carcaças de animais e neste momento no caso da agricultura eu acho que talvez seja dos casos mais graves que temos em termos de saúde pública na ilha de São Jorge ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... neste momento passa-se exatamente pelo facto de não existir uma bolsa para as carcaças, para depositar as carcaças, o que faz com que os agricultores tenham de andar com os animais mortos, a sangrar, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... para levá-los até cerca de 30 ou mais quilómetros para enterrá-los na sua exploração e é assim que estamos a funcionar na ilha de São Jorge.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Que horror!

A Oradora: Também é verdade e é do conhecimento público, até foram divulgadas fotografias ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Oradora: É do conhecimento público, até foram na altura divulgadas fotografias do amontoar de lixo que acontece no centro de processamento em que não há uma gestão correta desses resíduos e que põe em causa quer o princípio do centro de processamento e o objetivo para que foi criado, para além de que põe em risco a saúde também daqueles que lá trabalham, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... portanto, os trabalhadores não estão neste momento salvaguardados, aqueles que lá exercem as suas funções. Isto é do conhecimento público de todos.

A questão que fica aqui no ar é: o que é que é preciso acontecer...

Deputado Marco Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... para existir uma intervenção e uma resposta por parte do Governo Regional?

É esta a imagem que a gente quer dos Açores?

Deputado Carlos Silva (PS): E a autarquia, Sra. Deputada?

A Oradora: É este o ambiente que queremos para os açorianos que cá vivem?

Julgo que não e a pergunta que fica é: o que é que é preciso, tendo conhecimento o Governo do que lá ocorre, ...

Deputado Carlos Silva (PS): E o passado da autarquia? Ela fica sentada à espera!

A Oradora: ... para uma ação do Governo, uma vez que isto tudo, no caso concreto da ilha de São Jorge, é do conhecimento público e basta ir lá?

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caro Colega:

Relativamente à declaração política trazida aqui pelo PSD, não posso deixar de fazer um ponto prévio para dizer que ...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Para a honestidade intelectual!

O Orador: ... todos nós naturalmente temos a legitimidade de trazer aqui os assuntos que muito bem entendemos no âmbito das nossas competências e das nossas funções neste Parlamento, ...

Deputado Marco Costa (*PSD*): E há piores!

O Orador: ... mas não nos parece que no âmbito de qualquer debate sejam aceitáveis alguns dos termos e algumas das referências que a Sra. Deputada Catarina Furtado fez na sua declaração política.

Deputado Paulo Parece (*PSD*): Isso já foi falado!

O Orador: Portanto, não perderei um único minuto que seja a responder a esse tipo de afirmações que ficam naturalmente com quem as profere.

Deputado Luís Rendeiro (*PSD*): O que interessa são os resíduos!

O Orador: Relativamente ao assunto que está aqui em apreciação de facto a Sra. Deputada Catarina Furtado referiu na sua declaração política uma questão muito relevante que é o reconhecimento do trabalho inquestionável, do investimento inquestionável que o Governo dos Açores tem feito ...

Deputado Luís Rendeiro (*PSD*): Questionável! Sr. Secretário veja os resultados. Vá lá ver como é que as coisas estão!

Deputado Paulo Parece (*PSD*): O pior cego é o que não quer ver!

O Orador: ... na transformação da rede de centros de processamento de resíduos na nossa Região e que é também um ativo muito relevante para aquilo

que nós queremos que sejam os Açores enquanto destino sustentável e enquanto uma Região ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Aquilo que nós queremos fazer realçando a imagem dos Açores enquanto um destino sustentável e enquanto um destino que dá muito valor e que encara com grande mais valia todas as questões ambientais, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E a realidade é aquilo que se vê!

O Orador: ... da sustentabilidade ambiental e daquilo que isso garante não só para o destino Açores, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E a realidade ambiental é ocultada pelo Sr. Secretário!

O Orador: ... mas sobretudo para quem cá vive e para quem faz a sua vida.

Depois há outra questão que é aliás o *modus operandi* do PSD/Açores no âmbito da sua abordagem ...

Deputado Paulo parece (PSD): Isso é conversa redonda! Isso é “baliês”!

O Orador: Oh, Sra. Presidente, eu gostava de poder fazer uma intervenção com ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Esta gritaria não para!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Sr. Secretário, faça o favor de continuar.

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Não posso deixar de referir este *modus operandi* do PSD que é a tentativa de confundir a árvore com a floresta, ...

Deputado António Almeida (PSD): Não é tentativa, é objetiva!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Visite as carcaças!

O Orador: ... de no meio das apreciações políticas que faz, com certeza legítimas, gosta de lançar anátemas e criar nuvens relativamente àquilo que é

feito genericamente e não se circunscrevendo às questões específicas como foram referidas no caso em concreto Graciosa e São Jorge.

Devo dizer com toda a frontalidade que de facto a operação dos CPRs dessas ilhas em determinados momentos não correram bem, ...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Nunca correram! Nunca correram! Admita: nunca correu bem!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Em determinados momentos?!

O Orador: ... não correram como nós gostaríamos que tivessem corrido e ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor hoje está muito sensível aos apertes!

O Orador: ... quem tem a obrigação, segundo aquilo que estava definido no caderno de encargos de explorar esses CPRs não cumpriu a determinada altura devidamente as suas responsabilidades. Não cumpriu as suas responsabilidades!

Deputado Duarte Freitas (PSD): E agora cumpre!

O Orador: A verdade é que quando começaram a surgir os primeiros problemas o Governo agiu de imediato.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nota-se!

O Orador: O Governo fez as fiscalizações que tinha que fazer, fez as reuniões de monitorização que tinha que fazer, fez as ações de fiscalização que tinha de fazer ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Então quer dizer que está tudo bem!

O Orador: ... e no caso em concreto de São Jorge e da Graciosa estamos atualmente a fazer controles e monitorizações semanais para avaliar o ponto de situação e aquele que tem sido o trajeto dessa questão.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Nota-se! O Sr. Secretário acabou de telefonar para a Inspeção de Ambiente para ir lá fiscalizar!

O Orador: Por exemplo, muito recentemente em março a Sra. Secretária esteve, no caso da Graciosa, também ela própria presencialmente a fazer um conjunto de diligências sobre esse assunto.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Ela esteve lá!! Isso ainda é mais grave!

O Orador: Portanto, devido a essas diligências, devido aos contatos que têm sido desenvolvidos com a empresa e também em nome do cumprimento daquilo que consta do caderno de encargos que têm sido feitos esses controles e também é bom que tenhamos noção de uma coisa: que nestes processos não só no âmbito da fiscalização do cumprimento do caderno de encargos, não só no âmbito daquilo que é o acompanhamento do trabalho daqueles centros de processamento de resíduos, temos todos que ter em conta também as consequências de rescisões unilaterais e as consequências que daí podem advir para a população que está naquelas ilhas e que quer naturalmente ter os bons serviços no âmbito do tratamento de resíduos, tendo em conta a importância que isso tem para a vida quotidiana das populações destas ilhas, para quem lá vive, para quem lá faz a sua vida e para quem lá tem atividade económica.

Também é importante dizer o seguinte: nesta questão dos centros de processamento de resíduos é importante realçar também o trabalho que tem sido desenvolvido e a exigência que é necessária ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Exigência?! Tal barbaridade!

Deputada Catarina Chamame Furtado (PSD): Com uma exigência dessas!...
A exigência está no papel!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor sabe quem são os únicos que não estão a cumprir!

O Orador: ... no envolvimento de todas as entidades neste âmbito, quer quem explora os centros de processamento de resíduos, o Governo dos Açores e também as autarquias e também os municípios que como se sabe têm especiais responsabilidades também em todas estas matérias.

E também posso dizer o seguinte: neste momento, depois da fiscalização que tem sido desenvolvida, ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Isso é mais grave ainda!

O Orador: ... no âmbito do acompanhamento e das monitorizações semanais que estão a ser desenvolvidas ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: ... atualmente as taxas estão estabilizadas e atualmente a Graciosa e São Jorge têm taxas de valorização de resíduos acima dos 80%, ou seja, ...

Deputado Paulo Parece (PSD): O senhor está vivendo uma fantasia!

O Orador: ... são as ilhas que lideram as taxas regionais atualmente.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Minha Nossa Senhora!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O único problema é que isso não é verdade! Isso é sujidade intelectual! Não querem que se diga, mas é!

Deputado Paulo Parece (PSD): Enganaram o Sr. Secretário!

O Orador: Portanto, Sras. e Srs. Deputados, ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... os senhores poderão fazer aquilo que entenderem, poderão trazer aqui os assuntos que entenderem, nós com toda a frontalidade assumimos que houve questões e procedimentos que não correram bem, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isso é sujidade intelectual!

O Orador: ... sobretudo nos centros de processamento de resíduos de São Jorge e da Graciosa. Isso é inquestionável, mas agimos em nome daquilo que consta do caderno de encargos, em nome daquelas que são as obrigações com a empresa concessionária e, portanto, essas taxas ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: ... estão estabilizadas e estamos certos que daqui para a frente tudo se estabilizará ainda mais e ainda melhor para descanso da Sra. Deputada

Catarina Furtado e para descanso, sobretudo, das populações da ilha de São Jorge e da ilha da Graciosa.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Paulo Parece (PSD): Engaram o Sr. Secretário! Três Deputados de uma ilha e enganaram o Sr. Secretário! Nós estivemos lá!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sras. e Srs. Deputados!

A Sra. Deputada Catarina Cabeceiras tinha pedido a palavra para uma interpelação.

Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Após as declarações do Sr. Secretário como considero que ele deve estar equivocado com o centro de processamento que nós estamos a falar, é para dizer que nós vamos fazer chegar à Mesa as fotografias atuais do Centro de Processamento de Resíduos de São Jorge.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Depois haveremos de distribuir por todos.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP reconhecendo que nem tudo está bem na Região Autónoma dos Açores em termos ambientais, mas também reconhecendo que tem existido trabalho por parte do Governo do Partido Socialista nesta matéria e a última visita feita pela Representação Parlamentar a São Jorge, veio-se a constatar que os agricultores de São Jorge e, aliás, se o PSD tivesse feito uma visita talvez a São Jorge e aos jovens agricultores em São Jorge, perceberia melhor o que veio para aqui dizer.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Agora ficamos a perceber muita coisa!

Deputado António Almeida (PSD): Já lá estivemos!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: O que veio para aqui dizer não é totalmente verdade e não é totalmente verdade, porque o que está acontecendo em São Jorge é que o matadouro é obsoleto, todos nós sabemos disso, mas que foi dito por parte dos jovens agricultores e do próprio IAMA que o Governo Regional iria construir, como está construindo aqui, na ilha do Faial.

Nós todos sabemos que os subprodutos são enviados para a ilha Terceira, para a incineradora, mas que por exemplo o conteúdo ruminal desses animais são depositados num terreno da Câmara Municipal da Calheta. Também sabemos disso.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E acha bem?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E diga onde está a inverdade!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: No entanto, a situação dos animais serem enterrados nas explorações agrícolas é verdade, mas foi encontrada essa solução com os próprios agricultores ...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Isto não está a acontecer!

O Orador: ... para que não houvessem custos a estes agricultores.

No entanto, os animais que são abatidos e que são rejeitados no matadouro de São Jorge são enviados para a encenadora para a ilha Terceira, por isso, nós temos que falar a verdade aqui. Nós não estamos defendendo nem o Partido Socialista, nem o Governo do Partido Socialista, a única coisa que estamos aqui defendendo, a representação parlamentar, é que são, neste caso, os agricultores da ilha de São Jorge ... Neste momento o que acontece são as situações que a Representação Parlamentar do PCP veio aqui denunciar.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves.

Sras. e Srs. Deputados!

(*) **Deputada Bárbara Chaves (PS)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente a esta declaração política o Grupo Parlamentar do Partido Socialista gostaria de começar a sua intervenção dizendo que é preciso ter memória e é preciso ter memória por parte do PSD ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Agora não é preciso ter memória. Tem é lixo!

A Oradora: ... porque não se lembra já como é que isto começou, ou seja, não era o Governo Regional dos Açores que tinha a competência de gerir resíduos. Assumi essa competência, porque as câmaras municipais que tinham lixeiras não conseguiam fazer essa gestão e muitas dessas autarquias eram curiosamente do PSD, mas os senhores isso também já não se lembram.

Relativamente a esta matéria o que gostaria também de dizer é que este foi um processo ... Se os senhores quiserem ouvir, se não quiserem ouvir ...

Gostaria de dizer que a gestão dos resíduos foi um processo e está a ser um processo gradual.

Antigamente eram as autarquias, como estava a dizer; depois o Governo Regional assumiu a gestão dos resíduos nos Açores; depois foram precisos criar mecanismos, planos, sistemas de planeamento, criou-se um PEGRAA, um PEPGRAA, foi preciso fazer levantamentos.

Deputado Paulo Parece (PSD): Isso é história, mas não resolve o problema dos resíduos!

A Oradora: Atualmente nos Açores a maior parte das lixeiras estão todas encerradas, existem centros de processamento de resíduos nas várias ilhas e este é um processo gradual. Também já temos uma central de valorização energética por parte de uma autarquia, porque este também é um processo partilhado. Não

se pode dizer e imputar as culpas ao Governo Regional de toda a política de resíduos que pode não estar a correr tão bem.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): O Governo não tem culpa, pelo amor de Deus! É o PSD, as autarquias. O Governo não tem culpas!

A Oradora: Por exemplo em São Jorge a taxa de reciclagem é de cerca de 85% dos recicláveis, porque as autarquias até agora não fizeram a sua parte que era a parte da recolha seletiva. Se não fazem a recolha seletiva os resíduos não entram nos aterros, logo não podem ser reciclados. Portanto, é 85% do valor ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Oradora: ... que entra em aterro. É nisso que precisamos de ser claros. Precisamos de ser claros!

Relativamente à Graciosa também gostava de dizer que não partilho da sua opinião. A Graciosa desde janeiro já exportou ...

Deputado Marco Costa (PSD): Mas então os senhores não digam que está bem!

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): O ecoparque vai resolver!

A Oradora: Se quiserem ouvir, se não quiserem ...

A Graciosa já exportou cerca de 40 contentores de resíduos recicláveis: foram 26 contentores de 20 pés e ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Imagino o que lá estava!

A Oradora: ... 16 de 40 pés, mais concretamente.

Portanto, aquilo que disse não é verdade, Sra. Deputada.

Estão a ser exportados resíduos, estão a ser feitas recolhas seletivas, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Deputada, nós estivemos lá!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Alguém vos está a mentir!

Deputado Paulo Parece (PSD): Isso não é verdade!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Oradora: ... da quantidade de resíduos que entrou em aterro, no aterro da Graciosa, 86% foram enviados para reciclagem e esses também são dados que devem ser realçados, porque me faz confusão o PSD realçar sempre as coisas que correm menos bem ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Oradora: Faz-me confusão o PSD, um partido que se diz e que acha que deve ser alternativo nesta Região, estar sempre a apontar as questões negativas e não conseguir reconhecer que a gestão de resíduos nos Açores tem tido uma diferença e uma evolução enorme, brutal nos Açores. Portanto, essa vossa abordagem para nós não nos agrada, até é inadmissível para um partido que se diz alternativa de poder.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): E aqueles que desaparece? Esses ninguém os pede!

A Oradora: Também gostava de dizer que existem problemas. Claro que existem problemas.

Deputado Paulo Parece (PSD): Mas, no entanto, está lá o lixo!

A Oradora: A gestão dos resíduos, os centros de processamento de resíduos, estão também ainda a iniciar as suas ... Talvez ainda haja centros de processamento de resíduos que têm alguns problemas para resolver.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Mas, no entanto, não tem lá o lixo!

Deputado Luís Maurício (PSD): E tudo farão no limite das vossas competências para o resolver! Está na última página!

A Oradora: São Jorge tem algumas questões que tem de resolver, a Graciosa também em tempos tinha, agora está a melhorar a sua gestão, são empresas que gerem esses centros de processamento de resíduos, como sabem não é o Governo Regional diretamente que os gere, são empresas privadas que são concessionadas para fazer essas funções.

Portanto, isto é um processo gradual. A Direção Regional do Ambiente acompanha todas essas questões, dá as orientações. A própria Sociedade Ponto Verde também emite as suas opiniões, também há alturas em que não consegue recolher os resíduos, porque são entregues no centro de processamento de resíduos sem qualidade, portanto, há um conjunto de questões que eu acredito que sejam demasiado técnicas para algumas pessoas, mas que existem e que as entidades gestoras emitem essas orientações que têm de ser respeitadas e seguidas por todos.

Portanto, para nós, Partido Socialista, aquilo que nos importa dizer é que esse sistema tem sido gradual, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A senhora vai ser condecorada pelo seu grupo parlamentar pelo seu estoicismo!

A Oradora: ... a gestão de resíduos tem tido uma evolução enorme, ...

Deputado Paulo Parece (PSD): Mas o lixo está lá! É problema dos transportes, exatamente!

A Oradora: ... existem hoje na Região operadores de gestão de resíduos licenciados que gerem determinado tipo de resíduos, quer os resíduos sólidos urbanos, ...

Presidente: Peço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: Termine já, Sra. Presidente.

... quer os resíduos especiais. Portanto, a evolução foi enorme e nós, Governo Regional, continuaremos a trabalhar em prol da qualidade ambiental dos Açores e da nossa Região.

Obrigada, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Dizia o Sr. Secretário Berto Messias ...

Tome atenção, Sr. Secretário, àquilo que lhe vou dizer.

Deputado João Vasco (PS): É preciso ter lata!

O Orador: ... que uma árvore não faz uma floresta, mas eu acho e tenho a certeza, que muitas árvores fazem uma floresta.

Venho aqui apresentar outro caso que é o Centro de Processamento de Resíduos do Corvo, da ilha do Corvo. Já ando há muitos anos a falar nisto e a fazer vários requerimentos sobre esta matéria, mas vou apenas falar nos últimos três.

No dia 31 de março de 2017 digo o seguinte: “A informação de que dispomos, que necessita de confirmação oficial, é que grande parte do material se degradou durante o período em que a cobertura do Centro de Processamento de Resíduos do Corvo esteve danificada não tendo sido reparado, nem substituído. Nestas condições, as condições de trabalho e de funcionalidade da infraestrutura em causa estão muito longe de cumprir os requisitos legais mínimos.”

Pergunto se o Governo pode confirmar que existem estas condições de segurança e de higiene.

Pergunto no dia 31 de março de 2017. Sabem qual foi a resposta do Governo?

A resposta do Governo é que o concessionário assegurava as condições de funcionamento, em relação aos relatórios de inspeções efetuadas entretanto não foi feita nenhuma inspeção que estava programada para mais tarde quando as condições eram evidentes e eu aqui a tinha denunciado.

No dia 13 de novembro de 2017 volto outra vez a referenciar este assunto, sabem porquê?

Porque, entretanto, morreu um trabalhador no desempenho das suas funções no centro de inspeção, porque, entretanto, já depois, infelizmente, destes avisos, depois destas denúncias morreu um trabalhador no exercício destas funções natural da ilha São Miguel.

Qual foi a vossa resposta quando eu pedi: “Então façam o favor de remeter os trabalhos da inspeção que foi realizada ao centro de resíduos.”

Qual foi a vossa resposta?

A vossa resposta foi esta: “Foram detetadas várias irregularidades em matéria de segurança e de saúde no trabalho, tendo sido elaborado o relatório de segurança e saúde no trabalho.”

Foram tomadas medidas. Entretanto, não entregam o documento que vos peço, porque ainda se está a fazer o relatório final da inspeção.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Decorre da lei. O Sr. Deputado sabe que decorre da lei!

O Orador: Regresso outra vez ao assunto no dia 30 de janeiro de 2018, faço aquilo que tenho de fazer, tendo conhecimento das irregularidades que lá estavam a decorrer, das faltas de condições de segurança que lá estavam a decorrer que teve aquela fatalidade e eu tive a oportunidade de escrever sobre o centro de processamento de resíduos com vários meses de antecedência, ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): A morte não teve nada a ver com as condições. Isso é lamentável!

O Orador: ... os senhores dizem-me a resposta, quando vos peço novamente a inspeção, os relatórios da inspeção, o que é que estava mal, de quem são as responsabilidades os senhores não voltam a dar resposta, protegem-se e dizem agora que há um auto de notícia e que o mesmo está a ser elaborado.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): O falecimento não tem nada a ver com as condições!

O Orador: Tem, tem! Não diga isso que vai ficar registado nos autos.

O que lhe vou dizer é o seguinte: este é um assunto de enorme gravidade. Há uma pessoa que morreu no local de trabalho e eu quero saber de quem é essa responsabilidade, meus senhores. Eu quero esses relatórios das inspeções que os senhores ainda não me deram. Eu quero ter acesso a esses documentos e eu quero fazer chegar esses documentos às entidades competentes no sentido de serem atribuídas as responsabilidades a quem teve essa responsabilidade nesta situação.

As condições deploráveis daquele centro de processamento de resíduos já existiam. Eu tive oportunidade de as descrever e de denunciar e depois disso aconteceu um acidente mortal. Eu quero que os responsáveis sejam responsabilizados por essa matéria e quero que estes documentos me sejam entregues para eu fazer chegar à Polícia Judiciária e às entidades competentes. É preciso saber e quem teve essas responsabilidades, quem teve responsabilidades neste caso e quem é que foi negligente na inspeção desta situação.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): O que o senhor fez é inenarrável! Sabe que o trabalhador faleceu de um ataque de epilepsia!

Presidente: Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver mais inscrições.

Para encerrar a declaração política tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

(*) **Deputada Catarina Chamacame Furtado** (*PSD*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A prevenção e gestão de resíduos tem de parar de ser o patinho feio das questões ambientais, o patinho feio e imundo das questões ambientais.

O Grupo Parlamentar do PSD/Açores chamou a atenção de uma forma séria e responsável para um assunto que se reveste de extrema relevância e pertinência. Poderíamos simplesmente ter nos deixado convencer pelos dados estatísticos convenientemente deturpados, em alguns casos em função dos normativos injustos, mas abonatórios, mas o que vimos em São Jorge e o que vimos na Graciosa foi de tal forma chocante que exigiu de nós esta declaração.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Num restaurante qualquer as questões de higiene ou mesmo o incumprimento das regras relativas aos livros de reclamação são motivo suficiente para suspensão de atividade. Por cá, condições de trabalho indignas, instalações imundas, equipamentos partidos, práticas ambientais ilegais não podem continuar a dar direito a silêncios ...

(Diálogo entre o Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares e o Deputado Paulo Estêvão)

Presidente: Por favor, eu peço silêncio.

A Sra. Deputada Catarina está no âmbito do uso da palavra.

A Oradora: Como dizia, num restaurante, ou noutra sítio qualquer que tenha uma inspeção, as questões de higiene ou até um simples incumprimento das regras relativas aos livros de reclamação dão azo a suspensão de atividade. Por cá, temos condições de trabalho indignas, temos instalações imundas, temos equipamentos partidos e não funcionais, temos práticas ambientais ilegais e o que vê são silêncios e palmadinhas nas costas. Inadmissível!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: As palavras, é certo, não conseguem explicar o cenário dantesco que encontramos nos Centros de Processamento de Resíduos de São Jorge e da Graciosa. Por isso mesmo trouxemos aqui uns registos fotográficos de 9 de maio, há uma semana atrás.

Provavelmente não sei, pois, o Sr. Secretário se calhar já tinha feito o acompanhamento, a fiscalização, a monitorização que falou, mas o tal cocktail colorido de resíduos que quase tocam no teto está aqui.

(Neste momento, a Oradora mostra algumas fotografias à Câmara)

Deputado Carlos Silva (PS): E o que é que era suposto estar aí? Não eram resíduos?

A Oradora: Uma nova imagem que comprova a veracidade das informações que foram prestadas aqui. Isto é o teto. Estão a ver os resíduos onde é que tocam? Isto é o telhado do centro.

Isto é uma conduta de ventilação.

Deputado André Bradford (PS): Essa não se percebe nada!

A Oradora: Está partida.

Os resíduos são tantos que não cabem lá dentro, têm de sair para fora das portas.

Faremos chegar estes registos fotográficos à Mesa para que chegam distribuídos pelos Deputados.

De facto, foram cenários dantescos que encontramos nos dois centros e por isso mesmo nós voltamos a solicitar que haja humildade, coragem e honestidade política e intelectual para assumir o falhanço da implementação das políticas de prevenção e gestão de resíduos na Região.

Só assim é que poderemos ter a mudança estrutural que se impõe nesta matéria e que nós confiamos que seja possível caso haja vontade governamental.

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Encerrámos esta declaração política.

Vamos fazer agora um intervalo.

Regressamos às 11 horas e 30 minutos.

Eram 11 horas e 04 minutos.

(Após o intervalo, a Deputada Bárbara Chaves reocupou o seu lugar na Mesa)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos então continuar com as declarações políticas.

Eram 11 horas e 39 minutos.

A próxima cabe ao CDS.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este executivo e esta maioria socialista anunciava, aquando da discussão do Plano e Orçamento para 2018, um novo ciclo de governação onde realizaria tudo o que nunca conseguiu fazer em mais de 20 anos de governo.

Dissemo-lo na altura e reafirmamo-lo hoje: todos os anos os governos do PS dizem, nesta Casa, que agora é que é, que agora é que vai ser. Todos os anos os

açorianos sabem que uma coisa é o que este governo e esta maioria diz - outra coisa é o que os açorianos vivem dia após dia e ano após ano.

Todos os açorianos o percebem: este governo, esta maioria, projeta sempre para o futuro os resultados da sua governação porque não quer olhar para onde nos conduziu o insucesso das suas políticas.

Este governo e esta maioria, 20 anos depois, ainda não conseguiu capacitar-se de que a governação se faz com estudo, ...

Deputado André Bradford (PS): Não apoiado!

O Orador: ... com planeamento, com decisão e com trabalho. Este governo e esta maioria, 20 anos depois, não sabe, ou não quer saber, que uma governação responsável não é sinónimo de anúncios e pregões a que oportunisticamente se recorre para negar os problemas ou baixar a contestação política ou social.

Falemos então verdade aos açorianos.

Falar verdade é reconhecer que, este governo, nas políticas de transportes, continua incapaz de apresentar uma solução política de mobilidade que atenda às necessidades das nossas populações.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: Perante as justas reivindicações de ligações marítimas e aéreas das nossas populações a supressão de ligações marítimas e aéreas foi e é a única solução apresentada por este governo.

Falar verdade é não negar que, nos correios e na carga aérea, a falta de visão estratégica deste governo conduziu os açorianos e as nossas empresas ao desespero, impossibilitando o acesso atempado aos serviços postais e aos serviços de carga com as decorrentes consequências para as nossas populações e para as nossas empresas.

Falar verdade é admitir que, nas políticas para o setor das pescas, a solução encontrada por este executivo e por esta maioria foi pagar aos pescadores para deixar de pescar, sem que se tenha tido a capacidade de antever as

consequências para o futuro de um setor que é fundamental para a economia e para o desenvolvimento das nossas ilhas.

Falar verdade é aceitar que, na agricultura, a falta de políticas de resposta aos constrangimentos do fim das quotas leiteiras tiveram como consequência a situação de falência para muitos dos nossos produtores de leite.

Falar verdade é assumir que, na saúde, temos hoje, infelizmente e ainda apesar de tudo, milhares de açorianos que estão a aguardar a realização de uma cirurgia em listas de espera superiores a um ano, a dois anos, ou a cinco anos o que é verdadeiramente inacreditável. As listas de espera mais altas do país e da Europa. Ao mesmo tempo que o desgoverno na gestão da saúde, de algumas unidades de saúde, faz com que as empresas fornecedoras do setor anunciem a suspensão dos fornecimentos aos hospitais da região por falta de pagamento.

Falar verdade é constatar que, este governo, anunciou para este ano um plano de combate à pobreza que iria erradicar o flagelo na região, quando, pelo contrário, a realidade demonstra o aumento do risco de pobreza e um exponencial crescimento do Rendimento Social de Inserção na Região Autónoma dos Açores.

Falar verdade é olhar seriamente para os números do desemprego na Região e constatar que, apesar dos sucessivos anúncios com pompa e circunstância que o governo faz, o que temos hoje, na realidade, é um acréscimo do desemprego ...

Deputado Carlos Silva (PS): É metade!

O Orador: ... que demonstra à evidência que as políticas definidas por este governo, consubstanciadas nos estágios e nos programas ocupacionais, outro sentido não tem que não seja continuar a esconder a falta de competitividade da nossa economia.

Deputado José San-Bento (PS): Os senhores não veem nada!

O Orador: Falar verdade é não deixar de dizer que o anúncio do fecho das endividadas empresas públicas regionais que contribuíram para o descalabro

económico do setor, não foi nem é uma opção política deste governo, mas antes, e sobretudo, uma consequência do modelo económico da governação socialista.

Falar verdade é não pactuar com os anúncios de emprego e riqueza na área da ciência e da tecnologia feitos pelo governo a respeito do Air-Center, quando depois se vem desavergonhadamente afirmar que a sede daquela instituição, a criar na região, terá apenas um carácter meramente simbólico, sem nenhuma correspondência ao nível do emprego e da economia.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os Açores e os Açorianos precisam de reformas urgentes em áreas cruciais como o emprego, as pescas, a agricultura, a saúde e os transportes. Sem elas, as nossas finanças públicas não se equilibrarão, a nossa economia não crescerá ao ritmo necessário e alguns sectores produtivos aproximar-se-ão, inevitavelmente, cada vez mais da rotura, ao mesmo tempo que o estigma do atraso estrutural profundo continuará a marcar a vida de todos nós.

Não é esse o caminho que queremos para os Açores.

Deputado André Bradford (PS): Então qual é o caminho? Diga lá!

O Orador: Sabemos que os açorianos não querem mais promessas. Os açorianos querem um governo que governe. Os açorianos querem um governo que decida. Os açorianos querem um governo que tenha uma ideia de futuro.

Os Açores precisam de mudança. Os Açores precisam de novas políticas. Nós no CDS acreditamos que é possível.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP e PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP e PPM)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Francisco César tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CDS-PP, liderado por Artur Lima, veio a esta câmara falar de verdades. Falou, infelizmente, das suas verdades.

Deputado Luís Garcia (PSD): Ia falar das suas!

O Orador: Falou de um clima de desesperança, de um clima de resignação, de um clima de emergência regional que na verdade não existe, não é sentido pelas populações.

Se nós queremos falar verdade devemos falar do crescimento do emprego, do crescimento da população ativa, da diminuição dos programas ocupacionais, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Aumentaram!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Por isso aumentou o RSI!

O Orador: Não, não aumentaram!

... da iniciativa privada que está crescendo, da força que a construção civil está a ter, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Diga!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nota-se!

O Orador: ... da força que a construção civil privada está a ter, está a ser motor da economia também.

Deputado Carlos Silva (PS): Do turismo!

O Orador: Devíamos falar verdade também naquilo que é a força que o turismo está a trazer à nossa Região, que o comércio está a ter na venda dos seus produtos, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Do investimento externo!

O Orador: ... devíamos falar do investimento externo e do aumento que esse está a ter na Região Autónoma dos Açores. Devíamos falar do investimento público reprodutivo que está a equipar e a melhorar as infraestruturas das nossas ilhas, seja na vertente social, ou na vertente económica como nos últimos dias na ilha Terceira.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E nos centros de resíduos!

O Orador: Devíamos falar das pescas, do aumento das capturas, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): E ambiental!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Valor das capturas não! Pescar menor e aumentar preço!

O Orador: ... do aumento do valor do pescado e daquilo que são e daquilo que têm sido as ideias do Governo dos Açores no sentido de acautelar, de intervir naquelas que devem ser as orientações para a pesca do futuro.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Deveríamos falar também daquilo que tem sido o nosso na agricultura, de algo que os parceiros da agricultura, falar com a produção, intervir junto da indústria, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Credo!

O Orador: ... melhorar aquilo que deve ser ou influenciar a comercialização dos nossos produtos no sentido que eles tenham mais valor acrescentado. Nós nunca vendemos tanto e tão bem no continente e nos mercados exportadores como fazemos hoje.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Nós hoje vivemos nos Açores, na verdade, não é um clima de desgraça, é clima de revitalização. Não é um clima de desesperança, é sim um clima de confiança. Não é um clima soturno que muitas vezes os senhores tentam impor aqui, é um clima de otimismo.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Mas apesar de tudo nós temos a consciência de que há muito para fazer e que não nos arrogamos ao direito de vir aqui dizer que não existem matérias que devam e possam ser melhoradas, mas há algo que eu vos posso dizer com toda a confiança é que: aquilo que os senhores dizem ser o clima de desconfiança e de desgraça que a Região vive, não é sentido na vida das pessoas, não é sentido pela maioria dos açorianos, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É, é!

O Orador: ... aliás, é por isso que nos têm dado sucessiva confiança e é por isso que nós temos a confiança para continuar a trabalhar para melhorar aquilo que tem sido o clima económico na Região.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Tem sido esse o nosso trabalho e continuará a ser este o nosso trabalho.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Sr. Deputado António Vasco Viveiros tem a palavra.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A questão levantada pelo CDS no fundo tem a ver com a situação económica na Região abrangendo um conjunto de áreas, desde os transportes às pescas, à agricultura e, portanto, é aquilo que é a conjuntura atual na Região e a questão fundamental é que qualquer Região quando é analisada num conjunto de setores económicos, ou num conjunto de variáveis macroeconómicas, tem de ser analisada no contexto de outras regiões ou no contexto do país e essa é uma questão fundamental quando se analisa a situação atual na Região e quando olhamos para o desemprego, quando olhamos para o crescimento económico, quando olhamos para a situação das próprias finanças públicas tem de ser analisadas nesse contexto e se porventura nalguns indicadores ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... a situação na Região até pode ser mais favorável, a questão da dívida pública, ...

Deputado Francisco César (PS): E o clima de segurança?

O Orador: ... naquilo que são indicadores que são essenciais e que o próprio Partido Socialista utilizou o ano passado numa interpelação ao Governo, em que muito se baseou naquilo que era um comportamento mais favorável da Região relativamente ao país, essa situação inverteu-se, quer quanto ao crescimento económico, quer quanto ao emprego e essa questão é essencial.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, o que se passa neste momento, e começando pelo emprego, é que a situação inverteu-se ainda que em valores relativamente pequenos há vários indicadores que mostram que a situação do emprego na Região é inversa àquilo que se passou no país e ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... e nos últimos dois trimestres o desemprego cresceu na Região ainda que pouco. Portanto, esse não é necessariamente um bom indicador para a situação da economia e o mesmo se passa com o crescimento económico. Portanto, não vale a pena fugir da realidade. O crescimento económico no país no último ano foi superior ao da Região, ao contrário daquilo que eram as expectativas do Governo depois das contas corrigidas.

Deputado Carlos Silva (PS): E agora neste trimestre?

O Orador: Relativamente ao SPER. Nós temos o anúncio em fevereiro passado da reestruturação do SPER, passaram três meses e não há qualquer medida, não há qualquer consequência do anúncio que foi feito.

Deputado Francisco César (PS): Há um compromisso do Governo dos Açores por causa do decorrer da Comissão de Inquérito!

O Orador: Portanto, nós aguardamos passados três meses que cheguem algumas medidas e desde logo preocupa-nos a questão da assunção de um passivo de duas das empresas que vão ser extintas que é a Saudaçor e a SPRHI, cujo passivo no terceiro trimestre de 2017, o passivo bancário, era superior a 860 milhões de euros, portanto, é uma questão que nos preocupa, que solução será encontrada para a sua integração em dívida pública e se é que o Governo já tem alguma solução, acreditamos que sim.

A questão dos transportes que também foi levantada pelo Sr. Deputado Artur Lima é uma questão atualíssima, que está a comprometer e que está a preocupar as associações empresariais, os empresários do setor do turismo e os açorianos que viajam e que não têm outra alternativa que não seja o transporte aéreo de passageiros e nós vivemos numa situação perigosa que caminha para o caos e não encontramos de parte nem da SATA, nem do Governo qualquer resposta séria, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PS): Apoiado!

O Orador: ... qualquer resposta que possa dar alguma tranquilidade quer aos empresários, quer aos açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Concluindo, a questão da conjuntura da Região é preocupante ainda que alguns dados sejam positivos, de outra maneira não seria possível. A economia europeia está crescendo, a economia nacional cresce e, portanto, era o que faltava que a economia da Região não crescesse também.

Deputado André Bradford (PS): Era o que faltava!

O Orador: A questão que se coloca é sempre em termos relativos e essa questão preocupa-nos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mesmo terminando é bom não esquecer que em termos de convergência nos últimos quatro anos nós não estamos a convergir com a União Europeia, estamos a divergir ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Carlos Silva (PS): Somos a única Região que convergiu nos últimos 20 anos e isso tem sido elogiado!

O Orador: ... e essa questão levanta-nos também para a questão dos resultados da execução do plano operacional 2020 que não basta pensar no pós 20, é preciso pensar naquilo que são os resultados da atual execução e que têm sido encarados pelo Governo de forma completamente autista.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Acabámos de ouvir uma declaração política que pode ser classificada como uma declaração política apocalíptica aqui trazida pelo CDS-PP.

Deputado Bruno Belo (*PSD*): O senhor é que está dizendo. As palavras são suas!

O Orador: O CDS-PP em vestes de profeta do apocalipse traça aqui um cenário dantesco daquela que é hoje a situação económica e social da nossa Região, mas Sr. Deputado Artur Lima eu nem precisaria de gastar muito tempo a contradizê-lo, ...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Então não gaste!

O Orador: ... porque quem contradiz aquilo que o senhor aqui apresentou são os resultados, ...

Deputado André Bradford (*PS*): Muito bem!

O Orador: ... quem contradiz aquilo que o senhor aqui apresentou são os empresários açorianos, ...

Deputado André Bradford (*PS*): Muito bem!

O Orador: ... quem contradiz aquilo que o senhor aqui apresentou são as açorianas e os açorianos.

Temos hoje resultados absolutamente inquestionáveis do ponto de vista económico e do ponto de vista social: do ponto de vista da competitividade da nossa economia, do ponto de vista da atividade económica da nossa Região, do ponto de vista da dinâmica nas pescas na nossa Região, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Dinâmica do quê? Das pescas! O senhor está noutra mundo!

O Orador: ... do aumento do peixe descarregado em lota, do ponto de vista da dinâmica do setor agrícola, quer ao nível da produção de leite, quer ao nível da carne exportada, do ponto de vista dos transportes e das acessibilidades ...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... e não é verdade que haja supressão de oferta.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não há?! Na Terceira, no Faial ...

O Orador: Veja-se bem a adaptação da narrativa do CDS e de alguns partidos da oposição, porque nós não podemos ter memória curta, não nos podemos esquecer de onde é que vínhamos.

Há poucos anos atrás...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Os senhores esqueceram-se para onde é que vão!

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: ... a discussão era “todas as ilhas estão a decrescer, eu quero que o turismo na minha ilha cresça, porque não cresce, desce”. Hoje a discussão é “aquela ilha cresce mais do que a minha, todas crescem dois dígitos, mas eles crescem mais do que nós e nós também queremos crescer com eles.” Hoje é essa a discussão. A discussão mudou consideravelmente na nossa Região.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Esse trabalho é mérito do Governo, com certeza, mas é mérito sobretudo dos nossos empresários, de quem se dedica a esse setor, ao setor do turismo, ao setor económico na nossa Região. Isso é absolutamente

inquestionável, porque o senhor tem essa visão apocalíptica. Nós, do nosso lado, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Vêm tudo cor de rosa!

O Orador: ... temos as açorianas e os açorianos, temos os empresários, temos quem se dedica ao setor turístico, ao setor hoteleiro e temos indicadores inquestionáveis.

Nós discutimos acessibilidades, com certeza, que é importante discuti-las e há questões que têm de ser alteradas e melhoradas, ... **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Então há?!

O Orador: ... mas nós fazemos esta discussão com os Açores a bater todos os records de que há memória em termos de acessibilidades, de passageiros desembarcados, de ocupação turística, de ocupação hoteleira, todos os records de que há memória nos Açores têm sido batidos de mês para mês, de trimestre para trimestre.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Salvo raras exceções!

O Orador: Temos obviamente consciência que há questões que têm de ser melhoradas, que há questões que têm de ser corrigidas, que temos novos desafios com que lidar no âmbito da carga turística, no âmbito também das acessibilidades, com certeza, temos consciência disso e é esse o trabalho que está a ser feito todos os dias pelo Governo dos Açores em parceria também com quem trabalha nestes setores e com quem tem atividade económica na nossa Região.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então tem de melhorar! Muito obrigado, Sr. Secretário!

O Orador: E sobre o emprego e o desemprego não posso deixar de dizer o seguinte a forma como se tem uma abordagem absolutamente setária sobre os números do desemprego e sobre os números do emprego. É que escolhem-se as estatísticas e os indicadores conforme dá mais jeito. É que eu recordo-me, eu

recordo-me quando o desemprego era de 18% no primeiro trimestre de 2014 e os senhores rasgavam as vestes aqui dizendo que esse indicador era culpa única e exclusiva do Governo e agora que o desemprego está em cerca de 8% o mérito é de quem, Sras. e Srs. Deputados? O mérito é de quem?

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: É de nós todos. O mérito é de nós todos. Nós temos uma linha de rumo definida, consubstanciada naquilo que foi o programa eleitoral do Partido Socialista, consubstanciada naquilo que foi o programa do Governo apresentado pelo Governo dos Açores neste Parlamento, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Programas ocupacionais dos 18 aos 28!

O Orador: ... mas naquilo que se refere ao emprego é inquestionável. Estamos a falar do IRP, estamos a falar do INE. É inquestionável. Os Açores estão há 15 trimestres consecutivos com redução homologa da taxa de desemprego; em seis trimestres consecutivos houve o aumento da população empregada.

Nós continuamos a crescer, continuamos a trabalhar e não nos esquecemos de onde vimos. Nós viemos de uma crise sem precedentes, de um país intervencionado, de uma crise económica e social que derrubou países por essa Europa fora, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vergonha, vergonha!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): De um país intervencionado! Ainda bem que se lembrou!

O Orador: ... mas cá estivemos a por ao serviço das empresas, a por ao serviço das pessoas os instrumentos públicos para minimizar o impacto dessa crise aqui na nossa Região. Fizemo-lo e contámos em determinadas alturas e em

determinadas matérias também com o contributo de alguns partidos da oposição. Contámos com isso também, também com essa proatividade.

Também não posso deixar de desfazer aqui um mito, porque em surdina e em aparte isso é levantado muitas vezes: a história dos programas ocupacionais e do seu contributo para o emprego. Não corresponde à verdade.

O aumento significativo da população empregada que temos na nossa Região não tem nada a ver com os programas ocupacionais ...

Deputado Carlos Silva (PS): População ativa!

O Orador: ... e dou-lhes um indicador que prova exatamente isso. Tendo em conta os últimos números que temos do IFP ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Entraram todos no RSI!

O Orador: ... existem hoje mais 13. 358 açorianos empregados e nós temos hoje mais 320 açorianos em programas ocupacionais.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: Ou seja, 98% do emprego criado, 98% do número da população empregada a mais nada tem que ver com os programas ocupacionais.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, permitam-me dizer-vos, uma mentira dita muitas vezes não passa a ser verdade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é a vossa especialidade!

O Orador: Nós não estamos de facto no patamar da opinião, não estamos no patamar da narrativa político partidária. Nós estamos de facto a conseguir iniciar um novo ciclo na nossa Região. Parece-me é que alguns partidos da oposição têm que ter consciência que também eles precisariam de iniciar o novo ciclo na sua vida partidária.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Assistimos aqui à estreia mundial do filme *Matrix 4*, apresentado pelo Secretário Berto Messias e pelo Sr. Deputado Francisco César.

É impressionante como é que os senhores conseguem ter uma imaginação deste tamanho, algo que os factos contrariam e algo que os açorianos sabem que é mentira. Os açorianos sabem que não vivem no paraíso, os açorianos sabem ... Dizia o Sr. Secretário Berto Messias “há poucos anos”!

Quanto é que é poucos anos?

Vinte e dois anos?

Há 22 anos que o Partido Socialista governa a Região e que protagonistas como Vasco Cordeiro e Sérgio Ávila se encontram em sucessivos governos.

Deputado Francisco César (PS): Isso não é verdade!

O Orador: Há 22 anos que isto sucede, há 22 anos que os senhores estão a exercer o poder e os problemas a acumular-se sucessivamente.

Vou dar aqui alguns dados que são incontestáveis. A propósito, o Sr. Presidente do Governo nos últimos três meses deve ter estado aqui, nesta Assembleia, para aí duas horas, o que mostra bem o interesse que o Sr. Presidente do Governo Regional tem no sistema partidário e no sistema parlamentar e em relação ao debate democrático. Nunca está disponível para ouvir as críticas aqui, no Parlamento. É muito melhor estar no palácio, rodeado dos seus fiéis, que aí não tem que ouvir críticas ...

Presidente: Sr. Deputado, peço-lhe que não desvie o assunto daquilo que nos traz aqui.

O Orador: Não estou!

Deputado António Parreira (PS): Está sim!

O Orador: Sra. Presidente, mas também lhe peço que não censure o meu discurso. Sra. Presidente, é uma crítica política que não pode ser censurada, Sra. Presidente. Aceito todas as suas recomendações, mas não aceito a censura política.

Vou dizer-lhe o seguinte: como é que o senhor explica, Sr. Secretário Berto Messias, o aumento brutal do número de beneficiários de inserção social?

Deputado André Bradford (PS): Não é verdade!

O Orador: Porque há aqui uma contradição: ou aumentam as dificuldades económicas para estas famílias terem as condições para entrarem no programa ou há falsificação de dados. Das duas, uma. Porque se as pessoas preenchem as condições para passar a receber o Rendimento Social de Inserção isso significa que vivem pior e que têm mais baixos rendimentos. Isto é absolutamente incontestável.

Como é que o senhor explica o caos em que vive o sistema de saúde com listas de espera cada vez maiores?

Como é que o senhor explica o caos que se vive no sistema de educação a propósito com cada vez mais alunos, centenas de alunos, que vão realizar os exames de 12.º ano e não têm professor dessa disciplina e os responsáveis são os senhores?

Como é que os senhores explicam os números da pobreza que foram diagnosticados por Vs. Exas., até um estudo da vossa parte, que indicia um aumento enorme da pobreza nos Açores e a falta de resposta de Vs. Exas.?

Como é que os senhores explicam o aumento das desigualdades sociais nos Açores?

Como é que os senhores explicam o aumento do risco de pobreza nos Açores? São todos dados incontestáveis e dados que constam nos vossos documentos oficiais.

Por isso, meus senhores, aqueles números que aqui foram apresentados ...

Como é que os senhores explicam (gostava de falar ainda neste fator) o aumento do consumo de drogas brutal nos Açores, que está a destruir a sociedade açoriana e a juventude açoriana sem que os senhores tenham capacidade nem vontade de fazer nada, seja o que for?

Portanto, o que os senhores têm é o caos instalado na Região, o que os senhores têm é uma Região empobrecida e o que os senhores têm é um discurso falso, absolutamente falso.

Tem toda a razão, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito obrigado!

O Orador: O que o Sr. Deputado aqui apresentou foi uma moção de censura que este Governo Regional merece e que Governo Regional já deveria há muito tempo ter sido confrontado com ela.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vai ser em julho!

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP)

Presidente: De momento a Mesa não tem inscrições.

Sras. e Srs. Deputados, pergunto se há inscrições.

Julgo não haver, então para encerrar a declaração política tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Naturalmente, Sr. Deputado Francisco César, o senhor tem a sua verdade, nós temos a nossa verdade, mas sobretudo quem sente a realidade ...

Deputado Francisco César (PS): São os açorianos!

O Orador: ... são os açorianos. Essa é que é a verdadeira verdade, se me permite o pleonasma.

Agora, Sr. Secretário Berto Messias, o senhor ao fim e ao cabo acabou por me dar razão na minha intervenção ao referir o apocalipse de cujos os autores são Vs. Exas., para o bem ou para o mal, são Vs. Exas. os autores do apocalipse.

Mas oh, Sr. Deputado, ... Sr. Secretário, peço desculpa! ... Falou-se aqui em acrescentar valor aos nossos produtos que mais vendemos, etc., etc., mas eu gostaria de encontrar o queijo de São Jorge num mercado diferenciado e altamente valorizado. Não gostaria de o ver e não gosto de o ver vendido como marca branca nos supermercados generalistas, ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Nós concordamos!

O Orador: ... que é onde ele é vendido e os senhores deixam que uma empresa que feche para isso, os senhores deixam, os senhores patrocinam, os senhores é que patrocinam isso, são os senhores e têm toneladas e toneladas de queijo ...

Deputado Carlos Silva (PS): O Governo vai vender queijo agora!

O Orador: ... que se viram obrigados agora a aumentar a cura para 36 meses, sabem porquê?

Porque não conseguem escoar e andam a vendê-lo a marca branca, um produto que devia ser gourmet, Sr. Secretário Berto Messias.

Portanto, é a realidade que o desmente, não é mais ninguém.

Deputado André Bradford (PS): A gente não tem fábricas, Sr. Deputado!

O Orador: Mais! A carne dos Açores infelizmente está vendida a granel em todo o lado, porque os senhores atribuem a marca Açores indiscriminadamente, Sr. Deputado.

Deputado António Parreira (PS): Não é verdade! É lamentável!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É verdade sim senhor!

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: Não é uma carne, por exemplo, vendida em mercados altamente selecionados e de nicho de mercado. É vendida a granel nas superfícies comerciais do continente ...

Deputado António Parreira (PS): Não é verdade!

O Orador: ... e qualquer uma leva a marca Açores, aliás, o vosso critério de exigência da marca Açores está a dar cabo do valor acrescentado que nós podíamos ter aos nossos produtos, Sr. Secretário Regional.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Aí discordamos!

O Orador: Essa é que é mais uma verdade que os senhores negam todos os dias.

E é verdade, Sr. Secretário, uma mentira dita todos os dias acaba por ser verdade. Os senhores são a prova disso.

Mas devo-lhe dizer mais, Sr. Secretário Regional, quem o contradiz não sou eu. Não sou eu que o contradigo. É a realidade, é o dia a dia.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): A realidade desmente-o!

O Orador: Eu ouvi-o atentamente, portanto, faça o favor de me ouvir. É a realidade.

Os senhores vêm falar de 200 empregos no turismo. 200!

É a realidade. Não fui eu que o disse.

O senhor diz, Sr. Secretário, que os empresários me contradizem.

Quem o contradiz são os empresários, são os pescadores, são os agricultores, é a sociedade que contradiz o senhor e o seu Governo.

Olhe, *Diário dos Açores*: “Todos os dias entra um açoriano nos programas ocupacionais.”

Não sou eu que o digo, são as estatísticas que aqui estão.

“Jovens entre os 35 e os 54 anos, quatro mil desempregados.” Mais, Sr. Secretário! “A maioria dos desempregados, 7.608, está à procura de novo emprego, [sabe o que é que isto quer dizer?] enquanto que os restantes 1.040 procuram o primeiro emprego.” Quer dizer que as pessoas andam a viver de subsídio de desemprego e andam a saltar de um lado para o outro, Sr. Secretário. É a realidade que o desmente.

Deputado André Bradford (PS): É o *Diário Insular*!

O Orador: “Empresas ameaçam suspender fornecimentos aos hospitais da Região.” Não sou eu que o digo, são as empresas, são os empresários que o desmentem, Sr. Secretário.

“Pescadores não querem ser pagos para deixar de pescar.” Não sou eu que o digo, são os pescadores que o dizem, são os pescadores que o contradizem, Sr. Secretário Regional.

“Açores, mais de 60% dos produtores estão falidos.”

Deputado António Parreira (PS): Não é verdade! Leia a notícia!

O Orador: Não sou eu que o digo, Sr. Secretário, são os produtores, são os lavradores.

Deputado António Parreira (PS): Também não é verdade! Leia a notícia nas devidas condições!

O Orador: Está aqui: “Açores, mais de 60% dos produtores estão falidos.”

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: Não sou eu que o digo.

“Famílias açorianas estão entre as que mais beneficiaram do RSI em dezembro.” Não sou eu que o digo, são os números, são as estatísticas, Sr. Secretário.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Isso decorre da lei ao RSI como o senhor bem sabe!

O Orador: “Primeiros meses de 2018 apresentam um aumento de 378 de RSI nos Açores.” Não sou eu que o digo, são os números, Sr. Secretário.

“Sede do Air Center não vai ter muita gente.” Não sou eu que o digo, são os números, Sr. Secretário.

Portanto, a nossa verdade ...

Deputado Carlos Silva (PS): E o turismo?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: A verdade incomoda ...

Deputado António Parreira (PS): As inverdades é que incomodam!

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: A verdade incomoda, os números não mentem, os números são o que são, estão publicados, não foi o CDS que os inventou, não é o CDS que os diz. É a realidade constatada todos os dias pelos empresários, pelos açorianos e sobretudo ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): O senhor só vê uma parte!

O Orador: ... pelos jovens licenciados e qualificados à procura de emprego que não conseguem emprego (cerca de 500 já não conseguem emprego) e mais! Centenas deles que não regressam aos Açores e estão a emigrar e a ficar no continente e em outras paragens, Sr. Secretário. Essa é que é a realidade.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: E a realidade, Sr. Secretário Regional, é que o senhor começou no apocalipse e acaba nas *fake news*.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP) e Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Essa tem sido a vossa especialidade e era bom que os senhores descessem à realidade e respondessem ao apelo que ali fiz: governassem com verdade para os açorianos.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Como sempre fizemos!

O Orador: É esse o apelo que vos faço e para isso contam com o apoio do CDS quando for necessário.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP e PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP e PPM)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados, esta declaração política está encerrada.

Tem agora a vez o Bloco de Esquerda. Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Sras. e Srs. Deputados!

Srs. Deputados, ...

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Caminhamos para o fim da atual legislatura, na República. O Bloco de Esquerda considera importante que esta Assembleia reflita sobre o cumprimento das responsabilidades assumidas, pelo Governo da República, para com a Região Autónoma dos Açores.

Pretendemos que esta reflexão, por um lado, sirva de alerta para uma clara ausência de investimento do Governo da República, na nossa Região e, por outro, que ao longo dos 15 meses de legislatura que ainda temos pela frente, as consciências acordem para o défice existente.

Todos/as nos lembramos quando, no início da presente legislatura, António Costa, Primeiro-Ministro, visitava os Açores, assinava memorandos de

intenções e apresentava um discurso, no qual a tónica era um virar de página, em relação ao período do governo PSD/CDS.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem visto!

A Oradora: Todos/as nos lembramos do reiterar de tais propósitos, quando, por mais de uma vez, em plena campanha eleitoral das eleições regionais de 2016 se desdobrou em promessas, por várias ilhas dos Açores, assim ajudando o PS/Açores, na conquista da maioria que hoje detém.

Todos/as nos lembramos que, em maio de 2016 - há, precisamente, dois anos - surgiu a promessa da constituição do Centro de Internacional de Investigação das Ciências do Mar, nesta cidade da Horta.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O Sr. Secretário já saiu da sala!

A Oradora: Deixemos, Sras. e Srs. Deputados, contudo, as promessas e vamos a questões mais concretas. Não de forma exaustiva, obviamente, mas sem deixar de referir as questões mais relevantes.

Foi o Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada erigido como um investimento de particular urgência, por ser palco de um grave atentado aos Direitos Humanos.

Ora, contraditoriamente com tal urgência e com tão grave atentado, o Governo da República assumiu que tal obra só veria a luz do sol, num prazo de 5 anos, no mínimo.

Perguntamos: - Porquê um processo tão longo, para responder a uma situação considerada urgente e aviltante, por todos os intervenientes políticos e judiciais? É claro que se fosse para salvar um banco, o dinheiro apareceria, na hora! Mas, não sendo este o caso, se atentarmos ao tempo necessário para o objetivo anteriormente referido, estamos perante um verdadeiro absurdo. De facto, sabendo que a ponte Vasco da Gama levou 3 anos (repito: 3 anos!) a ser construída - de 1995 a 1998 -, ...

Deputado Francisco César (PS): Isso por acaso não é verdade!

A Oradora: ... impõe-se perguntar que complexidade suplementar terá a construção deste estabelecimento prisional, para demorar tantos anos?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Entretanto - e já lá vão dois anos! -, foram anunciadas obras de recuperação do Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada, no valor de 350 mil euros, obras estas (convém referi-lo) centradas nas fachadas exteriores. O minimalismo deste tipo de intervenção parece resultar mais da preocupação com o movimento turístico (para os hotéis da zona e para o Casino) do que da verdadeira razão que deveria presidir a esta obra, isto é, garantir direitos fundamentais a reclusos, guardas e demais funcionários. Mas, até mesmo estas obras, ainda não avançaram e, agora, a culpa é do Tribunal de Contas. Até parece, Sras. e Srs. Deputados, que voltámos às forças de bloqueio!

Deputado André Bradford (PS): É uma fase do processo!

A Oradora: E a mesma lengalenga - a lengalenga do "vai ser desta!" - surge com o radar meteorológico de Santa Bárbara; há mais de dois anos que estamos à espera da realização de uma obra, no valor de 1,4 milhões de euros; Há poucos meses atrás, foi anunciado que o concurso público para a sua construção passaria para junho de 2018. E aqui está mais uma pergunta clara: - será verdade?! Será que é realmente desta?

É que não se trata de um luxo regional. Trata-se, isso sim (e segundo o Presidente do IPMA) de uma peça importante na segurança e proteção das populações, bem como do tráfego marítimo e aéreo.

Então, perguntamos porque se arrasta há tanto tempo?

O Centro Tutelar Educativo é outra necessidade vital, reconhecida por todas as entidades e responsáveis, diretamente ligados a esta área e unanimemente considerado da maior importância, para as nossas crianças e jovens. Porém, nesta matéria, nada de concreto existe, nem sequer uma promessa.

E, já agora, a odisseia do avião cargueiro é para continuar?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É!

A Oradora: Como se pode pensar no desenvolvimento económico regional, sem esta ferramenta, sem uma solução estrutural? Também, nesta matéria, vivemos, há três anos, de indefinições e precariedade.

Também a insegurança, no que respeita ao subsídio de mobilidade, não descansa ninguém. A começar pela nota posta a circular, na comunicação social, pelo Governo da República (há meses atrás) e cujo teor era de alarme. Somam-se a isto, as informações dadas pelo Governo Regional da Madeira.

Tudo isto parece configurar restrições à mobilidade dos/as Açorianos/as. Mas, como o Governo Regional participa, no grupo de trabalho criado para este desiderato, será que nos pode elucidar sobre quais são as reais intenções do Governo da República?

Ao mesmo tempo, no que diz respeito a projetos estratégicos, 'a montanha acabou por parir um rato'. Se não vejamos:

- Para esconder que a promessa do Centro Internacional de Investigação das Ciências do Mar, na cidade da Horta, foi um bluff, ...

Deputado André Bradford (PS): Isso não é verdade!

A Oradora: ... um exercício de mera propaganda eleitoral, o Governo Regional, em parceria com o Governo da República, veio atirar foguetes com o Air Center.

Tal como sempre disse nesta Casa o Bloco de Esquerda, o Air Center era, no máximo, um call center sofisticado ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... e a festa apenas servia para esconder o incumprimento da promessa, feita à cidade e na cidade da Horta.

Mas porque a vida é pródiga em nos pregar partidas e perante os factos cada vez mais claros, assistimos esta semana ao Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Que já não está na sala!

A Oradora: ... a vir por água na fogueira das expectativas sobre o Air Center, contradizendo tudo aquilo que, há menos de um ano, foi anunciado também pelo Governo da República.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: E água na fervura também, quanto ao Centro Internacional da Horta, cuja viabilidade ficou entregue a zelosos funcionários políticos do Partido Socialista (obviamente, para uma gestão política deste processo) mas cuja diminuta dimensão já está anunciada pelo mesmo Secretário Regional, não vá nós começarmos todos/as a sonhar com um Centro constituído por centenas de investigadores/as.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: É, aliás, evidente toda esta farsa, quando ouvimos, na passada semana, em plena Assembleia da República, as palavras da Sra. Ministra do Mar, com as quais clarificava que se opunha à alteração da Lei de Bases do Ordenamento Marítimo, concedendo, quanto muito, alguma alteração de pequena extensão. Ah! E tudo numa lógica maternalista, no que diz respeito às autonomias.

No fundo, nada disto surpreende, vindo (como vem) da mesma pessoa que coordenou o grupo de trabalho que produziu a mesma Lei de Bases do Mar. De facto, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, para que precisam os Açores de um Centro Internacional de Investigação das Ciências do Mar, se a gestão do mar, nos Açores, é para ser feita no Terreiro do Paço?!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sr. Secretário, ouça!

A Oradora: Mas o que nos surpreende - e muito! - é que tudo isto se passe, com a complacência (se não mesmo, a concordância) do Governo Regional e do Partido Socialista dos Açores.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Não basta que o Governo da República cumpra a Lei de Finanças Regionais, como aliás é sua obrigação. É necessário que seja coerente com a análise que fez desta mesma lei - quando estava na oposição - e a considerou anti autonómica. Ou seja, é necessário que mude a lei, que a altere.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Esta política de lindas e generosas palavras e poucos ou nenhuns atos não pode continuar e a Região Autónoma dos Açores tem de dizer, alto e bom som, "Basta!"...de promessas, basta de prazos, basta de farsas, basta de investimentos e de juras de amor, sempre e sempre e sempre adiados.

Disse.

Deputados António Lima (BE) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Há mais gente que pensa como nós!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Estiveste muito bem no fim, Zuraida!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado André Bradford tem a palavra.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista esperava uma declaração política deste teor de todos os partidos desta Casa, menos do Bloco de Esquerda, é que é realmente uma pena ter-nos calhado nos Açores a facção mais radical do Bloco de Esquerda.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Essa teve graça!

O Orador: Os moderados ficaram todos no continente e para os Açores calharam os radicais. Quem ouve a Sra. Deputada pensa que estamos num país em que governa o Partido Socialista com maioria suficiente, governa sozinho, é o único responsável pelas decisões governativas a nível nacional e, portanto,

vem aqui um partido da oposição a nível nacional que não tem nenhuma responsabilidade, nem está de forma alguma ligado à governação e, portanto, vem aqui criticar o governo. Seria legítimo!

Agora, o que já não é tão legítimo, Sra. Deputada, desculpe que lhe diga, é que um partido que é essencial na solução governativa do país quando acha que as coisas correm mal põe-se à margem e diz que os outros é que têm culpa e que os outros é que governam. Isso não é legítimo em termos políticos, Sra. Deputada.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Chama-se a isso gerigonça!

O Orador: Ninguém percebe, um português, ou um açoriano, não vai perceber nunca que o Bloco de Esquerda se considere parte da solução governativa ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Percebe! Ora se percebe!

O Orador: ... e que de vez em quando tenha uns assomos de crítica e diga que tudo o que corre mal é culpa do Partido Socialista.

Portanto, isto que aconteceu, esta declaração política diz muito do posicionamento incomodo que o Bloco de Esquerda tem na solução governativa, mas ainda diz mais do tipo de Bloco de Esquerda que nós temos nos Açores comparado com a sua camarada Catarina Martins que tem sido sempre, pelo menos tem feito sempre um esforço de responsabilidade e de ponderação nas soluções que são tomadas.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E sobre a declaração política!?

O Orador: Sobre o conteúdo em concreto, Sra. Deputada, nós temos tido várias fases de relacionamento entre os Governos Regionais e os Governos da República. Temos tido fases em que alguns dossiers essenciais avançam, temos tido fases em que algumas questões para nós fundamentais não avançam ou são até bloqueadas pelos Governos da República do Partido Socialista, do PSD/CDS, só do PSD, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Só do PS!

O Orador: ... só do Partido Socialista. Já tivemos experiências dessas com todos os governos, agora que me parece extremamente injusto que a Sra. Deputada considere que esta legislatura, com esta solução governativa, com este Governo da República é um mau exemplo de avanço de questões essenciais para a Região, isso parece-me absolutamente injusto e vou dizer-lhe porquê.

Deputado José Contente (PS): É uma autocrítica!

O Orador: A Sra. Deputada, por exemplo, diz que o Air Center “continua um bocado enublado, ainda não se percebeu exatamente”, mas não havia Air Center antes deste Governo da República.

Há um projeto internacional que avança ao ritmo da concertação entre os países, que não envolve só Portugal, que tem um âmbito muito genérico, que é essencial para o posicionamento geoestratégico e valorização dos Açores e do seu posicionamento geoestratégico, da mesma maneira que o Centro de Observação do Mar aqui, na Horta, é essencial para o posicionamento geoestratégico e para a vocação da Região no domínio da investigação científica, tudo isso ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Isso é teoria!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O que os senhores prometeram foi a mitigação do downsizing da Base das Lajes!

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: Não é teoria, é essencial. É assim que se faz, é assim que se cria e que se valoriza a vocação da Região em termos de investigação e muito particularmente da cidade da Horta e da ilha do Faial em termos de ligação ao mar.

O mesmo vale para o estabelecimento prisional de Ponta Delgada. Se há legislatura onde esse dossier teve um avanço significativo evidente é esta, é que na anterior de quase cinco anos não teve avanço nenhum, Sra. Deputada.

Esperava que a senhora que está ligada, quer queira, quer não queira, a esta solução governativa da República viesse criticar os cinco anos anteriores em que a senhora não estava ligada à solução governativa e que o dossier não avançou. Mas não! A senhora opta por criticar o período onde é responsável e de facto se há legislatura, nas últimas três, onde este dossier teve avanços, é esta legislatura: já há o entendimento, já há o terreno, já há o projeto, já se começa a avançar.

Portanto, é o ritmo desejável? Não é o ritmo desejável.

Deputada Zuraida Soares (BE): Há tudo menos o que devia haver!

O Orador: Nós sempre dissemos que não é, já devia estar resolvido há *n* legislaturas. Já devia ter sido resolvido na anterior e não foi.

Deputada Zuraida Soares (BE): Só estou a ouvir isso agora!

O Orador: Portanto, estou eu a dizer-lhe. Já devia ter sido resolvido, mas agora está de facto a avançar, quando antes não avançou e, portanto, isso é que era honesto politicamente dizer-se que agora avança, devagar, devia ser mais depressa. Mas não! O que é que a senhora diz?

Não avança! Não avança!

Portanto, nós temos, sobre isso, um diferendo grande. Aliás, vou dizer para terminar, Sra. Presidente, sinceramente: nós estamos muito confortáveis, não sentimos nenhum incómodo com a solução governativa que encontramos para o país. Para nós ter que articular tudo o que se faz e o que se decide com o Bloco de Esquerda e com o PCP não é, de forma alguma, um incómodo. Infelizmente para a ala radical do Bloco do Esquerda dos Açores negociar, falar com o PS, combinar com o PS, articular com o PS é um enorme incómodo.

A senhora quer começar já a campanha eleitoral para as nacionais do ano que vem. Nós queremos governar a Região.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem agora a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Começando pela solução governativa é bom que se diga, Sr. Deputado André Bradford, que foi uma solução governativa de quem perdeu as eleições e fez um assalto ao poder.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Bem lembrado!

O Orador: Essa é que é a realidade. Portanto, a solução governativa que os senhores inventaram foi retirar o poder a quem legitimamente o ganhou nas urnas e o senhor o ganhou na Secretaria. Essa é que é a realidade e disso os senhores como democratas deviam envergonhar-se. Essa é que é a realidade! Mas vamos então a algumas das suas afirmações e vem no sentido de que (dessa matéria é suspeito o Bloco de Esquerda) nessa matéria estamos de acordo. A verdade começa a ser bem construída deste lado contra a vossa verdade.

Relativamente ao Air Center, estamos todos de acordo relativamente ao Air Center. Os senhores não estão, mas o senhor veio falar do grande governo solidário da República.

Oh, Sr. Deputado Bradford, os senhores gabaram-se aqui um dia destes, o Sr. Presidente do Governo quando esteve na Terceira domingo passado, da construção do terminal de carga da aerogare civil das Lajes, que já lá vão quase 20 anos e 10 desde que o primeiro projeto foi apresentado.

Deputado André Bradford (PS): Também já avançou!

Deputado Francisco Coelho (PS): Penso que já é 40! É de 1976!

O Orador: Mas, Sr. Deputado Bradford, o que é de bradar aos céus, o que é de lamentar é que os senhores e o Sr. Presidente do Governo gabaram-se que finalmente havia um Governo da República que tinha resolvido o assunto. É verdade! Resolveu, mas cobrou à Região 148 mil euros por um pedaço de terreno para construir uma infraestrutura fundamental para o desenvolvimento da economia da Região e da ilha Terceira.

Essa é que é a vergonha, dessa é que os senhores se deviam envergonhar e isso os senhores tentam esconder.

A solidariedade tem um preço e os açorianos vão pagar para terem uma parcela de terreno para construírem um terminal de carga que o Governo da República cobra, os senhores aceitam e estão calados. É uma vergonha o que se passa, Sr. Deputado Bradford, relativamente a essa questão.

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: Sr. Deputado, o senhor admita, porque se fossem outros que cobraram uma ninharia e o mesmo se diz ...

Sr. Deputado, esse foi resolvido, mas à custa do trabalho, do dinheiro e da riqueza dos Açores. Portanto, os senhores aceitam que o Governo da República cobre por uma parcela de terreno para desenvolver a ilha Terceira e a economia dos Açores.

Deputado André Bradford (PS): Não apoiado!

O Orador: 148 mil euros! O senhor devia fazer um *mea culpa* e criticar António Costa e criticar o Governo da República quando isso foi prometido que seria resolvido gratuitamente, Sr. Deputado.

Os senhores aqui o anunciaram várias vezes, que não teria custos e que a culpa era dos outros que enquanto lá estiveram os senhores sempre falaram na servidão aérea e no licenciamento e sempre falaram que seria cedido pela República e quando legalmente ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... era possível uma cedência gratuita até por 99 anos ...

Deputado André Bradford (PS): Olhe que não era!

O Orador: ... o que quer dizer que era para sempre.

Olhe que era e eu tenho a certeza absoluta do que estou a dizer.

Os senhores negam. Olhe que era, porque já foi possível em outras situações, em outras situações já foi possível.

Os senhores não querem e preferiram pagar usando os impostos dos açorianos para dar o dinheiro ao Governo da República. Vergonha!

Citando a saudosa deputada do Partido Socialista, Benilde: “*Shame on you*, Srs. Deputados!”

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Maurício tem agora a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deixando de parte o amuo político entre o Partido Socialista e o Bloco de Esquerda ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Não estou amuada, Sr. Deputado!

O Orador: ... por falta de solidariedade regional nas opções políticas do Partido Socialista ...

Deputado André Bradford (PS): Quem está amuado sou eu!

O Orador: Quem está amuado é o Partido Socialista. Esclareço a Sra. Deputada!

Trouxe aqui com oportunidade o Bloco de Esquerda um conjunto de matérias que são alvo de uma solidariedade passiva do governo central perante a Região ...

Deputado André Bradford (PS): Não é verdade!

O Orador: ... e em relação às quais eu gostaria, em nome do PSD, de me centrar em três de forma concreta.

Estabelecimento prisional de Ponta Delgada. Para o PS está tudo bem, se avançando devagarinho.

Deputado André Bradford (PS): Não foi isso que eu disse!

O Orador: Mas o que o PS aqui não disse é que Carlos César enquanto candidato do Partido Socialista à Assembleia da República prometeu à porta do estabelecimento prisional que nesta legislatura se iniciaria a construção ...

Deputado André Bradford (PS): E vai-se iniciar!

O Orador: ... do novo estabelecimento prisional.

Oh, Sr. Deputado, quem está na posse de informações transmitidas pelos próprios responsáveis, desde logo o diretor do estabelecimento prisional, ...

Deputado André Bradford (PS): Eu não ia por aí!

O Orador: ... que não tem conhecimento do terreno onde o estabelecimento vai ser implementado, onde (ao que parece) o terreno não tem condições para que o estabelecimento prisional seja lá colocado, em que não há uma comissão de acompanhamento onde seria natural que o diretor do estabelecimento prisional de Ponta Delgada estivesse inserido, não há um plano funcional para o novo estabelecimento prisional.

As obras de melhoramento do estabelecimento prisional de Ponta Delgada, as únicas que foram feitas, foram pelos próprios presidiários que construíram dois gabinetes de atendimento dos advogados de defesa dos reclusos. Foram as únicas obras que foram feitas no estabelecimento prisional.

Deputado André Bradford (PS): O senhor não vá por aí!

O Orador: Portanto, vamos de adiamento em adiamento, a não ser que os senhores considerem positiva a assinatura de um protocolo conjunto entre o Diretor Geral dos Serviços Prisionais, Celso Manata, e a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social, Andreia Cardoso, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Da Costa!

O Orador: Da Costa!

... que prevê programas de reinserção social dos reclusos no estabelecimento prisional da ilha Terceira, quando a primeira atitude de reinserção social é transferir reclusos da sua ilha, São Miguel, para a ilha Terceira. É esse o conceito que os senhores defendem de reinserção social.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Depois andam a pedir pelas ruas!

O Orador: Portanto, Sras. e Srs. Deputados, estabelecimento prisional e promessas por parte deste Governo da República é coisa que já lá vai e em relação à qual nenhum açoriano está em condições de acreditar. Acredita, sim, na verdadeira desumanidade que naquele estabelecimento prisional se passa, de condições absolutamente insuportáveis por quem lá está e ao que parece a vossa sensibilidade não é a suficiente para compreender essa situação.

Deputado André Bradford (PS): Isso não é verdade!

O Orador: Mas a segunda questão que lhe queria colocar do ponto de vista da injustiça se equivale a essa diz respeito ao centro tutelar educativo de menores.

Deputado Francisco Coelho (PS): A sua sensibilidade é recente!

O Orador: Pois então Vs. Exas. estiveram em silêncio quando o Sr. Diretor Geral dos Serviços Prisionais veio dizer que não há crianças nem adolescentes suficientes para que um centro tutelar educativo de menores seja instalado nos

Açores, porque para ele duas, três, quatro, dez, quinze, dezasseis adolescentes fora do seu ambiente familiar, fora do seu local de trabalho, assumindo uma dupla pena, aquela que lhes foi atribuída pela justiça e a segunda que resulta da sua desinserção social, para ele, para o Sr. Diretor Geral dos Serviços Prisionais, isso não interessa, eles que sofram, eles que estejam fora dos Açores.

Deputado André Bradford (PS): Não isso que ele disse!

O Orador: Em relação a isso os senhores também não foram sensíveis, mas essa são matérias de um passado recente. Queria apenas referir-me a uma matéria do presente futuro e que a Sra. Deputada Regional do Bloco de Esquerda, Zuraída Soares, também sublinhou. Queria referir-me à questão da mobilidade e queria saber, Sras. e Srs. Deputados, o que tem feito o Partido Socialista para assegurar que aos açorianos não serão colocadas quaisquer tipo de restrições relativamente à sua mobilidade no espaço nacional.

É ou não verdade que o Grupo de Trabalho em que a Região está representada se prepara para limitar o número de voos ao valor de 134€ por ano?

É ou não verdade que haverá limitação do número de voos efetuados pelos açorianos anualmente?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E aos estudantes!

O Orador: É ou não verdade que esse Grupo de Trabalho pensaria limitar os horários diários da deslocação dos açorianos para usufruírem desse valor?

Deputado Carlos Silva (PS): O que é que isto tem a ver com o assunto?

O Orador: São essas as respostas que eu gostaria que o Partido Socialista e o Governo pudessem dar e pudessem aqui manifestar perante esta câmara de uma forma clara, dessem uma resposta clara àquilo que são os compromissos assumidos nestas matérias em particular pelo Governo da República em relação à Região, o mesmo é dizer às açorianas e aos açorianos.

Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Uso da palavra para, tendo em conta as referências da Sra. Deputada Zuraida Soares, naquelas que foram as várias referências feitas a dossiers que envolvam a Região e o Estado português, no caso o Governo da República, dar nota daquela que foi a participação do Governo dos Açores nesses procedimentos e informar a câmara do respetivo ponto de situação.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Está muito mansinho!

O Orador: Mas também não posso deixar de dizer que julgo que a Sra. Deputada Zuraida Soares enganou-se no palco.

Essa intervenção ficaria com certeza muito bem na tribuna da Assembleia da República, ...

Deputada Zuraida Soares (*BE*): É uma pena que diga isso! Que provincianismo! Pensei que este tempo já tivesse passado nesta Casa!

O Orador: ... ficaria muito bem feita na Assembleia da República, porque a verdade é que referiu...

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: Eu sou um homem sensível, Sr. Deputado.

... porque a verdade, Sra. Deputada Zuraida Soares, é que naturalmente que os Açores estão em Portugal e nós temos a legitimidade de discutir aqui aquilo que muito bem entendermos, ...

Deputado Bruno Belo (*PSD*): Orgulhosamente sós, Sr. Secretário!

O Orador: ... mas a verdade é que a Sra. Deputada na tribuna faz um conjunto de perguntas diretas ao Governo da República.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não, não!

O Orador: Portanto, julgamos que os seus camaradas do Bloco de Esquerda na Assembleia da República, aliás, parceiros da atual solução governativa, teriam com certeza a capacidade para conseguir e para obter todas essas respostas no que se refere às perguntas diretas que a Sra. Deputada fez ao Governo da República, ...

Deputada Zuraida Soares (BE): E o senhor tem obrigação como Membro do Governo Regional dos Açores!

O Orador: ... mas apesar disso e apesar da opção do Bloco não ter sido utilizar a tribuna da Assembleia da República para esse assunto e utilizar esta tribuna não posso deixar de esclarecer a câmara sobre a participação do Governo dos Açores em algumas matérias aqui referenciadas que, aliás, decorrem daquela que foi a visita do Sr. Primeiro-Ministro acompanhado por alguns Ministros do Governo da República, aqui, à Região, da qual resultou, aliás, um memorando e uma declaração conjunta que foi tornada pública e todos esses pressupostos estão, felizmente (felizmente!) a andar.

Relativamente às questões que foram aqui referenciadas.

Quanto ao Centro de Investigação e à sua instalação aqui, na ilha do Faial, isso é absolutamente inquestionável, aliás, já foi tornado público em vários momentos da deliberação do Conselho de Ministros relativamente a esse assunto, da inclusão do representante da Região na definição desse conjunto de diligências, portanto, essa matéria está a andar, é pública e toda a gente sabe disso.

Relativamente ao radar meteorológico também o Governo dos Açores participou na sessão, aliás, num protocolo assinado entre o IPMA e o Governo dos Açores, assinado por mim próprio numa cerimónia na ilha Terceira,

portanto, tem o IPMA já acesso a todas as instalações para proceder a essa intervenção que está aliás em andamento.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Onde é que ele está? O radar nem vê-lo!

O Orador: Relativamente ao subsídio de mobilidade também já tivemos oportunidade de abordar aqui esse assunto. A Sra. Secretária esteve aqui e esclareceu todas as Sras. e Srs. Deputados relativamente a essa matéria. Está em funções um Grupo de Trabalho que conforme estava previsto inicialmente está a fazer a apreciação da implementação do atual modelo, Grupo de Trabalho esse que produzirá as suas conclusões a muito curto prazo.

Relativamente ao terminal de carga, de facto, Sr. Deputado Artur Lima, é verdade que em determinados momentos, independentemente do Governo que governa ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: ... na República temos sempre algumas abordagens dos tecnocratas do Terreiro do Paço que têm uma visão muito rígida da lei e a verdade é que decorre da lei que a desafetação do terreno para construção do terminal de cargas tenha que implicar o pagamento e obviamente que a Região fará esse pagamento.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Fossem esses tecnocratas de um governo de outra cor!

O Orador: Relativamente ao centro tutelar educativo o Governo dos Açores não mudou a sua opinião e nós achamos que é importante que nos Açores exista um centro tutelar educativo. Se calhar já poderia existir se o anterior Governo da República não o tivesse metido na gaveta, porque chegou a estar referenciado um edifício para a instalação desse centro tutelar na Região e com a mudança de Governo da República esse projeto, esse dossier, foi metido na gaveta.

Relativamente ao estabelecimento prisional de Ponta Delgada dizer o seguinte. O Governo dos Açores através de resolução do Conselho do Governo cedeu o terreno, vulgo Mata das Feiticeiras, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Que nome engraçado!

O Orador: ... em São Miguel, para a cedência desse terreno.

Neste momento, está a decorrer um conjunto de diligências entre a Vice-Presidência do Governo e o Ministério da Justiça está a ser feito um levantamento sobre as condições do terreno, sobre a orografia do terreno e está já concluído o procedimento assumido pelo Ministério da Justiça que visa a terraplanagem daquele terreno e a remoção das bagacinas que lá se encontram.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: Isso está a andar, esse procedimento será lançado e, portanto, eu julgo que teremos nesta legislatura o início das obras do estabelecimento prisional de Ponta Delgada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A legislatura de cá ou de lá?

O Orador: Para terminar, Sra. Presidente, e peço-lhe alguma tolerância, porque foram aqui referenciadas algumas questões que me parecem importantes esclarecer.

Termino com uma referência ao Air Center.

O Governo dos Açores sempre disse o que disse agora o Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia. Sempre disse! Nunca disse nada de novo!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Sempre disse que não se poderia ...

O Air Center não implicava um grande edifício, num sítio específico, com largas centenas de investigadores. Não, não!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Emprego!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O que é isso?

O Orador: O Air Center tem sede nos Açores, implica um conjunto de áreas, das alterações climáticas, ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... nos oceanos, na energia, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isso não é verdade!

O Orador: ... no ambiente e visa criar um cluster regional ancorado ao Air Center ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Falso!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isso não é verdade!

O Orador: ... e à rede internacional que cria o Air Center que me parece muito importante para os Açores.

Sobre isto não posso deixar de dizer o seguinte para terminar.

Presidente: Já adverti o Sr. Secretário e vou pedir-lhe mais uma vez.

O Orador: Obrigado, Sra. Presidente.

Recordo-me bem quando era Secretário da Ciência e Tecnologia o Sr. Deputado José Contente, quando ele anunciava a aposta dos Açores no cluster espacial o tom jocoso ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): E tínhamos razão!

O Orador: ... com que os senhores se referiam a isso. Recordo-me bem o tom jocoso e de piadola barata com que os senhores ...

Presidente: Tem de terminar, Sr. Secretário.

O Orador: ... se referiam a isso.

Nós hoje temos nos Açores um cluster espacial inquestionável de grande qualidade e vamos ter nos Açores um Air Center de referência na Europa e no Mundo.

Muito obrigado pela sua tolerância, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor começou no Apocalipse e acabou no País das Maravilhas!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem agora a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: ...

Deputado André Bradford (PS): Como é que ainda tem tempo? O senhor tinha dois minutos há bocado, falou imenso, como é que ainda tem tempo?

O Orador: Sra. Presidente, tem aqui uma interpelação do Sr. Deputado André Bradford.

Sra. Presidente, a questão é a seguinte: eu estava a ser interrompido pelo Sr. Deputado André Bradford aos gestos bruscos, a dizer que eu não podia falar, que eu já não tinha tempo ...

Presidente: Oh, Sr. Deputado, tenha calma, que dentro desta Casa nada de mal lhe vai acontecer.

O Orador: Então gostaria de não ser interrompido novamente.

Eu percebo, Sra. Presidente, que quando eu falo a bancada do Partido Socialista fica incomodada e quanto mais ficam incomodados mais eu quero incomodar, mas a questão é esta.

Duas referências breves, Sra. Deputada, veja bem a coerência disto.

No plenário passado o Partido Socialista dizia: “Partidos regionais para quê, os partidos aqui nos Açores são autónomos, tomam as suas decisões de forma independente das sedes em Lisboa. Para que é que é preciso?”

Vem agora o Partido Socialista dizer: “Mas a senhora faz parte, a Sra. Deputada faz parte da solução em Lisboa.”

Está a ver a incongruência disto?

E a senhora não tem nenhum ministro naquele Governo que seja do conhecimento do Bloco de Esquerda, mas mesmo que tivesse, os partidos aqui são autónomos.

O segundo argumento também é extraordinário. Diz o Sr. Secretário Berto Messias: “Aqui, discutir o relacionamento entre o Governo da República e o Governo Regional? Aqui nos Açores, aqui no Parlamento dos Açores? Isso é impossível, não faz sentido.”

Portanto, a visão da autonomia do Partido Socialista do Governo Regional dos Açores é que as questões que dizem respeito ao relacionamento entre o Estado e a Região Autónoma só têm uma sede, Lisboa.

Portanto, isto diz muito da autonomia e da visão autonómica do Partido Socialista e do Governo Regional em relação a esta matéria.

Três notas breves, tenho realmente muito pouco tempo e vou referenciar apenas três coisas.

Dizia um célebre intelectual russo do séc. XIX que “mede-se o grau de civilidade de um país pela forma como trata os presos”. Penso que esta frase continua a ser atual.

Tem toda a razão a Sra. Deputada. É um problema que continua por resolver, que envergonha o país e que envergonha a Região e sobretudo quem prometeu reiteradamente que o resolvia e não o fez.

A segunda questão que quero aqui referenciar, tem V. Exa. toda a razão ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termina já, Sra. Presidente.

Tem toda a razão V. Exa quando fala do centro tutelar educativo. Se a frase anterior tem realmente todo o significado, também a forma como se trata os nossos jovens aqui é absolutamente deplorável e também aqui o Estado e a Região nesta matéria não têm nada para apresentar. Foi um dossier que não resolveram.

Finalmente, a questão dos serviços do Estado é caótica. O funcionamento dos serviços do Estado na Região está cada vez pior. Dou apenas o exemplo, por exemplo, da Conservatória Notarial do Município do Corvo que pura e simplesmente nos últimos seis meses o conservador foi lá 24 horas. Já faleceram pessoas que queriam fazer testamentos. Mas pode-se fazer um testamento num avião, pode-se fazer um testamento num navio, mas há uma coisa que na ilha do Corvo não se pode fazer: as pessoas não têm a oportunidade de fazer um testamento público.

E nos últimos seis meses ...

Presidente: Tem que terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Há um caso que uma pessoa faleceu, queria fazer um testamento e foi impedido, que é um direito reconhecido a todos os portugueses, menos aos corvinos. É uma vergonha a forma como funcionam os serviços de Estado. Podia aqui dar dezenas e dezenas de exemplos, dou apenas estes que não tenho mais tempo.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa também não tem mais inscrições.

Sendo assim, dou a palavra à Sra. Deputada para encerrar esta declaração política.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

À falta de melhores argumentos o Partido Socialista e o Governo Regional decidiram comentar a declaração política do Bloco de Esquerda fazendo juízos de valor sobre o Bloco de Esquerda/Açores.

Deputado Francisco César (PS): Todos nós fazemos!

A Oradora: Eu vou concentrar-me num dos juízos de valor que tem haver com honestidade intelectual e vou começar pela honestidade intelectual, aquilo que os senhores queriam dizer era a desonestidade intelectual, mas eu vou começar pela honestidade intelectual.

Deputado Francisco César (PS): Não é verdade!

A Oradora: Honestidade intelectual, Sras. e Srs. Deputados, é defender os Açores em primeiro lugar, ...

Deputado Francisco César (PS): Isso é demagogia!

A Oradora: ... é por os Açores primeiro, seja na República, seja nos Açores, seja na Madeira.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Isto é que é a honestidade intelectual, porque eu sou deputada da Região Autónoma dos Açores, eleita pelo povo açoriano.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Honestidade intelectual, Sras. e Srs. Deputados, é não me enganar no palco. Eu não me engano no palco quando aqui, na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores peço contas ao Governo da República seja ele apoiado ou não pelo partido que eu represento, porque eu represento acima de tudo o povo açoriano.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Honestidade intelectual, Sras. e Srs. Deputados, é dizer aqui com toda a clareza: “Não, nós não somos todos Centeno!” e na Região Autónoma dos Açores também não.

Honestidade intelectual, Sras. e Srs. Deputados, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto está a correr mal!

A Oradora: ... é ontem ter estado ao lado do Partido Socialista a votar um voto de protesto contra a posição centralista e anti autonomista dos deputados do PSD à Assembleia da República e hoje com a mesma cara, a mesma coerência e

a mesma honestidade intelectual estar aqui a dizer que o Governo da República não, não tem cumprido aquilo a que está obrigado para com esta Região, com o silenciamento, com a conivência e com a compreensão ternurenta do Governo Regional dos Açores e do Partido Socialista/Açores.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): A senhora não ouviu o que eu disse!

A Oradora: Honestidade intelectual, Sras. e Srs. Deputados, é dizer aqui e agora: “É uma pena que nos tenha calhado este PS na Região Autónoma dos Açores”, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Essa é forte!

A Oradora: ... porque se calhar se fosse outro a Região estava melhor.

Honestidade intelectual, Sras. e Srs. Deputados, é dizer que quem se põe à margem do processo de construção e de afirmação da autonomia é o Partido Socialista e o Governo Regional quando defende o indefensável ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): É preciso ter muita lata!

A Oradora: ... e não tem uma única justificação para os sucessivos incumprimentos de promessas assumidas com o maior descaramento em campanha eleitoral permanente, ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Qual incumprimento?

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... sim, o Partido Socialista com o seu Primeiro-Ministro em permanente campanha eleitoral e depois não as cumpre ao fim de anos.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Esclareci-as todas!

A Oradora: Então vamos a elas, Sr. Secretário Regional. Estabelecimento prisional de Ponta Delgada é uma desonestidade intelectual, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: Peço-lhe, Sra. Presidente, a mesma compreensão temporal que teve para com o Sr. Secretário Regional.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Por isso mesmo tenho que a advertir da mesma forma que o fiz ao Sr. Secretário.

A Oradora: Muito obrigada.

Então vou terminar continuando mais um bocadinho.

Estabelecimento prisional de Ponta Delgada. Desonestidade intelectual é que ele ainda nem tenha começado a ser construído, é que as paredes exteriores, nem essas, tenham começado a ser pintadas e desonestidade intelectual, Sras. e Srs. Deputados, é o Bloco de Esquerda no Orçamento de Estado para 2018 ter proposto a construção imediata deste estabelecimento e o Partido Socialista, na República ter votado contra.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Já estava previsto na proposta de Orçamento de Estado!

A Oradora: Isto não é honestidade intelectual.

Radar meteorológico de Santa Bárbara ainda não é desta.

Centro tutelar educativo ainda não é desta.

Centro do Ar ... isto não é uma piadola barata, Sr. Secretário Regional. Não é uma piadola barata! É que isto é mesmo um ar, foi um ar que lhe deu. Chegou e foi-se! Não existe centro nenhum ...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: ... e também ainda não é desta.

Concluindo, Sra. Presidente, o Partido Socialista e o Governo Regional não tiveram uma única palavra, nem sequer para defender o Governo da República que é da mesma cor dizendo porque é que nenhuma destas promessas estava em vias de cumprimento. Não souberam dizê-lo, mas souberam fazer juízos de valor sobre o Bloco de Esquerda/Açores.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como há pouco dizia o Sr. Secretário Regional, as palavras e as ações ficam para quem as diz e para quem as pratica.

Muito obrigada.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos do Deputado Paulo Estêvão)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Encerrámos esta declaração política e também o PTAP de hoje.

Regressamos às 15 horas com a Agenda.

Eram 13 horas e 01 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

(Após o intervalo, a Deputada Graça Silva substituiu a Deputada Bárbara Chaves na Mesa)

Eram 15 horas e 13 minutos.

Agradeço que ocupem os vossos lugares.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de anunciar os tempos que cada bancada dispõe ainda para participar neste debate do ponto cinco da nossa Agenda.

Sr. Secretário.

Secretário: Obrigado, Sra. Presidente.

Boa tarde.

O Governo dispõe de 24 minutos e 15 segundos; o PS de 6 minutos; o PSD de 3 minutos e 42 segundos; o CDS de 4 minutos e 37 segundos; o Bloco de Esquerda de 5 minutos e 14 segundos; o PCP de 6 minutos e 17 segundos e o PPM de 3 minutos e 57 segundos.

Presidente: Muito bem.

A Mesa já tinha algumas inscrições.

Para uma interpelação à Mesa, Sra. Deputada Bárbara Chaves, tem a palavra.

(*) **Deputada Bárbara Chaves (PS):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma interpelação à Mesa apenas para dizer e informar que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista entregará à Mesa um conjunto de fotografias relativamente às lixeiras a céu aberto do Corvo, ...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Isso não tem nada a ver com este ponto!

Presidente: Sra. Deputada!

A Oradora: Estou a explicar o que é.

... Graciosa, Graciosa, São Jorge e Faial de forma a verificar-se como era antes e como é hoje.

Presidente: Sra. Deputada, então a Mesa ficará a aguardar para depois juntamente com as outras poderem ser todas distribuídas.

Vamos continuar então com o debate de ontem.

Os tempos já foram anunciados.

Está inscrito o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ontem, o discurso final do Sr. Deputado André Bradford lembrou-me outros tempos e eu então fui buscar o meu dossier dos outros tempos. Isto é autêntico petróleo, como dizia uma nossa colega da Catalunha que também tem os artigos todos do atual presidente agora da comunidade e, portanto, que está a copiar a minha estratégia e devo dizer o seguinte.

Foi um discurso que não é o discurso do Partido Socialista historicamente, é um discurso populista, de extrema direita, parecido com Le Pen e, portanto, que lembra o que o Sr. Deputado escreveu há uns anos e eu vou recordar já adulto, já era adulto e tinha responsabilidade. Dizia o seguinte: “É por demais sabido que as únicas matérias que recolhem unanimidade nos parlamentos portugueses, Assembleia da República e Assembleias Legislativas Regionais, são os votos de pesar e o aumento dos privilégios dos deputados, nomeadamente no que aos salários diz respeito.” Isto é o que o Sr. Deputado André Bradford pensa sobre os parlamentos regionais e os deputados que aqui se sentam, mas mais grave ainda, tenho aqui e depois poderei ler outras passagens, mas como tenho pouco tempo vou resumir aqui, tenho aqui outra que diz o seguinte: ...

Deputado André Bradford (PS): Leia tudo, leia tudo!

O Orador: ...“Por isso quando votamos nós estamos apenas a escolher os homens providenciais desinteressados e empenhados, estamos em larga medida a promover pessoas que centram o mundo no seu umbigo e que buscam recompensas financeiras, emocionais e sociais que nunca tiveram.”

Deputado André Bradford (PS): Estava a pensar em si!

O Orador: O artigo chama-se *Porquê o poder*.

É este tipo de político, populista, demagógico, de extrema direita, com declarações ainda mais incendiárias que poderei ler a seguir na resposta, que

aqui fez um discurso absolutamente populista. “Nós, nós, nós ... é que somos os transparentes, ainda vamos fazer mais.” Todos os outros querem, apesar de todos os outros terem dito que iriam votar a favor e que estavam de acordo com a proposta, mas o discurso que V. Exa. aqui fez desmereceu a proposta que V. Exa. aqui apresentou e sobretudo envergonha um partido que não é um partido populista, nunca o foi, o Partido Socialista.

O seu discurso fica bem na extrema direita, não fica bem ao Partido Socialista, não é essa a matriz do Partido Socialista, Sr. Deputado.

A proposta eu voto-a favoravelmente com aquela dúvida que apresentei em relação aos funcionários, a forma como apresentou o seu discurso estragou a sua iniciativa e fundamentalmente é ofensivo para o Parlamento, para todos os deputados que aqui se sentam, de todos os grupos parlamentares.

Presidente: Sr. Deputado André Bradford, pede a palavra para?

Para intervir? Tenho que o inscrever então.

Está ainda inscrito o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Prescindo.

Presidente: Prescinde.

Sendo assim, tem então a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu solicitei a palavra, Sra. Presidente, apenas para dizer que nada tenho a dizer ao que disse o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

É verdade que nós estamos a meio da legislatura, podemos continuar a legislatura toda a ler os artigos de opinião que eu escrevi há 20 anos, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tenho matéria para a próxima!

Deputado João Paulo Ávila (PS): Se o senhor estiver aqui!

O Orador: ... há 25 anos, ...

Eu convivo muito bem com isso. Tenho, aliás, uma vantagem em relação a algumas pessoas que estão na política, nomeadamente o Sr. Deputado Paulo Estêvão, é que o meu pensamento está escrito, há vinte e tal para cá que está escrito.

Portanto, se o Sr. Deputado acha que o Parlamento regional existe para discutir o que cada um escreveu ou pensa politicamente ao longo da sua vida, é legítimo.

Deputado Luís Garcia (PSD): O problema é que deu umas cambalhotas, entretanto!

O Orador: Eu acho que é uma perda de tempo, eu acho que é um mau uso do mandato popular que ele recebeu, eu acho isso tudo, mas é só a minha opinião. Se o Sr. Deputado quer continuar a fazer isso pode continuar a fazer isso até cá estar, agora eu acho que os açorianos merecem outro tipo de consideração e acho que estão preocupados é com a sua vida, com a vida da sua Região, com a melhoria das condições de vida, com a garantia de que vivem numa Região próspera, desenvolvida, que procura as melhores soluções para o seu futuro e não com o que eu escrevi. Seria muita presunção pensar que o que eu escrevi há 20 anos atrás tem algum interesse para os açorianos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não, não tem interesse para si, Sr. Deputado, é evidente, porque é uma contradição tremenda e mostra qual é a origem do seu pensamento de extrema direita, o senhor que se senta agora no Partido Socialista.

Mas quero aqui dizer novamente que valorizo a proposta do Partido Socialista. A apresentação demagógica e populista de V. Exa. é que eu tenho que condenar e mais do que isso, porque o que o senhor escreveu é gravíssimo, o senhor fez um ataque a todos os partidos políticos de forma demagógica e a todos os deputados que aqui se sentam. Mais um tesourinho que vou aqui ler, diz V. Exa.: “Sempre tivemos políticos movidos só e apenas pelos mais básicos instintos da espécie humana, sempre elegemos pessoas cujo único fito foi o exercício do poder por si só e as compensações materiais, sociais e psicológicas que daí advieram.”

Portanto, continua com um conjunto de ataques que são autenticamente o estilo de Le Pen, de extrema direita, populistas e V. Exa. agora no seu discurso, ...

Presidente: Sr. Deputado, peço-lhe que evite esse tipo de adjetivação.

O Orador: ... no discurso que realizou justifica uma proposta meritória, que eu disse que votaria a favor com um discurso completamente descontextualizado da estrutura ideológica do partido que V. Exa. integra e é isso que lhe estou a dizer.

O que V. Exa. agora escreveu, desculpe está escrito e é confrontado.

Ouça, há poucos dias, noutros parlamentos os deputados são confrontados com aquilo que escreveram e, portanto, o Sr. Deputado mostra é a origem ideológica do seu pensamento político que é algo que eu condeno e que o Partido Socialista também condena, porque o Partido Socialista condena as ideologias populistas e a extrema direita, sempre o fez e, portanto, nesse combate democrático o senhor não pertence à matriz do seu próprio partido.

Presidente: Obrigada.

Informo que o Sr. Deputado Paulo Estêvão esgotou o seu tempo para este debate.

Sr. Deputado André Bradford tem a palavra.

Deputado André Bradford (PS): Era um protesto, Sra. Presidente.

Presidente: Um protesto a?

Deputado André Bradford (PS): Pelo facto de ter sido associado à extrema direita e a Le Pen.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Eu tenho ao longo desta legislatura sido alvo recorrentemente deste tipo de confronto. Tenho feito um esforço sobre-humano para ignorar.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é obsessão!

O Orador: Tenho conseguido, mas depois há dias que custa mais a conseguir, portanto, este é um desses dias. Tive um inconseguimento e já não consigo suportar esta perseguição e obsessão constante, doentia, do Sr. Deputado Paulo Estêvão ...

Deputado Manuel Pereira (PS): Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é ofensivo!

O Orador: ... em relação à minha pessoa política. Acho que isto ultrapassa todos os limites do razoável.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Acho que qualquer assunto serve para isto. Continuo a dizer que não é para isto que existe um Parlamento Regional.

As pessoas não são eleitas para se agredirem, as pessoas são eleitas para defenderem os interesses daqueles que os elegeram, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Antes fosse assim!

Deputado Miguel Costa (PS): É verdade!

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: ... para responder às aspirações dos açorianos. Isto que aqui se passa é verdade que é de um partido de franja, é verdade que é de um partido que representa o que representa em termos de eleitores, é verdade que é de um partido que tem a dimensão que tem e que, por exemplo, não tem um congresso regional, porque não pode, porque um congresso exige mais de x militantes, é verdade que é isso tudo, mas por causa disso não está desobrigado de cumprir os mínimos do tratamento cívico, do tratamento legítimo entre pessoas.

Portanto, tenho que lavrar o meu protesto, Sra. Presidente, e dizer que vou continuar a fazer um esforço sobre-humano para tolerar esta perseguição constante à minha pessoa, mas há dias em que vou ter de recorrer à figura do protesto, porque os abusos são demasiados.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Para um contraprotesto dispõe de dois minutos, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Aqui estamos a fazer debate político.

Esta é uma proposta política. Nós estamos a debater questões ideológicas.

Deputado André Bradford (PS): Isso é perseguição!

O Orador: Eu não lhe fiz nenhuma acusação pessoal a V. Exa., nem à sua família. Nunca o ofendi pessoalmente.

Deputado André Bradford (PS): Já me ofendeu, já!

O Orador: O senhor disse que eu tinha perseguição doentia.

Deputado André Bradford (PS): É, é!

O Orador: Isso é que é uma ofensa de caráter pessoal. Eu apenas o confronto com afirmações que V. Exa. proferiu e escreveu no passado. Isto não é perseguição.

Evidentemente que isto existe em todos parlamentos do mundo, em todos os momentos do mundo o senhor poderá encontrar também momentos em que eu disse uma coisa com que agora já não me revejo.

Deputado André Bradford (PS): O senhor não faz isso em relação a mais ninguém!

O Orador: Agora, V. Exa. devia ter humildade de dizer: “Em relação ao que eu escrevi eu assumo que era demagógico, eu assumo que era populista e eu assumo que era uma visão sobre a classe política que eu hoje já não tenho.”

Se V. Exa. pedisse aqui desculpa por aquilo que escreveu, que está arrependido daquilo que escreveu, da forma como escreveu, era uma coisa. Agora, dizer que é perseguição pessoal.

Apenas o confronto com declarações que V. Exa. fez, mas há uma coisa que eu lhe quero dizer, Sr. Deputado: eu respeito imenso a si do ponto de vista pessoal, ...

Deputado André Bradford (PS): Desqualifica os Deputados regionais!

O Orador: ... respeito imenso a sua família, ...

Deputado André Bradford (PS): Então não respeita! Então não se estava a ver!

Deputado Carlos Silva (PS): Esse respeito ninguém quer!

O Orador: ... e o debate é apenas político. O debate é apenas político!

Eu sei que V. Exa. fica zangado com aquilo que lhe é dito e o que tenho a fazer ... E abandona a sala agora, num gesto de desprezo por quem está a fazer a intervenção e de intolerância.

Deputado Carlos Silva (PS): É o que o senhor merece!

O Orador: Mas é assim! Se eu saísse da sala cada vez que eu sou criticado tinha que sair dez vezes. Era bom para a minha forma física, mas é algo (oh, Sr. Deputado!) que nós na atividade política temos de tolerar, ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... porque somos alvo de críticas, encontram-se as nossas contradições, encontra-se a falta de argumentos, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Isso é normal em democracia.

Agora, as pessoas não se podem vitimizar e dizer que estão a ser alvo de uma perseguição quando eu leio e documento aquilo que foi dito. Portanto, isto demonstra ... Para quê?

Para demonstrar a contradição entre aquilo que é dito agora e que foi dito antes.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Quem é que se vitimiza?

Deputado Carlos Silva (PS): É uma obsessão!

O Orador: Termino, Sra. Presidente, para dizer o seguinte: a origem política deste pensamento é uma origem perigosa, porque é uma origem populista e demagógica para a democracia.

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Isso é que é perigoso e em relação à vossa bancada eu quero dizer-vos que estou a ser justo do ponto de vista histórico. Sou professor de história e, portanto, o Partido Socialista não tem uma matriz populista e demagógica. Não tem!

Portanto, eu acho que Vs. Exas. estarão de acordo comigo em relação a esta perspetiva.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Regressamos ao debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu optei não por fazer um protesto à intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão, porque acho que o teor da intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão e a crítica que nós fazemos à intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão tem tudo a ver com os problemas que temos hoje na sociedade portuguesa e a nível da sociedade açoriana, naquilo que tem a ver com transparência, proximidade entre o eleito e os eleitores.

O Sr. Deputado que me desculpe dirigir-me como me vou dirigir a si. Não é normal (não é normal!) que um deputado nesta Casa faça uma pesquisa de centenas de artigos e em todas as intervenções que faz nesta Casa (em todas as intervenções que faz nesta Casa! ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Todas?

O Orador: ... Todas, Sr. Deputado!) não focaliza no Partido Socialista, não focaliza nas políticas do Partido Socialista, não focaliza na forma como deve fazer oposição. Não! Destaca e individualiza sempre uma pessoa, sempre uma única pessoa: o Deputado André Bradford.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso não é verdade!

O Orador: Perdoe-me que lhe diga: não é normal, Sr. Deputado!

O Sr. Deputado todos os dias diz que o Sr. Deputado André Bradford não tem espinha, não tem ideologia, que pensa ao contrário do que tinha dito antes, que é alguém que não tem caráter político.

Portanto, Sr. Deputado, não é normal alguém aparecer nesta câmara com um livro cheio de etiquetas que a única coisa que faz é criticar um deputado desta bancada e toda a gente, quando o Sr. Deputado faz isso, ou um conjunto de pessoas da oposição, fica parada a rir, como se tivesse muita graça num parlamento onde se devem discutir políticas, onde se deve criticar também os partidos quer da oposição, quer do Governo, devemos ter aqui uma dialética

política a sério, a única coisa que se faz é criar casos e casinhos, individualizar, criticar, pessoalizar, individualizar e não é isso que aqui estamos a fazer ...

Deputado Bruno Belo (PSD): O senhor é moralista!

O Orador: ... e o destaque que temos muitas vezes (e esta crítica não é só para aqui é também para quem destaca isso) ... Nós não estamos num parlamento para individualizar, para tentar humilhar, para tentar espezinhar ...

Oh, Sr. Deputado, não é essa a forma que eu desejo para a dialética política. O que nós devemos fazer aqui é discutir as políticas, Sr. Deputado.

O Partido Socialista apresentou aqui uma proposta ao nível da transparência, ao nível daquilo que devem ser os esclarecimentos que qualquer pessoa nesta Casa deve apresentar à sociedade açoriana, e o senhor vem com um artigo, ou com vários artigos pessoalizar numa pessoa e o senhor faz isso recorrentemente e parece que há algum gozo de alguns deputados de dizerem: “Lá está ele a dizer qualquer coisa sobre o Deputado André Bradford, sobre o que ele disse há 20 anos.”

Oh, Sr. Deputado, eu escrevi desde 2008, chegou uma altura que escrevia dois artigos por semana. Há muita coisa do que disse então que mudou, que eu evolui de opinião e eu acredito que o Sr. Deputado também, o Sr. Deputado Duarte Freitas, o Sr. Deputado Artur Lima, todos nós evoluímos.

Há matérias que fazem sentido. Eu posso criticar o deputado do PSD, ou um deputado do PSD, sobre alguma coisa que disse há um ano, há dois anos, ou até há 20 anos.

Agora, eu não faço vida disso, Sr. Deputado. Isso não é normal num Parlamento.

O senhor, perdoe que lhe diga, está a transformar este Parlamento, ou as suas intervenções, numa forma radical sempre de fazer intervenções pessoalizando. Isto não é normal!

Vamos discutir a substância. O senhor é ou não é a favor da proposta do Partido Socialista?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Já disse que sim!

O Orador: Devem os deputados ou não apresentar mais esclarecimentos sobre o seu vencimento, sobre quem cá trabalha, sobre o tipo de benefícios ou direitos a que têm direito, passo o pleonasma?

Sr. Deputado, essa é que é a questão que está aqui e o senhor pessoaliza, tenta humilhar, tenta chatear as pessoas pessoalmente.

Quem é que percebe isto em casa?

“Lá estão eles a atacarem-se uns aos outros” ...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... e obviamente que uma ação provoca uma reação, porque “quem se sente é filho de boa gente.”

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: E nós sentimo-nos, Sr. Deputado. Nós não aceitamos, nem gostamos desta forma de fazer política. É que nós não estamos a falar aqui apenas de incoerência política. O Sr. Deputado pessoaliza.

Isto eu não o fiz de forma de protesto, porque isto está tudo ligado, Sr. Deputado.

Deputado Marco Costa (PSD): Estou quase a chorar!

O Orador: Transparência, ética no debate político, uma dialética clara, é isso que nós estamos aqui a defender e o senhor a pessoalizar e depois há quem ria e pior!

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Há quem ache piada de destacar isso em termos noticiosos.

Peço desculpa, vou já terminar.

É uma crítica à sociedade que acha piada a isso. É esta a minha opinião e eu mantenho-a, Sr. Deputado. É uma crítica, aceitemos todos, porque eu também aceito quando erro. Portanto, ninguém está acima de qualquer tipo de crítica.

Agora, isto não é uma forma de fazer política na nossa opinião. O senhor tem outra opinião. Está no seu direito de a ter.

Agora, fique claro: esta bancada que está aqui não se revê nesta forma e todos os dias faz um esforço para não responder na mesma moeda àquilo que nos fazem. Agora, somos todos de carne e osso, Sr. Deputado, e às vezes temos de reagir.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PS esgotou o seu tempo para o debate.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para um protesto, uma vez que fui acusado pelo Sr. Deputado Francisco César de falta de ética.

Presidente: Sr. Deputado, eu não lhe vou dar a palavra para o protesto.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Porquê?

Presidente: O Sr. Deputado fez uma intervenção citando o que entendeu ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Fui ofendido por dizer que há falta de ética, quando não tenho tempo para poder responder.

Presidente: ... e eu não me opus à sua intervenção, porque entendi que era no âmbito do debate político.

O Sr. Deputado Francisco César também fez a sua intervenção no âmbito do debate político.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Dizendo que eu tenho falta de ética.

Presidente: Sr. Deputado, não lhe dou a palavra.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Oh, Sra. Presidente, vou dizer-lhe que discordo em absoluto. O Deputado André Bradford acabou de ter a oportunidade de efetuar um protesto.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão não lhe vou ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): V. Exa. está profundamente errada.

Presidente: Peço que respeite a minha decisão. Não lhe vou dar a palavra para o protesto.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ouça, Sra. Presidente, a partir de agora vou dizer a todos os Deputados que têm falta de ética.

A partir de agora dizer que se tem falta de ética não é ofensivo.

Presidente: Sr. Deputado, eu não lhe posso dar a palavra para o protesto.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sim, senhora.

Presidente: Sr. Deputado João Bruto da Costa tem a palavra para participar no debate.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu confesso que fico na dúvida, Sra. Presidente, o que é que estamos aqui a debater, é porque eu não ouvi da intervenção do Sr. Deputado Francisco César praticamente uma linha que fosse sobre o diploma que estamos a debater.

Presidente: Da mesma forma, Sr. Deputado João Bruto da Costa (fez-me uma pergunta e eu vou-lhe responder), que o Sr. Deputado Paulo Estêvão fez uma intervenção ...

O Orador: A Sra. Presidente, peço desculpa, é a Presidente desta Casa e eu não a devia interromper, mas devia-me respeitar e também não me interromper, por favor.

Presidente: Mas o senhor fez-me uma pergunta e eu estou a responder.

Sras. e Srs. Deputados!

A Presidente da Mesa entendeu a sua intervenção como uma pergunta à Mesa e eu apenas estou a justificar, Sr. Deputado João Bruto da Costa porque é que permiti que o Sr. Deputado Francisco César continuasse a sua intervenção na mesma linha que o Sr. Deputado Paulo Estêvão fez a sua intervenção.

Tem a palavra, Sr. Deputado João Bruto da Costa.

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Isto demonstra bem como a crítica por vezes depende a quem é dirigida, se é aceite, ou não é aceite ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e isso mostra bem a forma de estar na política e a forma de se comportar no debate político aquilo que acabámos de assistir.

Eu já disse aqui várias vezes e já o disse ao próprio Deputado Paulo Estêvão que não concordo com algumas formas, ou com algumas maneiras de ele abordar alguns temas ou de fazer o debate político, mas não aceito estes assassinos de carácter que fazem a qualquer dos deputados desta Casa.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Não fica bem invocar o respeito mútuo e ao mesmo tempo atacar de forma quase inaudita nesta Casa um ou outro deputado, porque, Sr. Deputado, eu posso-lhe demonstrar a forma como o Partido Socialista muitas vezes me tem tratado pessoalmente, mas não vou por aí, porque isto não são questões pessoais. Estamos aqui a debater a necessidade de haver transparência na atividade deste Parlamento para que todos os cidadãos possam conhecer exatamente aquilo que aqui fazemos, por isso também defendemos a existência

do Canal Parlamento, por isso também defendemos outras formas das pessoas saberem exatamente o que aqui estamos a fazer.

Não era para voltar ao tema esta tarde, porque penso que a posição do Partido Social Democrata ficou suficientemente clara ontem: o nosso entusiasmo com o facto do Partido Socialista apresentar uma proposta abrangente para a transparência deste Parlamento deixa-nos com a convicção de que as nossas propostas sobre transparência não só da atividade parlamentar, mas da atividade governativa e da administração serão certamente acolhidas com igual entusiasmo por parte do Partido Socialista.

Essa é a nossa motivação para este debate.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: É certo, porém, que ontem tentando também trazer alguma forma menos séria do ponto de vista formal, mas igualmente normal do ponto de vista do debate político eu disse em tom de alguma brincadeira (e perdoem-me que repita) que este debate não se podia tornar numa “ópera bufa”, que, como sabem, era uma forma de comédia, mas eu confesso que assistir a esta paixão atual do Partido Socialista pela transparência não me dá vontade de rir, mas dá-me vontade certamente de desconfiar se não será só por uma questão de cosmética.

Eu não quero e o PSD/Açores e o Grupo Parlamentar do PSD não quer que o debate sobre a transparência seja nem por lado comédia, nem por outro lado cosmética. Seja aquilo que realmente é: nós darmos a conhecer a todos os cidadãos, quer da parte da administração, quer da parte do Parlamento, quer da parte dos deputados, quer da parte dos Membros do Governo, exatamente

aquilo que andamos a fazer com o dinheiro dos contribuintes açorianos, que são eles que nos pagam para podermos exercer as nossas funções.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

(Neste momento, a Deputada Bárbara Chaves reocupou o seu lugar na Mesa)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PSD também esgotou o seu tempo para o debate.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver. Vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Para uma declaração de voto, tem a palavra Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao longo deste debate eu não me levantei desta cadeira e não abandonei o debate quando fui alvo de críticas em relação ao posicionamento que adotei sobre esta matéria, porque acho isso de uma enorme falta de ética, tal como acho que é uma enorme falta de ética atacar-se pessoalmente outro deputado quando ele já não tem tempo. Essa é que é uma enorme falta de ética do ponto de vista parlamentar.

Presidente: Sr. Deputado, está no âmbito de uma declaração de voto.

O Orador: Estou, estou, Sra. Presidente.

Deputado João Costa (PS): Não está a fazer não!

O Orador: O que eu considero que é importante nesta matéria e nesta discussão, ao longo da discussão deste diploma, é nunca em nenhuma situação na minha vida, ou na vida parlamentar me deixarei condicionar.

Deputado Carlos Silva (PS): Não se deixa, mas tenta condicionar!

O Orador: Nunca na minha vida parlamentar deixarei de defender as minhas ideias utilizando os documentos que os partidos políticos ou as diferentes organizações políticas produziram, ou os diferentes agentes políticos produziram sobre estas matérias, sobre a matéria da transparência.

Quem escreveu há 20 ou 30 anos sobre esta matéria evidentemente será confrontado ...

Presidente: Sr. Deputado, está no âmbito da declaração de voto.

O Orador: Estou a fazer a minha declaração de voto.

Por isso, nesta matéria nunca me deixarei condicionar.

Há gente na década de 30, sobre a transparência e sobre o funcionamento do sistema político, os nazis, queimaram os livros dos opositores políticos e fundamentalmente também queimaram o seu passado, o que tinham escrito no passado, porque como sabem, por exemplo, o partido nazi (e termino já esta breve referência) também tinha, por exemplo, antigos dirigentes comunistas, mas isso são questões de referência.

A questão é esta: todos nós (todos nós!), e na transparência do sistema político, temos de ser confrontados com os nossos atos e com as nossas declarações e o que temos de esperar num sistema parlamentar, em qualquer sistema parlamentar, é que aquilo que nós dissemos mais tarde ou mais cedo será utilizado pelo adversário político ...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão eu vou ter que interrompê-lo para lhe dizer que ao abrigo do n.º 2 do artigo n.º 80 se o Orador se desviar do uso da palavra para a qual pediu eu posso interromper. É a terceira vez que lhe digo

que o senhor está a fazer uma declaração de voto e apesar de ter cinco minutos e apesar do enquadramento que já fez e que eu já lhe permiti fazer, eu vou dizer-lhe pela última vez que o senhor está a fazer uma declaração de voto, portanto, tem que fazer uma declaração de voto.

O Orador: Eu considero, Sra. Presidente, que não me estou a desviar do assunto, estou a falar sobre o sistema que é a transparência e a transparência ... O que estava no diploma eram as declarações proferidas pelos Srs. Deputados, os discursos que estão previstos que vão estar no canal da transparência, as posições políticas, os requerimentos, tudo aquilo que é produzido e escrito pelos Srs. Deputados ao longo da legislatura e essa é uma matéria que é muito revelante e é uma matéria que interessa que as pessoas conheçam até para perceber a congruência que o deputado tem no exercício das suas funções.

Devo dizer também nesta matéria que votei favoravelmente, porque estou completamente de acordo que a classe política, pelo exercício das funções que exerce, deve estar sob escrutínio público. Aquilo que produzem, as intervenções que realizam, as reuniões em que participam, a sua tomada de posição e as suas posições políticas, aquilo que disseram e aquilo até que deixaram de dizer em determinadas circunstâncias no âmbito do exercício das suas funções, tudo isso está sob o escrutínio das pessoas, deve estar sob o escrutínio das pessoas. Por isso, considero que a classe política deve estar sob esse escrutínio.

Em relação aos vencimentos, que é sempre uma questão populista, mas Sra. Presidente, era a questão de tornar os vencimentos públicos também, nada a apontar e eu votei favoravelmente esta iniciativa apesar de algumas intervenções nesse sentido, agora não se pode é de forma nenhuma transformar este assunto, que é um assunto de todos, que nos deve unir a todos (a transparência, o exercício das funções com transparência), não se pode é utilizar isto como arma de arremesso para os outros, utilizar isto de uma forma demagógica: nós somos os melhores, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Nós apresentámos a proposta, Sr. Deputado! A proposta é nossa!

O Orador: ... vocês são os piores; nós queremos transparência, os senhores não querem transparência.

Esse tipo de discurso é um discurso é um discurso perigoso, porque mais tarde ou mais cedo junto da opinião e junto do cidadão também serão confrontados com essas responsabilidades.

Portanto, um discurso deste tipo, um documento deste tipo, deve ser um documento que é elaborado com responsabilidade por todos nós, assumindo todos nós essa responsabilidade, não atirando aos outros esse tipo de afirmações e não fazendo o aproveitamento demagógico e populista de um diploma ou de uma iniciativa com que eu concordo, por isso, votei favoravelmente. Portanto, votando favoravelmente a minha crítica foi apenas para os momentos em que se aproveitou para fazer um discurso contra os outros e se aproveitou para introduzir uma dose de populismo e de demagogia na apresentação deste documento. Essa é a minha discordância.

A minha concordância é em relação à elaboração do documento.

Quero terminar dizendo apenas o seguinte: há apenas uma discordância que tenho, uma dúvida que tenho em relação à questão dos funcionários. Uma coisa são os deputados, os políticos, que estão sob este escrutínio público, que é especial dada a nossa condição do exercício de funções públicas tendo sido eleitos para estar neste órgão; outra coisa é a questão dos funcionários. Aí eu tenho grandes dúvidas, mas resolvo essa questão da seguinte forma, até tenho pareceres jurídicos ... pareceres não, opiniões que pedi que apontam nesse sentido para a irregularidade dessa norma. Portanto, o que eu vou fazer é fazer uma exposição sobre esta matéria ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termino, Sra. Presidente.

... à comissão, porque em relação a esta matéria acho claramente que viola o parecer que chegou a esta Casa sobre esta mesma iniciativa.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Coelho, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Afinal havia outra, afinal há outra! Outra postura e a forma como este diploma foi votado por unanimidade não deixa de ser significativa.

Naturalmente que o Partido Socialista ao propô-lo e ao votá-lo está consciente que deu mais um contributo no sentido do aumento a transparência parlamentar, ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... da aproximação entre eleitores e eleitos, no aprofundamento do nosso sistema parlamentar e no seu aperfeiçoamento, bem como da nossa autonomia.

Conforme tive oportunidade de lembrar ontem de forma, aliás, não exaustiva, não foi este de forma alguma nem o primeiro, nem o segundo, é mais um contributo entre tantos que temos a honra e o orgulho de ter dado, nem será também com certeza o último.

Isto não tem nenhum problema a não ser ter havido, infelizmente, um conjunto de acidentes e de incidentes que fizeram desviar a atenção do essencial, mas o que ficará registado é que hoje foi aprovada uma proposta do Partido Socialista que aumenta a transparência e que melhora o nosso sistema parlamentar.

A verdade é que com ou sem cosmética este diploma foi aprovado por unanimidade. Isso é que interessa aos Açores, isso é que interessa aos açorianos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CDS votou convictamente esse diploma favoravelmente. Aliás, disse-o no início em teoria, pese embora as críticas que fez, disse-o que votaria favoravelmente.

Agora, o que me deu ... Também fica e qualifica as atitudes de quem as toma, qualifica apenas quem as toma! Mas afinal havia outra. Havia outra, é verdade! E a outra é que o Partido Socialista queria que nós votássemos contra isto. Essa é que era a vontade do Partido Socialista e tudo fez para que votássemos contra. Não! Votámos a favor, mas devo-lhe dizer mais (e aqui fica já o anúncio!): queremos mais transparência! Não é só para o Parlamento, é para o Governo, é para as empresas públicas e vamos apresentar nesta Casa uma iniciativa nesse sentido ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem! Vamos a isso!

O Orador: ... e quero ver como é que vota o Partido Socialista.

Muito obrigado, Srs. Deputados.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo que não há mais declarações de voto. Penso que não.

Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos. Entramos agora no ponto seis da Agenda: **Projeto de Resolução n.º 61/XI – “Plano Regional de Emergência de Proteção Civil dos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD/Açores entregou nesta Assembleia em dezembro de 2017 um Projeto de Resolução para que o Governo elabore um Plano Regional de Emergência de Proteção Civil válido e atualizado, iniciativa que chega agora a debate parlamentar.

A prevenção, prontidão e articulação de meios de proteção civil constitui um vetor nuclear do socorro às populações e do sentimento de segurança que se lhes deve proporcionar, com especial pertinência numa região arquipelágica e ultraperiférica como é o caso dos Açores.

As orientações das autoridades competentes relativamente ao modo de atuação dos organismos e estruturas que operam em ações de proteção civil, são definidas em Planos de Emergência de Proteção Civil, documentos formais estabelecidos pela respetiva Lei de Bases.

Por seu turno, as normas e critérios de elaboração dos referidos planos, constam da Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil, a qual estipula que os planos devem ser revistos no prazo máximo de cinco anos após a sua aprovação.

Nos termos da lei os planos de âmbito regional são elaborados pelo organismo regional com competência em matéria de proteção civil, no caso o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores e aprovados pelos órgãos de governo próprio da Região.

No entanto, apesar de tanto a atual Lei de Bases, como a resolução a definir as normas de elaboração dos planos de emergência terem sido publicadas já há três anos, a Região Autónoma dos Açores não tem Plano de Emergência válido e atualizado.

Devemos ser alarmistas?

Não! Os Açores têm associações humanitárias de bombeiros voluntários centenárias e de inestimável valor, têm bombeiros voluntários dedicados e têm também uma população sensível às questões da proteção civil, no entanto, o Governo não cumpriu o seu papel.

Repito: em três anos o Governo Regional não diligenciou como lhe competia pela elaboração do Plano Regional de Emergência e de Proteção Civil dos Açores.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Esta é uma matéria de elevada relevância e sensibilidade que justifica a intervenção desta Assembleia, no sentido de alertar o Governo para a urgência da correção da lacuna existente, contribuindo também por esta via o Parlamento para a adequada articulação dos mecanismos de proteção civil e para a melhoria das condições de desempenho da missão dos vários agentes que operam nesta área no arquipélago dos Açores.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD apresentou (repito, em dezembro de 2017) o Projeto de Resolução em análise para que no prazo máximo de 180 dias o Governo Regional promova a elaboração do Plano de Emergência de Proteção Civil dos Açores.

Esta iniciativa colocou a questão em debate. Sabemos que nos últimos meses foi elaborado um projeto, mas o papel deste Parlamento não está ainda concluído, pelo que o eventual voto contra constituiria uma menorização do papel da Assembleia Regional.

A fiscalização da ação governativa e o contributo para a correção das lacunas detetadas constituem competências da Assembleia Legislativa, o primeiro órgão da autonomia, e compete aos deputados eleitos pelo povo e presentes nesta câmara dar corpo a este princípio.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa já tem uma inscrição.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Pereira.

Deputado Manuel Pereira (PS): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, como certamente todas as forças políticas aqui representadas, reconhecem que a prevenção, articulação e prontidão de todos os meios afetos aos Serviços de Proteção Civil são um garante de segurança das nossas populações.

Também sabemos que os Açores com a sua condição arquipelágica associada à localização geográfica é com frequência assolada por intempéries, para além de catástrofes naturais imprevisíveis. Para a prestação de apoio à população necessitamos de Serviços de Proteção Civil eficazes pelo que o planeamento, a inventariação dos fatores de risco e o levantamento dos meios disponíveis em cada uma das nossas nove ilhas é indispensável ao sucesso no socorro às populações.

As formas de articular todos estes procedimentos estão contidas em documentos orientadores emanados pela Comissão Nacional de Proteção Civil, que desde há anos são seguidos pelas autoridades Regionais e Municipais. A demonstração desta afirmação é a resposta que tem sido dada nas diversas ocasiões em que é necessário intervir.

Sendo os nossos Corpos de Bombeiros aqueles que são chamados a intervir em primeiro lugar, entendo que devemos aqui expressar o nosso elogio pelo trabalho realizado, colocando por vezes em risco a sua própria segurança em defesa de terceiros.

Mas, para que aquelas intervenções de socorro possam ter o sucesso que todos desejamos, para além dos Planos orientadores, não podemos ignorar os investimentos feitos pelo Governo Regional na melhoria de instalações, formação e equipamentos. Dentro destes, saliento o investimento feito com a criação da nova Rede de Comunicações que cobre toda a Região e sabemos que tem uma fiabilidade muito superior à existente no restante território nacional.

Mas centrando-nos na Proposta de Resolução agora em apreciação, para além do enquadramento, que na generalidade até poderemos estar de acordo, apresenta duas recomendações que nos merecem alguns comentários.

Relativamente à primeira – elaboração do Plano de Emergência em conformidade com a regulamentação existente – conforme já foi esclarecido em sede de Comissão e que o Relatório reproduz, o Governo Regional já está a proceder à sua elaboração. Dirão, mas já decorreu muito tempo, desde a entrada em vigor da nova regulamentação. Sim, mas dada a complexidade do processo, explanado na resposta ao Requerimento de 2016 apresentado pela Representação Parlamentar do PPM, ao período eleitoral de 2016 e às mudanças que se seguiram na tutela, não podemos esquecer que a Região, desde março de 2007, possui um Plano de Emergência que, como já disse, existiu sempre uma resposta eficaz nas mais variadas situações.

Relativamente à segunda proposta – estabelecimento do prazo de 180 dias para a sua aprovação – neste pelo que já aludi, facilmente concluirão que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista está em desacordo. Aquele prazo é manifestamente insuficiente.

Mas ainda podemos acrescentar, tal como tivemos oportunidade de referir em sede de Comissão, a Proposta é extemporânea. O proponente sabia que o documento estava em elaboração desde julho de 2016 e pelo Programa de Governo aprovado no início da legislatura, sendo que, até mais recentemente

pelas notícias transmitidas pelos Órgãos de Comunicação Social a que o Parecer da Federação de Bombeiros dos Açores, faz referência.

Por tudo isto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não pode votar favoravelmente esta proposta de resolução.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Rui Luís):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas Membros do Governo:

Na senda daquilo que foi o debate no final da tarde de ontem e ainda de há pouco sobre a transparência e para efetivamente efeitos de transparência e daquilo que se disse há pouco da ética no debate político e que também nós temos a oportunidade de evoluir no pensamento, deixem-me só prestar aqui alguns esclarecimentos ao Sr. Deputado Carlos Ferreira que já não me lembro muito bem se esteve ou não na Comissão de Política Geral quando eu lá me desloquei com o Sr. Presidente da Proteção Civil para prestar esclarecimentos relativamente a essa matéria.

Em primeiro lugar, no dia a seguir à apresentação desta proposta de resolução por parte do Sr. Deputado Carlos Ferreira, o Sr. Presidente da Proteção Civil teve a oportunidade de publicamente referir que este plano estava a ser atualizado desde o início do ano, coincidindo com a fase em que ele tomou posse e, portanto, desde o início de 2017 ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Está sempre em execução!

O Orador: ... e que previa que no final do primeiro trimestre o plano estaria concluído em termos dos trabalhos que competiam à própria Proteção Civil.

Efetivamente quando me dirigi à comissão tive a oportunidade de mostrar o plano (posso-o fazer agora, certamente não com a mesma eloquência e elegância da Sra. Deputada Catarina Furtado) aqui está...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sim, a elegância não será a mesma!

O Orador: Claro! Assumi logo à partida.

... e que a 4 de abril esse mesmo plano tinha sido enviado a cerca de 33 dos agentes da Proteção Civil da Região Autónoma dos Açores para que após o trabalho que foi feito durante o ano de 2017 pudessem validar a informação que lá estava e que tinha sido dado um prazo até 7 de maio para o fazerem e efetivamente a quase totalidade das entidades respondeu relativamente ao conteúdo do plano. Ele está a ser atualizado. Obviamente que a consulta foi para isso mesmo, para a validação do mesmo e, portanto, ainda durante o mês de maio esse plano irá cumprir aquilo que está na resolução que assim o obriga, a um período de 30 dias de consulta pública.

Portanto, como tal nós o que fizemos foi efetivamente cumprir aquilo que estava no programa do Governo. Tive a oportunidade de relembrar que era a 21.º medida constante no programa do Governo ao nível da Proteção Civil e que dizia em concreto que se pretendia promover as medidas legislativas e necessárias às alterações do Plano Regional de Emergência e Proteção Civil dos Açores, portanto, de imediato essa situação foi cumprida. É um plano que não se faz de um dia para o outro, portanto, o Sr. Deputado quando diz que sabe que nos últimos meses ele foi elaborado, não é assim Sr. Deputado. Desde o início de 2017 que o plano está a ser elaborado. O Sr. Deputado, pela sua experiência profissional, sabe muito bem que isto não podia ser feito em três ou quatro meses e como tal o Governo Regional cumpriu aquilo que tinha proposto em termos do seu programa eleitoral. O plano está pronto e ainda no mês de maio vai para consulta pública.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

A proteção civil é desenvolvida pelo Estado, pelas Regiões Autónomas e autarquias locais e por todos os cidadãos e demais agentes públicos e privados com a finalidade de prevenir riscos coletivos que resultam de acidentes graves ou catástrofes. Procura então atenuar os seus efeitos e proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo quando estas situações ocorram.

Esta função (e convém lembrar) é desempenhada por homens e mulheres que muitas vezes correm sérios riscos e cujo trabalho é tantas vezes esquecido e pouco valorizado, até do ponto de vista dos seus direitos e salários. São exemplos desses os bombeiros assalariados que devo lembrar auferem salários muito, mas muito baixos em todo o país e na Região também.

A história e a ciência dizem-nos que existem nos Açores riscos naturais de várias ordens, desde os relacionados com fenómenos meteorológicos, como as enxurradas, furacões, passando por riscos geológicos de vários tipos.

A proteção civil, através de todos os seus agentes, é por isso fundamental na proteção das populações e na minimização do risco que existe e sempre existirá. Esta iniciativa do Grupo Parlamentar do PSD visa recomendar ao Governo Regional que cumpra aquilo que a legislação, nomeadamente a Lei de Bases da Proteção Civil, prevê nesta área.

Ao que parece do que resultou das audições em comissão e das palavras do Sr. Secretário Regional aqui, há pouco, em plenário, o Governo Regional está a trabalhar e irá cumprir com a legislação elaborando o plano que esta resolução está a recomendar, mas esta infelizmente é mais uma situação em que é necessário lembrar o Governo Regional que não está a cumprir aquilo que a lei prevê e suspeito, Sras. e Srs. Deputados, que não será a última.

O Bloco de Esquerda quer acreditar e acredita que, apesar da ausência do Plano Regional de Emergência de Proteção Civil, não esteja e não está em causa a segurança e a assistência às populações, mas a existência desse plano (e todos nós reconhecemos e penso que será unânime) atualizado periodicamente é

reconhecidamente necessária. É preciso então que ele seja rapidamente concluído, publicado e aplicado pelo Governo Regional.

O Bloco de Esquerda votará naturalmente a favor deste Projeto de Resolução.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, eu não vou falar sobre transparência, já se falou muito sobre transparência hoje, mas é bom percebermos todos que estamos também a falar de atuação parlamentar e a atuação normal do Governo sempre que um partido da oposição aponta uma falha ao Governo, porque sempre que algum grupo parlamentar, que não o do Partido Socialista, aponta uma falha ao Governo lá vem o Governo à pressa dizer que “nós estamos a trabalhar e estamos mesmo acabar agora o documento.”

Deputada Mónica Seidi (PSD): É verdade!

O Orador: Posso dar-lhe aqui dois exemplos muito claros. Perguntámos pela revisão da carreira do corpo de guardas florestais há dois anos, o Governo disse que estava já a trabalhar quase pronto, já voltámos a insistir, passaram dois anos e até hoje nada.

Deputado Marco Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Perguntámos sobre o Plano Regional de Emergência e Proteção Civil, perguntamos e apresentamos uma iniciativa, o Governo apressa-se a fazer o trabalho que devia estar feito há muitos anos e depois vem para esta Assembleia dizer que é extemporâneo.

Digo também, Sr. Deputado Manuel Pereira, que nós sabemos que a tramitação das iniciativas em comissão parlamentar ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Mas se os senhores sinalizam questões que precisam de ser resolvidas isso é normal!

O Orador: ... decorre durante alguns meses, mas nada invalida a aprovação desta iniciativa.

Sr. Secretário, eu pedia-lhe que o senhor no âmbito das suas ilustres funções ouvisse que isto é importante. Nada invalida a que esta iniciativa possa ser aprovada por unanimidade nesta Assembleia.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: O Sr. Deputado Manuel Pereira acabou de concordar com todos os argumentos do Grupo Parlamentar do PSD, acabou de concordar com a necessidade de revisão do plano e convém lembrar que já em 2012, no programa do XI Governo Regional, foi anunciada a intenção de rever o Plano Regional de Emergência de Proteção Civil. Aliás, também em 2016, em resposta a um requerimento do PPM, o Governo declarou que estava a realizar as diligências para a revisão do plano. Até hoje não o fez e vem agora desmerecer a iniciativa deste grupo parlamentar.

Permitam-me dizer, Srs. Deputados, que isto revela bem da importância que nós também damos à atividade parlamentar que não é só isto e não se resume a isto, mas é sintomático da relevância que todos os grupos parlamentares e naturalmente as representações dão do trabalho do Parlamento, porque nós não podemos subordinar nenhum grupo parlamentar, nomeadamente o grupo parlamentar maioritário, que tem responsabilidades muito específicas nesta Assembleia, não pode estar subordinado à atuação ou à vontade do Governo Regional ...

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: ... e tem aqui hoje uma boa oportunidade para mostrar isso mesmo, para mostrar que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não está subordinado à vontade do Governo Regional dos Açores.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Devo dizer que me sinto constrangido em relação à intervenção que vou realizar, sinto-me como aqueles personagens do filme do *Nome da Rosa* e do livro, porque não sei se posso ler livros que estão guardados na biblioteca, palavras escritas em papéis, não sei se posso fazer uma revisão da matéria dada, não se isso será aceitável, não sei se o Governo não irá queixar-se: “Então o senhor está a ler coisas que nós escrevemos e que não fizemos. Isso é falta de ética parlamentar! Então o senhor vai ler coisas que nós escrevemos em 2016, o senhor vem aqui fazer oposição política, mas que grande crime. O senhor só está aqui para fazer oposição política e está aqui a lembrar coisas escritas, palavras escritas num papel.”

Não sei se isto será plausível no Parlamento dos Açores, mas vou arriscar e pode ser que o Governo não fique tão melindrado. De qualquer das formas vou fazer sempre, portanto, quer com o Governo, quer com os deputados, vou sempre, sempre ler aquilo que foi escrito mesmo que os senhores coloquem veneno nas palavras escritas. Portanto, eu aqui o que vou fazer é ler aquilo que foi escrito.

Fiz um requerimento sobre esta matéria também. Também fiz um requerimento sobre esta matéria em 2016 e fiz um requerimento porque foi ver que o Governo aprovou neste Parlamento ... O Governo não! O Parlamento dos Açores aprovou um programa do Governo e dentro do programa do Governo de 2012-2016 estava “rever o Plano Regional de Emergência” e eu fiz esta pergunta (também é uma coisa um bocadinho arriscada no Parlamento dos Açores, fazer perguntas, mas fiz esta pergunta!): “uma descrição genérica das áreas e temáticas que necessitam de ser revistas no Plano Regional de Emergência e um ponto de situação em relação ao grau de concretização do processo de revisão do mesmo.”

É uma pergunta atrevida. No final da legislatura pergunta-se se está feito.

Não! O que é que o Governo Regional respondeu: “Não, ainda não está. Está em fase de conclusão, estamos a fazer levantamentos, mas ainda não está, mas vai estar, vai ser concluído,” está em fase de conclusão.

Entretanto, vejo agora matéria repetida outra vez, outro livro, outra maldição, ou seja, está aqui mais uma coisa escrita, mais umas palavras, o que é que está previsto no programa de Governo deste ano: “Promover medidas legislativas e necessárias ao Plano Regional de Emergência e Proteção Civil dos Açores.”

Portanto, é esta a vossa prioridade também nesta legislatura, que já era da legislatura anterior e que já existiam afirmações anteriores em relação à revisão do plano até anteriores à legislatura que se iniciou em 2012, também está escrito, está lá... não sei, podemos apagar na história aquilo que foi dito em 2011, podemos apagar o que foi dito em 2016, podemos apagar aquilo que foi escrito no programa do Governo. Não sei como é que podemos fazer, mas se quisermos ser sérios fazemos referência àquilo que foi escrito e não foi feito.

Depois, o que acontece é que o Partido Social Democrata (e bem!) tendo em conta os atrasos e as declarações sucessivas que o Governo fez em relação à revisão que não concretizou ao longo de todos estes anos (são sete anos em que

o Governo está a dizer que está a fazer a revisão), ao fim de sete anos não fez revisão nenhuma, há um partido que apresenta neste Parlamento que ele que faça aquilo que pretende fazer e que está nos diferentes programas do Governo. Não é natural?

Não é algo que os deputados devem fazer tratando-se de uma matéria com esta importância?

Acho que é absolutamente natural.

O que é que o Governo responde?

Não! Os senhores agora é que se lembraram dessa matéria!

É extemporâneo! O Governo faz declarações desde 2011, não concretiza o plano e agora qual é a resposta do Governo Regional?

É extemporâneo! É extemporâneo! Ao fim de sete anos é extemporâneo.

Diga-me uma coisa, Sr. Secretário: quanto tempo temos nós de esperar a concretização dos planos do Governo para não ser extemporâneo? Dez anos? Vinte e dois anos?

Quantos anos? Quarenta anos?

Se eu apresentar uma coisa que os senhores não fazem desde 96 é extemporâneo? Também será extemporâneo?

Precisamos de saber as regras, porque se ao fim de sete anos uma coisa que os senhores anunciam há sete anos e que agora o partido pretende que este Parlamento aprove, se agora é extemporâneo, ao fim de sete anos, eu não sei o que é que não será extemporâneo no Parlamento dos Açores.

Portanto, a pergunta que eu lhe faço é a seguinte: quando é que deixa uma iniciativa de ser extemporânea, tendo já sido e estando atrasada, há sete anos, inclusivamente em relação ao que foi escrito em respostas a requerimentos, nomeadamente no caso do Partido Popular Monárquico?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Alonso Miguel tem agora a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel** (*CDS-PP*): Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Seguramente que todos nós estaremos de acordo em relação à importância de um Plano Regional de Emergência e Proteção Civil devidamente adequado e atualizado e que defina claramente a estrutura organizativa dos meios humanos e materiais e que estabeleça os procedimentos adequados em atuação em caso de emergência, salvaguardando assim e protegendo as populações.

Uma vez que o Governo Regional garante que o plano já está concluído, poder-se-ia argumentar que nesse caso o Projeto de Resolução agora em apreciação ficaria prejudicado em termos de oportunidade.

No entanto, a verdade é que este plano já está com dois anos de atraso.

Ora, este plano tem por base, segundo o Sr. Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros, o trabalho desenvolvido pelo CIVISA para a elaboração das cartas de risco geológico dos Açores e eu recorro que o protocolo para a construção e elaboração dessa carta de riscos previu uma duração de trabalhos entre 2000 e 2008. O que é que se verificou?

Verificou-se o seguinte?

Em janeiro de 2010, o Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar, Álamo Meneses, afirma que já tinha mandado elaborar a carta de risco e que a seu tempo a mesma iria ser tornada pública e objeto de discussão.

Em julho de 2010, no *Açoriano Oriental*, o Governo Regional anunciava que a carta de risco ficaria concluída em 2011. Em outubro de 2010 no *Diário de Notícias* pode ler-se que a carta de risco ainda estava a ser elaborada. A 7 de abril de 2012 (novamente o *Açoriano Oriental*) faz capa com o título “Açores já tem carta de riscos geológicos”.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Isso é uma miragem!

O Orador: Mas cinco dias depois a RTP noticia que afinal Álamo Meneses apenas se compromete a disponibilizá-la até ao final da legislatura.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Álamo Meneses no seu melhor!

O Orador: No entanto, a 13 de dezembro de 2013, o Sr. Diretor Regional do Ambiente, Hernâni Jorge, diz à *Lusa* que os Açores pretendem ter em 2014 um regime jurídico que irá servir de base à cartografia de risco. Ou seja, havia uma garantia por parte do Governo Regional que a carta estaria pronta, primeiro, em 2011, depois em 2012, mas afinal só em 2014 é que iríamos ter um regime jurídico que serviria de base a essa cartografia.

Sras. e Srs. Deputados:

O certo é que já estamos em 2018 e que se saiba essa carta nunca esteve em discussão e não está publicada em sítio nenhum.

Portanto, tendo em conta as garantias dadas pelo Governo Regional no caso da carta de risco geológico e tendo em conta também o facto desta nunca ter chegado a ver a luz do dia, em nosso entender a resolução agora apresentada não perde a sua propositura, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... nem perde a sua oportunidade apenas porque o Governo Regional garante que o Plano Regional de Emergência e Proteção Civil já está pronto, como é óbvio.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Manuel Pereira.

(*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Das minhas palavras concluir que estamos de acordo na totalidade com a posição do Partido Social Democrata parece-me um bocado abusivo, mas é a minha opinião que naturalmente espero que respeitem.

Já não concordo e não aceito sequer que a nossa posição esteja subordinada à vontade do Governo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas?!

O Orador: Não há “mas” nenhum!

O que acontece é que em 2015 sai legislação ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sai de onde?

O Orador: Emanada da Comissão Nacional de Proteção Civil.

... que recomenda ... Não estamos a falar em sete anos, estamos apenas a falar em menos de três, foi, se a memória não me traiçoa, em agosto de 2015.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Como referi na minha primeira intervenção o plano começou a ser elaborado, como disse aqui o Sr. Secretário, estão envolvidos 33 agentes, que deram os seus contributos, há o período eleitoral, a seguir há a resposta ao requerimento apresentado pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão e a seguir há naturalmente a tomada de posse de novos elementos dirigentes na tutela que, inteirando-se dos serviços, fizeram e concluíram, já se sabia, foi anunciado no programa do Governo que ia ser feito e estava a ser feito.

Aliás, junto ao relatório da Comissão de Política Geral temos o parecer da Federação dos Bombeiros e que ...

(Aparte inaudível)

O Orador: Oh, Sr. Deputado, está a pôr em causa a isenção ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não! Ele estava a dizer que é um exemplo!

Deputado José San-Bento (PS): O senhor agora perdeu uma oportunidade para estar calado!

O Orador: Sr. Deputado, peço desculpa, mas ilustra um pensamento ...

Portanto, o que está aqui em questão é que efetivamente eu, enquanto deputado, até se tivesse de apresentar legitimante uma proposta de resolução nestes termos, para já demonstrava que pelo prazo que é indicado de 180 dias, onde 30 são para discussão pública, portanto, são 150 dias para lavrar um plano desta complexidade, um desconhecimento da matéria.

Portanto, o que acontece é que o Governo está a trabalhar e se ele tivesse feito isto, como estava a dizer, naturalmente que face àquilo que foi dito na Comissão eu retiraria a proposta, porque o objetivo estava a ser cumprido.

Era isto que eu esperaria por parte do Sr. Deputado e do partido proponente.

Disse.

Deputado Paulo Parece (PSD): Isto é preciso ter... não é uma lata, é bidão! O Sr. Deputado Manuel Pereira não queria dizer isso. Um especialista em proteção civil devia dar o exemplo e dar indicação à bancada!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Rui Luís):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, ... Artur Lima, peço desculpa!

Sr. Deputado Paulo Estêvão, da minha boca, Sr. Deputado, não ouviu falar que essa iniciativa era extemporânea.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Falou, falou! Está escrito. As palavras são sagradas!

O Orador: Eu? Desculpe.

Está escrito onde, Sr. Deputado? Aonde?

Veja o relatório.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Está no diário das sessões. Aliás vou já pedir uma cópia!

O Orador: Estou a dizer agora. Eu aqui no debate não falei, nem me recordo que o tenha dito. Estou a dizer aqui no debate eu não falei que a iniciativa era extemporânea. É a isso que eu me estou a referir, Sr. Deputado. Se encontrar outro escrito meu mais antigo reconhecerei.

Como se também falou aqui as pessoas também evoluem no pensamento e, portanto, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): No seu caso regridem!

O Orador: Relativamente à matéria que está aqui em debate eu tive a oportunidade de dizer há pouco que um plano destes não se faz em meia dúzia de meses e Sr. Deputado Carlos Ferreira dentro da cordialidade que temos tido eu tive oportunidade em comissão de fazer a cronologia dos trabalhos durante o ano de 2017, portanto, se eu já tive a oportunidade de várias vezes lhe dizer que esses trabalhos de um XII Governo começaram logo após a tomada de posse do Sr. Presidente da Proteção Civil e durante o ano de 2017 foram feitos os trabalhos e que ele próprio disse em dezembro de 2017 que no final do primeiro trimestre o plano estava pronto (e estava) e que eu demonstrei que a quatro de abril levámos o plano a parecer de várias entidades, eu estou a dizer a verdade, Sr. Deputado. Portanto, agradecia que não me desmentisse ou que considere que não seja verdade aquilo que estou a dizer.

O plano está a ser feito desde o início da legislatura coincidindo com a entrada do Sr. Presidente da Proteção Civil.

Portanto, o plano não está a ser liberado, o plano está pronto. Agora irá cumprir aquilo que toda a legislação obriga, nomeadamente agora os 30 dias de consulta pública.

Portanto, o plano era uma prioridade deste Governo, foi elaborado, levou cerca de um ano e três meses a ser elaborado e neste momento está concluído e vai para consulta pública, como eu já disse mais uma vez.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Paulo Estêvão para se escrever.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É para me inscrever, protesto não posso fazer!

Presidente: Não seja injusto, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem agora a palavra.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, a Representação Parlamentar do PCP quer enaltecer o trabalho de mérito de todos os bombeiros que fazem todos os dias na Região Autónoma dos Açores.

Também quero salientar a importância do plano em relação à proteção de pessoas e bens em alturas de catástrofes.

O Sr. Secretário veio aqui hoje garantir que o plano ainda durante o mês de maio iria para consulta pública. Para a Representação Parlamentar do PCP o plano entrar em vigor é, sem dúvida nenhuma, o mais importante.

Portanto, acompanhar neste momento a iniciativa do PSD é duplicar uma coisa que o Sr. Secretário acabou de afirmar hoje, aqui, nesta sala.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Carlos Ferreira tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário e Sr. Deputado Manuel Pereira, os senhores dizem que 180 dias é pouco.

Deputado Paulo Parece (PSD): Deve ser por período legislativo, leva mais tempo!

O Orador: Queriam talvez ter mais três anos como tiveram desde a aprovação da Lei de Bases da Proteção Civil ou mais seis anos desde que o Governo anunciou a intenção no programa do XI Governo.

Entendemos que seis meses para um Governo que declara que já está a trabalhar há vários anos era o tempo necessário e suficiente para apresentar o plano conforme exige a lei.

Diz também o Sr. Secretário e foi dito aqui há pouco que o próprio parecer da Federação de Bombeiros dos Açores vem dar aqui algum suporte ao Governo.

Pois eu recordo que esse mesmo parecer diz que o Governo lhe garantiu que no primeiro trimestre de 2018 o plano estaria pronto ...

Deputado Manuel Pereira (PS): E está!

O Orador: ... e não esteve pronto durante o período legal em que deveria ter sido aprovado, não foi concluído durante o primeiro trimestre ...

Deputado Manuel Pereira (PS): E foi!

O Orador: ... e até hoje sabemos que há um projeto, mas até hoje não foi tornado público o projeto desenvolvido e plano que o Sr. Secretário diz que estará muito em breve desenvolvido ou submetido para consulta pública.

Portanto, Sr. Secretário, eu volto a dizer, se estamos todos de acordo ...

Deputado Manuel Pereira (PS): É retirar a proposta!

O Orador: ... só há uma razão para que a bancada do Partido Socialista não aprove esta iniciativa: é o simples facto de ser uma iniciativa de um partido da oposição e neste caso do PSD e eu espero que isso não aconteça, ...

Deputado José San-Bento (PS): O senhor espere sentado!

O Orador: ... porque repito, isso seria desvalorizar o papel do Parlamento perante o Governo Regional.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem agora a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Devo-lhe dizer, Sr. Secretário, eu estive a ver o que escreveu sobre estas matérias. Obviamente, esse é o meu trabalho, boa preparação parlamentar e como não escreveu nada sobre isto não faço nenhuma citação a V. Exa. nem também ao Sr. Deputado André Bradford, porque ele também não escreveu, das centenas de assuntos não escreveu sobre isso, porque obviamente não me deixo condicionar. Era só o que faltava! Estaríamos num Parlamento absolutamente antidemocrático se nos deixássemos condicionar e não lêssemos o que os diversos protagonistas políticos escreveram há cinco anos, dez anos, vinte anos, não interessa. Era só o que faltava!

Portanto, de maneira nenhuma, me vou deixar condicionar. Vou ler sempre, sempre que o assunto for discutido. Isso então tenham a certeza absoluta.

A V. Exa. não faço nenhuma citação, porque não encontrei. Não quer dizer que não tenha feito. Não encontrei.

Mas devo-lhe dizer uma coisa, mas encontrei outras coisas.

A questão é a seguinte: quero que V. Exa. me explique como é que começou a realizar há um ano e meio quando na resposta do meu requerimento de 30 de maio de 2016 o Governo me responde, também presidido pelo atual Presidente do Governo Regional, que está a fazer, que está a elaborar e até diz quais são as peças que estão a trabalhar e isso tudo. Então o que é que foi feito deste trabalho que foi feito de 2016 a 2017, Sr. Secretário?

Das duas, uma: ou não é verdade a resposta que me foi dada na altura, ou então V. Exa. não aproveitou este trabalho que foi feito de 2016 para cá, de 2016 a 2017. É o que eu lhe pergunto.

2016, não! Porque o que me é respondido é que já estava a ser feito antes.

Portanto, o que eu lhe pergunto é: então o trabalho que estava em fase de conclusão, que estava a ser feito quando eu faço a pergunta em 30 de maio de 2016?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Contente.

(*) **Deputado José Contente (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Venho a este debate por duas razões.

Em primeiro lugar, porque considero que não seria positivo com intenção à partida importante de gerar confiança e segurança nos açorianos não pode, enfatizando o trajeto da construção de um Plano Regional de Emergência, se ficar com a ideia de que nos Açores a segurança, mais do que critérios securitários, podem estar em causa com algum atraso de um plano regional.

Como sabem, acompanhei a Proteção Civil desde 1996 até 2012 e posso testemunhar que efetivamente houve um percurso que foi feito, um percurso importante, nós também temos arquivos desse percurso, e os planos municipais de emergência não existiam à data, não existia um. Conseguimos de facto nesse trajeto que todas as autarquias tivessem Planos Municipais de Emergência, instrumentos que nunca são inacabados, porque as contingências que impedem sobre o nosso território com 600 Km de distância entre Santa Maria ao Corvo que eu faço notar que é mais de metade da largura da Alemanha e mais do comprimento de Portugal continental, tem descontinuidades e as nossas ilhas pela sua orografia e condições geotectónicas acabam por ter também solicitações diferentes, quer sísmicas, quer dos próprios estados do tempo, etc.. Mas não é por isso que o edifício de segurança da Proteção Civil tem menos capacidade, está menos capacitado e tem menos importância.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem! Bem lembrado!

O Orador: É verdade também que os planos de emergência de Proteção Civil, nomeadamente agora que são aprovados de acordo com a Resolução n.º 30/2015, de 7 de maio, que é uma diretiva da Comissão Nacional de Proteção Civil, que tem critérios e normas que devem ser seguidos na elaboração desses planos e que são exaustivamente tipificados em relação aos riscos, às medidas,

à identificação de recursos, aos critérios de mobilização, à estrutura operacional e à definição de responsabilidades que incubem a cada uma das entidades, é um instrumento de planeamento estratégico, mas nós já temos um Plano Regional de Emergência de 2007 que de algum modo tem vigorado e é preciso para além dos planos (e já que falamos às vezes em papel) que as estruturas estejam treinadas e devidamente preparadas para ocorrer a fenómenos rápidos e repentinos que precisam de decisão e precisam também de mobilização rápida. É por isso que nós confiamos na Proteção Civil, ...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... porque neste momento a Proteção Civil teve um trajeto que também é importante aqui recordar. Nós se iniciámos com quatro cursos de formação para os bombeiros, ...

Deputado José San-Bento (PS): Eles não gostam de ouvir essa parte !

O Orador: ... nomeadamente para tripulantes de ambulância terrestre e tripulantes de ambulância de salvamento, se fizemos inicialmente à data de 95 mais um curso de salvamento e desencarceramento em grande ângulo, o facto é que hoje em dia, entre outros, a Proteção Civil está preparada com o chamado PHTLS (Pre-Hospitalar Trauma Life Support), que é uma atividade de bombeiros já mais especializada, há a desfibrilhação automática que é feita por um outro grupo de bombeiros que também está preparado para isso, houve cursos para transporte de doentes em casos de pandemia, de utilização de hidrocarbonetos e matérias perigosas, de condução de veículos de emergência, porque para conduzir ambulâncias é preciso de facto ter uma preparação especial; um curso de mergulhador; um curso de patrão, a Proteção Civil chegou-se à frente uma vez que a Marinha não tinha capacidade para ter barcos que acorressem à defesa na costa e o Governo Regional chegou-se à frente nessa matéria em muitos sítios; um curso de telecomunicações e faço lembrar que nós temos desde o início uma rede de telecomunicações, a mais moderna

que há no país, e esta agora ainda é mais moderna, e não há no país nenhuma rede com a capacidade de redundância da nossa rede, o que é fundamental nas nossas nove ilhas.

É evidente que fizemos também outros cursos de certificação de bombeiros, incluindo para situações de contaminação biológica. Houve um grande esforço na formação da nossa população não só e cujos iniciais panfletos temáticos à data de 95, mas com cursos como “Crescer em segurança”, “O idoso em segurança”, “O curso básico de proteção civil e primeiros socorros”, “O aprender a socorrer nas escolas”, um conjunto de situações e até cursos de sensibilização para aqueles que são da comunicação social e que de algum modo são os primeiros a refletir o ambiente e a gerar ou não um sentimento de segurança pela chamada perceção positiva que fazem das catástrofes quando há efetivamente esses acidentes.

Mas também na área da emergência pré-hospitalar nós passámos de 29 ambulâncias para mais de 100; no caso de tripulantes de 40 para mais de 200 e obviamente no caso de formadores de 1 para 19.

Há aqui um trajeto que quer se queira, quer não, é um trajeto construtivo de aumento da segurança dos açorianos e de aumento naturalmente do trabalho que foi feito pelo Governo Regional.

Por isso, nós consideramos que os instrumentos de planeamento são efetivamente importantes se forem testados, se forem retificados e corrigidos quando se venham a verificar a sua importância, mas eles de algum modo não escamoteiam, nem podem escamotear uma coisa que nós temos nos Açores: os Açores, neste momento, estão mais bem preparados para acorrer à segurança civil em matéria de Proteção Civil e os Açores fizeram um trajeto positivo que não há instrumentos de planeamento que possam desmistificar esta verdade.

Muito obrigado.

Deputado Bruno Belo (PSD): Sr. Deputado José Contente, e o plano?

Vozes dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Rui Luís):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Alonso, só para de facto confirmar aquilo que foi dito em Comissão de Política Geral quando o Sr. Deputado perguntou como tinha sido feito todo o capítulo relacionado com a tipificação dos riscos. Efetivamente foi solicitada uma colaboração adicional ao CIVISA para nos ajudar neste capítulo, bem como se recorreu a informações do IPMA e das cartas de suscetibilidade que a Direção Regional do Ambiente tinha na sua posse e como tal confirmar que foi essa a informação que foi transmitida e como tal o capítulo da tipificação dos riscos foi desta forma elaborado.

Na comissão também tive a oportunidade, Sr. Deputado Paulo Estêvão, de fazer referência que efetivamente internamente havia um trabalho em 2016 e fiz referência às reuniões que havia e com certeza que terá sido na sequência desse trabalho que terá sido feita a resposta ao seu requerimento em junho ou julho de 2016 dando conta dos trabalhos que estavam a ser efetuados.

Aquilo que a mim me diz respeito é que efetivamente houve eleições no final deste ano. No programa do Governo consta que era necessário atualizar e aí está a assumir-se que efetivamente o trabalho não ficou concluído e no início da legislatura de imediato tomámos como prioridade no Serviço Regional de Proteção Civil a elaboração definitiva deste documento.

O trabalho decorreu durante todo o ano de 2016. Obviamente que foi aproveitado o trabalho que já existia do ano anterior e aquilo que efetivamente aconteceu, Sr. Deputado Carlos Ferreira, foi que o Sr. Presidente da Proteção Civil em dezembro de 2017 disse publicamente que “prevê-se que esteja concluído até ao final do primeiro trimestre o documento.

A revisão e atualização do Plano Regional de Emergência da Região Autónoma dos Açores encontra-se na sua fase final [estou a citar] prevendo-se que esteja concluído até ao final do primeiro trimestre de 2018.”

Deputado Paulo Parece (PSD): Já passou! Isso é uma notícia do GaCS que está a citar!

O Orador: O primeiro trimestre de 2018 penso que termina a 31 de março, era um sábado (penso eu) e nós a 4 de abril enviámos para parecer dos agentes de Proteção Civil. Se ele não tivesse concluído não podia ter sido enviado para parecer da parte dos agentes.

Portanto, isto é um excerto da *Lusa* de 19 de dezembro de 2017. Como tal o documento foi concluído, foi para parecer de todos os agentes da Proteção Civil, já o fizeram e neste momento ele irá para consulta pública.

Portanto, como tal, o documento está elaborado.

Deputado Paulo Parece (PSD): 180 dias dão!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Carlos Ferreira tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Contente, o senhor fez aqui uma excelente apresentação do seu currículo na área da Proteção Civil, espero apenas que não estivesse a querer dizer que fez muito mais do que o atual Secretário, porque não seria elegante fazê-lo nesta Assembleia, mas relativamente a todo o percurso que o senhor descreveu eu gostaria de dizer que também o PSD e este grupo

parlamentar estão a trabalhar de forma construtiva para melhorar o nosso sistema de Proteção Civil.

Como foi referido por mim na tribuna, nós não queremos ser alarmistas, entendemos que não há qualquer motivo para alarme, porque temos estruturas de Proteção Civil que funcionam, temos corporações de bombeiros com um valor excecional, temos bombeiros voluntários dedicados, temos uma população muito sensível às questões da proteção civil, mas nesta matéria o Governo não cumpriu a sua obrigação e por isso faltou-lhe responder à questão que está aqui em debate.

A Região tem ou não tem um plano válido e atualizado?

Não tem.

Compete ou não compete a esta Assembleia recomendar ao Governo que o elabore e que o apresente no prazo máximo, neste caso de 180 dias, como nós propusemos?

Sim.

Há algum motivo para não o fazermos?

Não há. Não há, Sr. Deputado!

Portanto, eu volto a dizer: se esta iniciativa não for aprovada será apenas porque não é uma iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): É verdade! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Rui Luís):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para esclarecer.

A Região tem um Plano de Proteção Civil em vigor. Foi elaborado e está disponível na página do Serviço Regional de Proteção Civil. Não está atualizado?

Não está.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Com um atraso de cinco anos!

O Orador: Oh, Sr. Deputado, está em vigor um plano desde 2007. Está em vigor!

A própria Resolução n.º 30/2015 que o Sr. Deputado referiu diz no seu n.º 2, do artigo 12.º, na norma transitória que “os planos de emergência de proteção civil que se encontrem em vigor à data da aprovação da presente diretiva terão o seu prazo máximo de revisão automática ajustada ao disposto no artigo 9.º da diretiva.”

Portanto, está em vigor e nós estamos ...

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Qual é o prazo, Sr. Secretário?

O Orador: Cinco anos.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): De 2007 até hoje ainda não passou cinco anos?

O Orador: Oh, Sr. Deputado, nós estamos a falar de uma Resolução de 2015, norma transitória. Fazer umas continhas?! 2015?! Cinco?!

Oh, Sr. Deputado, nós não vamos brincar ... Eu em matéria de Proteção Civil não gosto de brincar, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Já andam a brincar há muitos anos!

O Orador: ... porque é um assunto demasiado sério e, portanto, como tal não gosto de brincar com essas questões.

A questão é que se a Região tem um documento. Tem um documento.

Esse documento tem sido posto em prática em variadíssimos exercícios que são feitos (ainda bem que são só exercícios, que não tem sido necessário desde 2007 outro tipo de atuação) e tem se vindo a revelar eficaz.

Não estava atualizado?

Não estava. Tanto não estava que o programa do Governo assim o determinava.

Qual foi a prioridade?

Atualizar. O documento está atualizado, está a cumprir os trâmites legais no sentido de agora ir para consulta pública. Portanto, em breve estará publicado devidamente e de acordo com o que a lei diz.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que é preciso aqui referenciar é o seguinte.

Em primeiro lugar, a oposição causou algum alarmismo em relação a esta matéria?

Não, não causou, porque não foi dito nunca, por nenhuma das bancadas parlamentares e não foi utilizado esse tipo de argumentos.

Número dois: o Governo cumpriu os seus propósitos em relação à revisão?

Não, não cumpriu.

O Governo cumpriu o programa de Governo de 2012-2016?

Não, não cumpriu.

O Governo cumpriu em relação à resposta que deu ao requerimento do PPM?

Não, não cumpriu.

O que é que há aqui a considerar?

Há a considerar que até nos planos do próprio Governo Regional não é por acaso que o programa do Governo Regional mete lá “revisão do ...”. Não mete isso por acaso, não é?

Mete, porque é um objetivo político e de gestão. Portanto, neste momento o que há aqui a considerar é que existia de facto um atraso nesta matéria.

Entra uma iniciativa parlamentar. De repente, por artes mágicas, agora sim, agora já está feito!

É evidente que as pessoas não se deixam enganar e sabem perfeitamente que o que aconteceu aqui foi que o Governo acelerou em relação a este processo para que a proposta do Partido Social Democrata nesta matéria fosse ultrapassada, como está de facto. Agora já está feito, já não é preciso, que é um truque que é utilizado muitas vezes por parte do Governo Regional.

Esta é que é a verdade. Portanto, é só isto que está aqui em causa.

Eu acho que mesmo que Vs. Exas. chumbem este documento, este documento já cumpriu o seu propósito.

Deputado Duarte Freitas (PSD): É verdade!

O Orador: Já fez com que o Governo acelerasse em relação a esta matéria e de facto colocasse o plano.

O plano vai melhorar a capacidade de resposta?

Claro que vai, porque se não fosse para melhorar ninguém o queria rever além dos pressupostos legais. Claro que vai melhorar.

Portanto, a oposição política, neste caso o Partido Social Democrata cumpriu o seu propósito ...

Deputados Duarte Freitas e Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e da minha parte também devo dizer que a minha preocupação em relação a este assunto é de há muitos anos já que também considero que é importante que o Governo neste momento concretize esta revisão do plano.

Portanto, nesse sentido aquele que é o grande objetivo é atingido independentemente do sentido de votação das diversas bancadas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde** (*Rui Luís*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, não houve nenhum truque e aquilo que o Sr. Deputado está a dizer é uma inverdade.

Não houve nenhuma aceleração dos trabalhos depois ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): O senhor é surdo!

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Eu sou surdo? Eu sou surdo?

O Orador: Posso continuar, Sr. Deputado, com toda a ...

Sr. Deputado Paulo Estêvão, com toda a cordialidade ...

Presidente: Pode continuar.

O Orador: Sr. Deputado Paulo Estêvão, permita-me que lhe possa esclarecer relativamente àquilo que o Sr. Deputado estava a dizer.

Aquilo que tive oportunidade de em sede de comissão esclarecer foi um conjunto cronológico das reuniões que houve e dos trabalhos desenvolvidos ao longo de todo o ano de 2017 para concluir este ...

Eu termino. O Sr. Deputado não está a ouvir.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, eu estava a ouvir a sua resposta.

Não sei se terminou a sua intervenção. Eu não o estava a interromper. Eu estava a ouvir.

Aliás, eu até abdiquei de fazer um protesto em relação aqui a uma referência que foi feita por parte da sua bancada, mas o que devo dizer que é tremendamente importante, Sr. Secretário, é que politicamente é esta a minha

interpretação, ou seja, quando o Governo não fez aquilo que estava previsto e aquilo com que se tinha comprometido ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... até em termos de resposta de requerimento, a partir do momento em que não o fez é evidente que esta só pode ser a interpretação que é feita pela Representação Parlamentar do PPM e também por outras forças políticas, Sr. Secretário.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Esgotou o seu tempo para este debate.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde** (*Rui Luís*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Só para relativamente àquilo que o Sr. Deputado acabou de mencionar é que os factos o que dizem é que o Governo cumpriu aquilo que estava no programa do Governo, que era a atualização do plano e essa atualização está feita.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 28 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deste debate e dos trâmites em comissão fica claro que o Governo não diligenciou, como lhe competia, pela elaboração oportuna do Plano Regional de Emergência e de Proteção Civil dos Açores.

Fica também claro que a iniciativa foi chumbada apenas por ser de um partido da oposição, neste caso do PSD/Açores, mas este Projeto de Resolução teve já o mérito de obrigar o Governo a elaborar finalmente o Plano Regional de Emergência e de Proteção Civil, ...

Deputado Paulo Parece (PSD): Muito bem!

O Orador: ... portanto, ficam também as açorianas e os açorianos beneficiados com esta iniciativa do PSD, o que só nos deve satisfazer e motivar para continuarmos a trabalhar de forma construtiva ...

Deputado Paulo Parece (PSD): Falta de humildade do Governo!

O Orador: ... pela melhoria do sistema regional de Proteção Civil.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Pereira.

(*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O sentido de voto do Grupo Parlamentar do Partido Socialista ficou explícito nas intervenções que foram aqui feitas e não houve nem truques, nem pressões e não foi no nosso entendimento no facto da existência desta proposta de recomendação que o Governo trabalhou neste documento.

Portanto, o que temos é um Serviço Regional de Proteção Civil que responde a todas as solicitações. Os investimentos feitos em todos os níveis são consideráveis, estão à vista de todos e em todas as ilhas e os açorianos confiam no Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Dizer que obviamente votámos favoravelmente esta iniciativa. Temos consciência que de acordo com os próprios planos do Governo Regional a implementação da revisão estava bastante atrasada. Aliás, na legislatura anterior não tinha sido concretizada.

Isto é um pouco assim como quem diz ...

Como o aluno que não fez os trabalhos no 8.º ano e que depois diz à professora que está a ver o trabalho de casa que marcou no primeiro período do 8.º ano agora no 9.º ano, no final do terceiro período, é que estamos a concretizar.

É evidente, tenho a certeza absoluta que a entrada desta iniciativa do PSD motivou que o Governo Regional acelerasse em relação à concretização, porque não se conhecia nenhuma notícia anterior do Governo Regional sobre esta matéria e o Governo Regional quando tem boas notícias sobre esta matéria, que está quase a finalizar, anuncia três vezes antes, o Gabinete de Comunicação Social costuma avisar “está quase” (o “quase”, “está quase”), depois finalmente “está concluído” e depois de estar concluído ainda há mais três ou quatro anúncios.

Portanto, como não existia nada é evidente que o que aconteceu aqui foi que o Governo Regional tentou que esta revisão já estivesse feita no momento da discussão para inviabilizar e dizer “é extemporâneo, é de facto extemporânea esta iniciativa, porque isto já está feito”.

Já está feito e não tinha sido concretizada, aliás, como a resposta ao requerimento do PPM demonstra.

Por isso, a votação favorável a esta iniciativa parte do princípio que é preciso reconhecer o mérito da proposta.

A proposta tem o mérito da substância, porque é um assunto da maior importância, mas a proposta também tem o mérito em relação ao *timing*, porque de facto não existia nenhuma declaração, nada indicava que o Governo estivesse de facto a concretizar uma proposta que há anos, há muitos anos, desde 2011, ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Isso não é verdade!

O Orador: ... que estava a dizer que estava a fazer que demorou, nada mais, nada menos de sete anos após o primeiro anúncio e já estamos na terceira legislatura.

Portanto, meus senhores, a votação favorável do PPM foi nesse sentido e tenho a certeza que a proposta do PSD cumpriu também o seu propósito e nesse sentido o Parlamento dos Açores cumpriu também o seu propósito.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Posso protestar a fatos alternativos ou não é possível?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições para declaração de voto.

Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto sete da Agenda: **Petição n.º 22/XI – “Estabelecimento de prazos para a execução das obras previstas na Escola Rui Galvão de Carvalho”**, apresentada por Sofia Carla de Araújo Oliveira Bastos Alexandre, na qualidade de primeira subscritora.

Para a apresentação do relatório tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Ávila, relator da Comissão dos Assuntos Sociais.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

RELATÓRIO NO ÂMBITO DA APRECIACÃO DA PETIÇÃO N.º 22/XI

“ESTABELECIMENTO DE PRAZOS PARA A EXECUÇÃO DAS OBRAS PREVISTAS NA ESCOLA RUI GALVÃO DE CARVALHO.”

CAPÍTULO I

Introdução

A 18 de janeiro de 2018 deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma petição, à qual foi atribuído o n.º 22/XI, intitulada “Estabelecimento de prazos para a execução das obras previstas na Escola Rui Galvão de Carvalho.”, que reúne um total de 368 (trezentas e sessenta e oito) assinaturas, tendo como primeira signatária Sofia Bastos Alexandre.

Por despacho da Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a referida petição foi remetida à Comissão de Assuntos Sociais, para relato e emissão de parecer.

CAPÍTULO II

Enquadramento Jurídico

O direito de petição, previsto no artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa, é exercido nos termos do disposto no artigo 9.º do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada

pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto.

Cabe à Comissão permanente especializada com competência na matéria a apreciação da petição e elaboração do respetivo relatório, nos termos do disposto nos n.ºs 1 dos artigos 190.º e 191.º do Regimento, bem como do artigo 73.º, n.º 4 do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores. Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 18/2016/A, de 6 de dezembro, as matérias relativas a “Educação”, onde se enquadra a presente petição, são competência da Comissão de Assuntos Sociais.

CAPÍTULO III

Apreciação da Petição

a) ADMISSIBILIDADE

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais (Lei n.º 43/90) e regimentais (artigo 189.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores), a Comissão de Assuntos Sociais procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do referido regimento e deliberou admiti-la, por unanimidade.

b) OBJETO DA PETIÇÃO

Os peticionários pretendem:

- A definição de datas para o arranque das obras das novas instalações da Escola Rui Galvão de Carvalho.

E para isso apresentam os seguintes argumentos:

- Que a construção vem sendo adiada há dezasseis anos.

- Que é do conhecimento geral que o Secretário Regional da Educação e Cultura publicamente anunciou que a próxima escola a ser construída é outra e não a referida.
- A falta de informação quanto a novos prazos.
- E que as más condições da referida escola permanecem.

c) **DILIGÊNCIAS EFETUADAS**

Foi deliberado proceder à audição da primeira petionária, a cidadã Sofia Bastos Alexandre e do Secretário Regional da Educação e Cultura (SREC).

A audição da petionária ocorreu no dia 8 de fevereiro de 2018 na delegação da Assembleia legislativa da Região Autónoma dos Açores em Ponta Delgada e a do SREC ocorreu no dia 6 de abril do mesmo ano na delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em Angra do Heroísmo.

1) **Audição da petionária, a cidadã Sofia Bastos Alexandre:**

A audição iniciou-se com a apresentação da própria petição por parte da petionária realçando que esta petição surge de uma discussão realizada na Assembleia de Escola daquela unidade já que ouviam falar numa intervenção naquela Escola desde 2005, ou seja, há 13 anos atrás.

Disse ainda que o Presidente do Conselho Executivo esclareceu os docentes, funcionários e a comunidade em geral de que teriam havido alguns constrangimentos administrativos e que o início das obras iria sofrer alterações.

Realçou também que aquela Escola foi construída há vinte e cinco anos e que somente sofreu pequenas obras ao longo dos anos e que neste sentido, disse que esta petição surgiu para que lhes informem quando é que as obras se irão iniciar, entendendo que há constrangimentos administrativos, há prazos e datas que têm de ser cumpridos.

A Deputada Susana Costa solicitou que a peticionária partilhasse que constrangimentos administrativos lhes foram comunicados pelo Conselho Executivo da Escola, ao que a peticionária referiu que o que lhes foi informado foi que apesar do processo já estar no fim, problemas com o concurso para atribuição da obra a empresas.

O Deputado Paulo Estevão interveio para se comprometer com o envio de um requerimento ao Governo Regional para que o mesmo se comprometa com uma calendarização específica e referiu-se à importância de partilha da informação entre os Conselhos Executivos e as Assembleias de Escola.

A peticionária reagiu para dizer que naquela Escola existe uma efetiva partilha de informação e uma participação em todos os projetos que a Escola abraça e até realçou o prémio alcançado.

O Deputado Paulo Estevão questionou se o projeto era conhecido e se incluía valências desportivas e culturais, ao que a peticionária respondeu dizendo que ao longo dos anos foi conhecendo projetos e maquetes e que o último que teve conhecimento incluía estas valências.

A Deputada Maria João Carreiro interveio começando por dizer que o grupo parlamentar do PSD se tem empenhado a esta causa nomeadamente, aquando da visita dos deputados do PSD/Açores eleitos por São Miguel à Escola EBI Rui Galvão de Carvalho, no dia sete de junho do corrente ano, desafiaram o Governo a lançar, em 2018, o concurso público para a construção da nova escola de Rabo de Peixe, uma obra inscrita em anteriores Planos Anuais Regionais, mas que nunca chegou a ser lançada. Referiu ainda que no âmbito da discussão do Plano e Orçamento para 2018, este assunto foi a debate e questionou o Senhor Secretário sobre os prazos para a construção/requalificação de determinadas escolas na Região, que são constituem compromissos assumidos e não cumpridos, tendo o Senhor Secretário não se comprometido

com prazos e apenas afirmando que não havia obra em 2018, no que à escola de Rabo de Peixe diz respeito.

Disse ainda entender ser legítima a explicação dada pelos peticionários de que necessitam de uma escola em condições, compromisso este que vem sendo adiado. Pediu ainda mais explicações sobre a operacionalização do Projeto Fénix nas condições referidas pela primeira peticionária e solicitou clarificação sobre se a carta que enviou ao SREC foi também enviada aos Grupos Parlamentares.

Em respostas a peticionária disse que a carta também foi enviada aos Grupos Parlamentares e que a resposta da Secretaria foi feita por intermédio do Conselho Executivo e não foi dirigida diretamente à Assembleia de Escola. Relativamente ao projeto Fénix esclareceu que este projeto está a ser operacionalizado nos edifícios antigos onde existem umas divisórias que formam corredores onde se incluem também os professores que dão apoio ao próprio projeto.

A Deputada Sónia Nicolau interveio para realçar a preocupação do GPPS relativamente ao edificado daquela Escola e para informar a peticionária de que questionou o SREC, em sede de Comissão, sobre o ponto de situação e que lhes foi explicado o ponto de situação do mesmo e que coincide com o que lhe foi dito pelo Conselho Executivo.

2) Audição do Secretário Regional da Educação e Cultura (SREC):

A audição iniciou-se com o SREC a dizer que em janeiro de 2014 a Secretaria Regional desistiu do projeto que tinha para a escola em causa que se arrastava desde 2006 dizendo que o motivo foi porque o projeto só projetava parte do edificado da escola. Em abril de 2014 abriu-se um concurso de concessão para celebração de contrato e aquisição de serviços para elaboração de novo projeto através do lançamento, por ajuste direto, com convite aos três primeiros

classificados que foram conhecidos em junho de 2014. Depois, o terceiro classificado interpôs uma providencia cautelar que foi indeferido em junho de 2015 e nessas circunstâncias a Secretaria Regional procedeu a celebração do contrato de elaboração da nova escola. Porém, de vencido em providencia cautelar o litigante avançou judicialmente e obteve uma sentença favorável em fevereiro de 2017 a que o Governo Regional interpôs um recurso. Mais à frente, em agosto passado a decisão foi contrária, o que atrasou todo o processo. Neste momento, informou que, está aberto concurso para novo projeto e darão a celeridade desejada e possível ao processo.

A Deputada Maria João Carreiro disse que o GPPSD já manifestou por diversas vezes a sua posição sobre esta situação, situação esta que diz respeito a uma obra inscrita em anteriores Planos Anuais Regionais, mas que nunca chegou a ser lançada. Relembrou que em sede de Comissão realizada no âmbito da discussão do Plano e Orçamento para 2018, quando questionou o Senhor Secretário sobre os prazos para a construção/requalificação de determinadas escolas na Região, este não se comprometeu com prazos e apenas afirmou que não havia obra em 2018.

Partilhando das preocupações da primeira peticionária, aludiu aos motivos da petição perguntando que datas são possíveis dar pelo SREC, ao que o SREC informou que o projeto se arrasta há alguns anos apesar das intervenções que já houveram na escola e que esta é uma escola sinalizada para ser intervencionada, não podendo, neste momento comprometer-se com uma data porque não está dependente da vontade do Governo Regional, reafirmando que tudo fará para que seja um processo rápido.

Em réplica a Deputada disse perceber que não se pode comprometer com uma data específica, mas pediu a estimativa de uma data, considerando que a realização de qualquer obra implica um planeamento e uma calendarização de etapas, logo certamente a tutela teria de ter uma estimativa e indicá-la naquele

momento, pois sendo essa estimativa solicitada na petição, deveríamos ser clarificados quanto ao peticionado, ao que o SREC repetiu aquilo que disse anteriormente já que entraram neste momento num reinício dos procedimentos para intervenção na escola. Todavia, disse não estar pessimista relativamente a este processo e que o que aconteceu no passado será utilizado como exemplo para que não se volte a repetir.

A Deputada Catarina Cabeceiras lamentou a situação da escola e perguntou se a intervenção iniciará ainda em 2018 e se o SREC considerava que as condições atuais prejudicam o aproveitamento dos alunos.

Em respostas o SREC disse que não é possível ter a obra no decorrer do ano de 2018 já que estamos a falar de começar o projeto e que as condições atuais não são as condições ideais, tal como já o tinha reconhecido. Contudo, disse entender que estas condições não estejam a condicionar a ação pedagógica.

O Deputado Paulo Estevão interveio para reiterar o que foi dito pelo PSD e pelo CDS-PP e que é lamentável que as condições tenham chegado a este estado e que o Governo Regional se tem mostrado incapaz de resolver o problema.

O SREC reagiu dizendo que, com a prudência que o caso aconselha, já adiantou os prazos que são possíveis dar neste momento.

A Deputada Maria João Carreiro perguntou como o SREC avalia a afirmação da peticionária de que as condições influenciam negativamente as ações letivas e disse não conseguir compreender que o Governo Regional não se comprometa com um prazo, ao que o SREC voltou a dizer que não nega que a escola de Rabo de Peixe seja uma das escolas com necessidades urgentes, que não nega que estes problemas tenham problemas no quotidiano da escola. Disse ainda que relativamente a prazos já avançou a informação que é possível.

A Deputada Susana Costa interveio para dizer que, apesar das necessidades de algumas escolas essa relação direta entre a qualidade do edifício e a qualidade do ensino não é tão direta como querem fazer passar. Mostrou ainda o desejo de

que todo o processo seja mais célere que o anterior e que seja efetivamente eficaz.

CAPÍTULO IV

Parecer

Considerando as pretensões dos peticionários, bem como o teor das audições efetuadas, a Comissão Permanente de Assuntos Sociais deliberou, por maioria, com os votos a favor do PS, PSD e CDS-PP e com o voto contra do PPM, emitir o seguinte parecer:

1. Considerando que a presente petição foi subscrita por 368 cidadãos, deve a mesma ser apreciada em Plenário da Assembleia Legislativa, nos termos e para os efeitos do disposto no respetivo Regimento;
2. A presente petição tem como principal objetivo que se defina as datas para a realização da intervenção no edifício da Escola Rui Galvão de Carvalho, em Rabo de Peixe.
3. Os peticionários alegam que as condições atuais da Escola tornam urgente uma intervenção na sua estrutura.
4. Foi referenciado, pelo Secretário da tutela, que a demora não dependeu da vontade do Governo Regional, mas sim de ações judiciais em processos concursais.
5. Foi ainda dito pelo Secretário da tutela de que, iniciado que está um novo processo, o Governo Regional tudo fará para dar a celeridade possível a esta intervenção, apesar de não conseguir, neste momento se comprometer com uma data.
6. Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, bem como ao membro do Governo Regional com responsabilidade e competência na matéria.

Contatados a Representação Parlamentar do PCP e o Grupo Parlamentar do BE, embora sem direito a voto na Comissão Permanente de Assuntos Sociais, os mesmos não se pronunciaram.

O Relator, João Paulo Ávila

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

A Presidente, Renata Correia Botelho

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, (não temos Governo para já):

Em primeiro lugar saudar os promotores e subscritores desta petição na pessoa da primeira subscritora que pede efetivamente a definição de datas para o início da construção das novas instalações da Escola Rui Galvão de Carvalho na Vila de Rabo de Peixe.

Esta é uma legítima aspiração da comunidade escolar e da população da Vila de Rabo de Peixe que há mais de 13 anos, há cerca de 13 anos aguarda pela melhoria de condições prometidas nesta escola e esta escola apresenta, de facto, condições de grande degradação, apresenta ainda aquilo que existe, infelizmente, em várias escolas da Região, telhados com amianto, coberturas com amianto. Não é a única e chegados a 2018 estas situações continuam a existir nas escolas da Região Autónoma dos Açores.

Esta é uma escola com cerca de mil alunos do 5.º ao 9.º ano, cujas obras de construção têm sido incluídas nos planos regionais ano após ano, têm sido incluídas, mas nunca são concretizadas.

Parece que é apenas um lembrete para que o Governo Regional não se esqueça que tem aquelas obras para fazer, mas concluí-las, torná-las realidade é que não acontece.

Mas as promessas sobre esta legítima aspiração da comunidade escolar vêm de há muito.

Só para citar algumas, em 2006, o então Presidente do Governo Regional, Carlos César, na sua intervenção na cerimónia de lançamento da primeira pedra da escola de 1.º ciclo contígua à escola do 2.º e 3.º ciclo Rui Galvão de Carvalho, que estão na mesma área, dizia o seguinte e passo a citar: “Depois de procedermos à requalificação global das instalações ...

Depois procederemos [aliás, peço desculpa] à requalificação global das instalações do 2.º e 3.º ciclo, dando novas valências e uma nova qualidade a este complexo escolar. São obras que se estimam em 10 milhões de obras e que dotaram Rabo de Peixe de um moderno estabelecimento de ensino a par do melhor que os Açores têm.”

Dizia ainda que: “O combate ao insucesso escolar e ao abandono precoce continuam a ocupar grande parte das nossas preocupações, pelo que todo o esforço que desenvolvemos e o investimento que fazemos em construções escolares visam criar condições para ultrapassarmos esses défices sociais.”

Bem, mas a julgar pelas declarações do Sr. Secretário Regional da Educação e Cultural que não está aqui hoje, mas que afirmou em comissão que estas instalações não punham em causa o sucesso escolar, parece que algo mudou no entendimento do Governo Regional relativo à qualidade das instalações das escolas da Região.

Em 2012, seis anos mais tarde, a então Secretária Regional da Educação e Formação, Cláudia Cardoso, assinava o contrato para a primeira fase de requalificação do projeto de requalificação da EBI Rui Galvão de Carvalho e

dizia o seguinte e passo a citar: “Os alunos passarão a usufruir de condições mais adequadas à aprendizagem.”

Em 2013, o então Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura, Luiz Fagundes Duarte, dizia, passo a citar: “Posso anunciar, desde já, a continuidade desta requalificação inscrita na Carta Regional das Obras Públicas.”

Foi inscrita, sim senhor, foi inscrita durante vários anos e até agora nada.

Passados tantos anos é quase inacreditável que o Governo Regional se refugie, conforme o relatório da comissão competente, em alegados problemas judiciais ligados aos concursos, quando passaram 13 anos para se concretizar esta obra necessária à comunidade escolar da EBI Rui Galvão de Carvalho.

Esta escola tem de facto ganho diversos prémios.

Recentemente foi nomeada novamente uma *Escola Changemaker*, uma distinção que identifica e apoia projetos nos seus países, projetos que criaram soluções para problemas sociais e tem-no feito e tem-no conseguido apesar do esquecimento a que tem sido vetada pelo Governo Regional, exceto quando é para fazer anúncios, promessas eleitorais e mais promessas sempre que há alguma situação destas, mas que depois não passa à prática.

No último Plano e Orçamento o Bloco de Esquerda apresentou uma proposta de alteração ao plano em que previa uma dotação de um milhão de euros para se iniciar o projeto de renovação e de melhoramento das instalações da EBI Rui Galvão de Carvalho.

O que é que aconteceu?

O Partido Socialista chumbou com a sua maioria absoluta.

Ou seja, o Governo Regional e o Partido Socialista são de facto um obstáculo à concretização deste projeto e têm sido ao longo dos anos.

Posto isto, chegado aqui, resta-me dizer que o Governo Regional deve-se deixar de promessas que têm sido vãs e comprometer-se, desde já, com um calendário, que é isto que os peticionários pedem, claro, realista e que dê resposta a esta

aspiração da comunidade de Rabo de Peixe e da comunidade escolar que há muito o reivindica e há muito necessita desta intervenção numa escola que merece, como todas as outras da Região, ter instalações dignas, que contribuam, sim, para o sucesso escolar.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Jaime Vieira.

(*) **Deputado Jaime Vieira (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Em primeiro lugar, e como não poderia deixar de ser, queria cumprimentar, mas acima de tudo louvar a iniciativa dos subscritores num ato de cidadania e de preocupação em que solicitam ao Governo que estabeleça prazos para execução das obras previstas na Escola Rui Galvão de Carvalho, uma vez que já ouvem falar desta obra desde 2005, ou seja, 13 anos.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Eles dizem 2016!

O Orador: O que os subscritores precisam e buscam é uma resposta a um problema que continua a persistir e que há muito que não deveria existir que é para quando o início da construção da Escola Rui Galvão de Carvalho.

Em comissão o Sr. Secretário referiu que a demora não dependeu e não dependia da vontade do Governo Regional, mas sim de ações judiciais em processos concursais.

No entanto, resta questionar o que fez e o que faz o Governo para apressar todo este processo?

Que iniciativas tomou ou que está a tomar?

Que diligências fez ou está a fazer para resolver este processo?

Deputado João Paulo Ávila (PS): Está no relatório! Se tivesse lido ...

O Orador: Verdade que houve este problema burocrático e que agora está a atrasar ainda mais esta obra. No entanto, agora pergunto de quem foi a responsabilidade da não concretização desta obra desde 2005?

Deputado João Paulo Ávila (PS): Foi respondido na comissão, mas o senhor não estava lá!

O Orador: Sendo a educação uma área direta do Governo Regional levanta-se uma questão: porque não realizou esta obra quando a intervenção e o gasto era menor do que aquela que precisa de ser realizada agora?

Deputado João Paulo Ávila (PS): Também foi respondido e o senhor não estava lá!

O Orador: Porque esperou o Governo até 2014 para novamente olhar para essa escola e que passados oito anos percebe que a intervenção a realizar neste momento é total, ou seja, uma nova escola?

Neste sentido, se a obra fosse realizada em 2005, 2006, 2007 ou 2008 logicamente que o investimento seria claramente menor e é a questão onde nós queremos chegar.

No nosso entender o Governo Regional é o único responsável pela não concretização desta escola.

Deputado Carlos Silva (PS): E a junta de freguesia o que é que fez?

O Orador: Com 949 alunos que compõem esta escola, composto por alunos de Rabo de Peixe, Pico da Pedra e Calhetas, mas que por parte do Governo Regional dos Açores esta nunca foi considerada uma obra prioritária ou simplesmente nunca houve vontade em realizar esta mesma obra.

Neste sentido, Sras. e Srs. Deputados, o PSD entende que esta é uma petição que merece por parte do Governo uma resposta imediata, verdadeira e concreta, pois aquela comunidade está cansada de falsas promessas e inverdades relativas a esta importante pretensão de todos os que compõem esta escola.

Já há muito vem o Governo prometendo esta obra já inscrita em algumas Cartas Regionais de Obras Públicas, bem como em planos do Governo Regional dos Açores.

Será que o Governo está ciente da urgência desta obra?

O Governo tem que estar desperto para a importância desta obra, quer pela questão da saúde pública que ela representa com o telhado de amianto que há muito que a União Europeia recomendou que se retirasse, quer também pela dignificação e pela qualidade de ensino que esta obra vai permitir.

Mais! Esta obra também vai permitir que a Escola Luísa Constantina, escola primária condigna à Rui Galvão de Carvalho, sofra também uma intervenção, uma vez que esta não possui refeitório, realizam as suas refeições num miniginásio existente e não possui um espaço livre para recreio a não ser dois quadrados entre pavilhões para albergar mais de 400 alunos e que quando chove muitos desses alunos tem que ir para as salas de aulas por não haver mais nenhum espaço disponível.

Deputado Carlos Silva (PS): A junta de freguesia e a câmara é que têm que fazer! É competência camarária, Sr. Deputado!

O Orador: Não é isto que merecem os alunos de Rabo de Peixe. Sabemos que houve constrangimentos burocráticos como referiu o Secretário Regional, mas também sabemos que esta obra há muito que deveria de estar realizada e o que assistimos foi o adiamento a seguir de adiamento.

Ainda num passado recente e numa visita do Grupo Parlamentar do PSD a esta escola em Rabo de Peixe, o PSD alertou para a importância da construção da nova Escola Dr. Rui Galvão de Carvalho o mais rapidamente possível.

Assim, desafiamos o Governo a por mãos à obra (o resta do Governo, pelos vistos! Não podemos desafiar o Governo, nem está a pessoa da área!).

Em primeiro lugar, a comunidade escolar de Rabo de Peixe merece saber prazos; em segundo lugar, o conselho executivo precisa de ter respostas; em

terceiro lugar, auxiliares e docentes que há muito dedicam-se àquela escola precisam de uma esperança onde têm sido verdadeiros guerreiros e guerreiras, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: ... pois aquelas condições conseguem fazer muito e bem.

Os pais dos miúdos que anseiam há muito por esta obra e sentem-se angustiados por saberem que os seus filhos continuam numa escola com telhado de amianto, injustiçados e revoltados porque não entendem o motivo pelo qual a obra ainda não foi realizada.

Em quinto, as crianças e jovens de Rabo de Peixe que já há muito deveriam ter outras condições não estando sujeitos a levar com o amianto que lá existe, que não sabemos o risco que este trará, bem como para poder melhorar o gosto pela escola melhorando a sua relação com esta, tornando-a mais apelativa permitindo a estes alunos melhorarem o seu sucesso escolar.

Ao contrário do que outros possam pensar, condições boas num espaço físico é também uma condicionante para melhoria dos resultados escolares.

Digo isto por conhecimento de causa, uma vez que na mesma escola foi construído num passado recente, mais concretamente em 2013, uma ala com 20 salas, onde um comportamento dos alunos é exemplar, estudam muitas vezes sozinhos e respeitam aquela infraestrutura e conseqüentemente os resultados escolares estão a melhorar.

Estes são vários fatores que o Governo tem de ter em conta e dar uma resposta aos petiçãoários, mas no nosso entendimento esta resposta só faz sentido se for acompanhada com uma certeza que é que a obra irá iniciar-se já no próximo ano.

Hoje, faço um apelo ao Governo, que faça todos os esforços pelos motivos apresentados e por mais alguns que existem que haja obra e que seja no próximo ano civil.

Trata-se de repor justiça, uma vez que (como o Sr. Secretário já o afirmou) o concurso lançado sofreu retrocessos devido à reclamação das empresas concorrentes e como tal o Sr. Secretário pode e deve corrigir a injustiça que foi cometida concretizando esta obra no próximo plano e orçamento, não prejudicando mais quem muito já foi prejudicado.

Disse. Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Primeiramente saudar os peticionários pela apresentação desta petição relativa ao estabelecimento de prazos para a execução das obras previstas na Escola Rui Galvão de Carvalho, nomeadamente a primeira signatária, a professora Sofia Bastos Alexandre, nesta manifestação de uma cidadania ativa, dando voz através deste instrumento de uma reivindicação e acima de tudo de uma necessidade que se arrasta há muitos anos em que os peticionários vêm as suas expectativas defraudadas de compromissos assumidos, mas não cumpridos.

O que os peticionários pretendem com esta petição é uma definição de uma data, uma previsão de uma data para o arranque destas obras naquela escola, uma vez que estas são esperadas desde 2005, há sensivelmente 13 anos e a verdade é que a unidade orgânica apresenta falta de condições nas infraestruturas que vão a vários níveis, desde os telhados em amianto, da falta de espaço, da falta de espaços cobertos, de salas e, portanto, o que pretendiam era apenas uma estimativa de uma data para o início das obras.

Contudo, em trabalho de comissão, na audição do Sr. Secretário, este demonstrou uma incapacidade política e logística para apresentar uma previsão razoável para o início da obra.

Estava aberto o concurso. Sabemos que quando se pede uma previsão, é exatamente isso, é uma estimativa de uma data, sabemos que é necessário cumprir com o código do procedimento de contratação pública, mas a verdade é que no próprio código de contratação pública existem prazos que são estipulados, quer para as reclamações, quer a apresentação de propostas, para a solicitação de documentos e, portanto, parece-nos que era possível fazer uma planificação e uma calendarização e assim apresentar uma previsão de uma data.

Sabemos que já no passado foram e existiram ações judiciais em relação a esse processo, mas quando se pede uma previsão, uma calendarização, não é prever uma situação excecional, mas sim o que o código do procedimento concursal prevê e, portanto, com esta petição fica a conclusão e a constatação de que efetivamente o Governo não pode adiantar uma data, uma estimativa de uma data, porque efetivamente existe uma total desorganização e planificação por parte deste e como tal não conseguimos aceitar como é que é possível não adiantar uma estimativa de uma data numa necessidade tão urgente como esta.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa não tem inscrições.

Sra. Deputada Susana Costa tem a palavra.

(*) **Deputada Susana Costa (PS):** Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Exmas.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Exmos. Membros do Governo:

É com muito salutar apreço que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista olha para as preocupações manifestadas por estes peticionários, liderados pela primeira subscritora Sofia Bastos Alexandre.

A questão das obras na escola de Rabo de Peixe é um assunto que tem sido de facto vítima de procedimentos jurídico-administrativos, como já vários parlamentares aqui denunciaram, aos quais naturalmente o Governo Regional tem de obedecer.

Como sabem o atual processo remonta a 2014 (estou a referir-me a este atual processo), ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E os outros?

A Oradora: ... quando é lançado o concurso para a elaboração de um projeto de arquitetura para a escola, por ajuste direto, aos três primeiros classificados. Ora, a empresa que ficou em terceiro lugar interpôs uma providência cautelar e o processo de litigância foi extremamente moroso.

Quando ganhou numa primeira fase o Governo Regional automaticamente contratualizou a empresa que tinha ficado em primeiro lugar, mas a empresa que esteve em terceiro lugar novamente interpôs em tribunal uma queixa. Portanto, este processo jurídico foi de tal forma longo que só em agosto de 2017, Sras. e Srs. Deputados, só em agosto de 2017, é que houve uma clara limpeza dos processos jurídicos e a possibilidade de avançar com o processo de contratualização que é este que está precisamente agora no presente a decorrer.

Na realidade não há dúvidas e creio que não pode haver dúvidas de que o Governo Regional tem plena consciência das necessidades afetas à escola de Rabo de Peixe e, aliás, a muitas outras escolas da Região.

Aliás, é por isso mesmo que no Plano Anual Regional que foi aprovado em 30 de novembro de 2017, como o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda já fez menção, há um conjunto de intervenções no parque escolar açoriano. Vou fazer referência a algumas porque me parece que são importantes, manifestam a clara manifestação, preocupação e concretização com as condições do parque escolar dos Açores. É o caso da Escola do Canto da Maia, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não tem nada a ver!

A Oradora: ... que as obras como sabem estão em fase final, prestes a serem inauguradas.

Nos Arrifes o projeto de arquitetura já se encontra pronto e as obras vão iniciar-se no último trimestre de 2018.

Na Lagoa, também com procedimentos concursais ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Posso falar no refeitório do Corvo? Pode-se falar em tudo ...!

A Oradora: ... que vão ser abertos no corrente ano de 2018.

Na Ribeira Grande já está em processo de consulta pública o projeto com os três concorrentes.

Na Escola das Capelas, que também já foi assinada a consignação do projeto e, portanto, as obras rapidamente serão.

Na ilha das Flores também com procedimento a consulta pública e na Calheta, tal como em outras escolas, as obras já estão na sua fase final, sendo inauguradas também no último trimestre de 2018.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Escola de Rabo de Peixe, Sra. Presidente!

A Oradora: E a escola de Rabo de Peixe, Sras. e Srs. Deputados, está plasmada nesta lista de preocupações do Governo Regional até por outra ordem de razões e estas são preocupações muito relevantes que efetivamente, também como já foi aqui referido por várias Sras. e Srs. Deputados, que se relacionam com a retirada do amianto das construções escolares e de outros equipamentos construídos na Região.

Como sabem a fibra de amianto foi usada em construções por toda a Europa, com maior ênfase nas décadas de 1970 e de 1980, e o uso subsistiu até à década de 1990. A confirmação de possíveis danos para a saúde pública fez com que em 2009, e de acordo com orientações europeias, o Governo Regional por via do seu Decreto Legislativo Regional n.º 12/2009/A tenha dado um prazo de 10 anos para atender à retirada do amianto das escolas insulares, este prazo é

extensível até 2019. É por isso que, Sras. e Srs. Deputados, se lerem com atenção o plano anual do Governo este compromete-se efetivamente com as obras na escola de Rabo de Peixe e nas outras que já mencionei, não só porque é uma necessidade intrínseca destes edifícios, mas acima de tudo porque estão em causa ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas não foi isso que o Sr. Secretário disse em comissão!

A Oradora: ... as questões da saúde da população escolar que este DLR de 2009 já estava a tomar as devidas precauções.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas ainda tem amianto!

A Oradora: Por fim, é particularmente importante que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista deva salientar o excelente empenho que também aqui já foi referido e das competências dos seus alunos. Há dois exemplos muito claros que comprovam o excelente trabalho que é feito nesta instituição escolar. Um já aqui referido, a distinção da escola na receção do prémio *Changemaker* da associação Ashoka.

Recordo mais uma vez que foi a única escola das regiões autónomas, quer dos Açores, quer da Madeira, a receber esta distinção e, aliás, recordo que esta Assembleia Legislativa Regional e foi aprovado por unanimidade um voto de congratulação a 18 de abril.

Também foram os alunos do 2.º ciclo desta escola de Rabo de Peixe que ficaram em 1.º lugar no VIII Concurso Regional IdeiAçores, numa iniciativa do Governo Regional, onde a cerimónia decorreu há muito pouco tempo, e que envolveu três mil alunos e os alunos de Rabo de Peixe do 2.º ciclo tiveram o 1.º lugar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Onde isso já vai!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isto tem a ver com a escola de Rabo de Peixe?

A Oradora: Assim, que se esclareça: as obras em Rabo de Peixe são precisas, o Governo Regional tem consciência desta necessidade e irão ser feitas e é natural que esta preocupação com o estado material dos edifícios é naturalmente uma realidade e por isso todos nós temos, sem dúvida, que reconhecer o mérito inequívoco desta petição.

Mas uma escola, Sras. e Srs. Deputados, é muito mais do que o seu edifício material e a escola de Rabo de Peixe é um precioso exemplo da conjugação dos esforços que verdadeiramente fazem uma escola, ou seja, o papel do conselho executivo, do seu corpo docente, do corpo de funcionários não docentes, dos alunos, dos seus pais, dos seus encarregados de educação que certamente se associaram às preocupações de todos os peticionários, mas que felizmente não se deixam travar, nem cruzar os braços em prol daquilo que verdadeiramente é para eles e creio que também para todos nós que estamos aqui hoje sentados que são os nossos alunos.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Sras. e Srs. Deputados!

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Começo por fazer uma leitura do tema desta petição, aqueles menos atentos poderão ter ficado perdidos em relação à volta ao mundo que agora acabou de ser efetuada.

Deputado Carlos Silva (PS): Só o senhor anda no caminho certo!

O Orador: Não é sobre a Berlengas, nem nada disso. A petição é sobre “a definição do início da construção das novas instalações da Escola Rui Galvão de Carvalho”.

O que é que eles pedem?

Não, porque ganhámos concursos e tudo isso e tal ... O que eles pedem é que a Secretaria, o Governo Regional diga quando é que começam as obras e se responsabilize em relação a uma data. Isto é a petição, isto é que é o conteúdo da petição. Tudo o resto é fogo de artifício.

Se os peticionários estiveram a ouvir isto: “Quando é que se chega ao conteúdo da petição?”

Quando é que se chega ao conteúdo nas intervenções que me antecederam?

Porque a questão é esta: é que há resposta para tudo, pode dizer-se muita coisa sobre tudo, só não se diz é sobre a petição e a petição e a resposta à petição?

Se o Governo se responsabiliza em relação a uma data do início das obras? Se se responsabiliza com um calendário?

A pergunta é esta.

As pessoas estão fartas de ser enganadas, estão fartas de promessas vãs, estão fartas de legislatura após legislatura apresentarem uma situação tremenda naquela escola, uma situação indigna que nos envergonha a todos. Ao menos aqueles alunos ainda podem comer no ginásio. Os alunos do Corvo nem isso. Não comem pura e simplesmente.

Eu digo isto para ninguém se esquecer, porque eu não estou esquecido do tema, e estou à espera que o Governo tome as devidas providências para cumprir para que no dia 1 de setembro os alunos do Corvo possam tomar as suas refeições a partir do dia 1 de setembro, porque se não o fizer evidentemente tomarei as devidas providências do ponto de vista político. Disse que o faria e vou cumprir.

A questão é a seguinte, voltando e regressando ao tema, como viram o meu périplo foi muito mais curto, portanto, fiquei ali no Corvo, mas já regresso aqui ao objeto e o objeto foi o seguinte: o Sr. Secretário foi confrontado com este objeto da petição, ou seja, as pessoas querem saber, querem que o Governo, querem que o Parlamento sirva de intermediário e que diga ao Governo o seguinte ... Queriam que no plano e no parecer figurasse o seguinte: nós queremos que o Governo se comprometa em relação a uma calendarização e o Sr. Secretário Regional da Educação ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Que cá não está!

O Orador: ... e Cultura, do alto da sua arrogância, disse o seguinte: “Não me comprometo com nenhuma calendarização! Não me comprometo com nenhuma calendarização!”

Portanto, isto significa uma resposta negativa àquela que é a pretensão dos peticionários. O Parlamento, através da maioria, inviabilizou que a resposta a dar aos peticionários, aqueles que eles solicitavam que fosse definida uma calendarização, fosse efetivamente efetuada, porque vejam bem (por isso é que votei contra, o PPM votou contra, toda a bancada do PPM votou contra), porque é que eu votei contra?

Votei contra, porque o que diz aqui o parecer é o seguinte, diz assim: “A presente petição tem como principal objetivo que se defina as datas para a realização da intervenção.” Muito obrigado, isso eles já sabiam, já sabiam que essa era a pretensão.

A seguir diz assim: “Os peticionários alegam que as condições atuais da escola tornam urgente uma intervenção nessa estrutura”, diz o parecer. Isso eles também já sabiam. Já tinham escrito isso. Também não dá nenhuma resposta.

Foi ainda dito pelo Secretário da tutela que está “iniciado o novo processo e o Governo Regional tudo fará para dar a celeridade possível.”

O que é que isto significa?

Tudo e nada. Celeridade possível, pode ser nesta legislatura, pode ser no próximo ano, pode ser a seguir, ou seja, os peticionários quando receberem este parecer vão dizer “mas aqui não temos a resposta para a nossa pretensão.” O Parlamento não está a sugerir, como deveria ter feito no parecer, que o Governo Regional defina urgentemente uma data para o arranque das obras para que aquelas crianças tenham as condições que merecem e condições dignas.

O Governo respondeu positivamente?

Não, não respondeu. Disse, pura e simplesmente, que não respondia e que não se comprometia com nenhuma data.

Os senhores dizem “hoje em dia é difícil comprometermo-nos com uma data, comprometermo-nos com determinadas obras e comprometermo-nos com determinadas realizações.”

Eu tenho aqui na mão mais um livrinho, não sei se posso citar, peço desculpa, que é um programa do Governo. Está escrito, estão aqui assumidos compromissos, centenas e centenas de compromisso.

É evidente que o Sr. Secretário no âmbito do desempenho das suas funções deveria ter dito se assumia ou não assumia uma calendarização. Esta calendarização podia ser nós vamos concretizar a obra de 2018 a 2020. Temos uma calendarização e um compromisso, mas não. O Sr. Secretário, pura e simplesmente, recusou-se terminantemente a assumir um compromisso com os peticionários.

Em democracia não há cheques em branco. Em democracia as pessoas assumem compromissos. Os deputados assumem compromissos. O Governo Regional assume compromissos em relação ao programa que pretende concretizar, mas o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura é um caso especial, não assume nenhum compromisso. Não assume nenhum compromisso! Tem uma visão diferente da democracia, é uma visão da democracia em que não existe um contrato social. Portanto, é anterior ao século

XVIII. O século XVIII ficou definido um contrato social. Os eleitos estabelecem (atualmente chama-se programa eleitoral) um contrato social, assumem um compromisso. O Sr. Secretário é pré-contrato social, é anterior ao período iluminista. Portanto, é pré século XVIII e nesse sentido há pouco mais a dizer em relação aos senhores peticionários.

Concluindo a intervenção que têm toda a razão em relação às questões que apresentaram. Aquelas crianças, aqueles jovens merecem ter outras condições. O Governo tinha a obrigação de ter respondido de forma positiva áquilo que lhe foi solicitado por tantas centenas de pessoas, que assumisse uma calendarização.

A Representação Parlamentar do PPM lamenta que o Governo Regional do alto da sua arrogância não tenha respondido de forma positiva aos peticionários.

Meus senhores, termino dizendo o seguinte: considero que neste momento o nosso sistema educativo vive um caos. Já não são só as instalações. Há também problemas tremendos em relação à falta de recursos humanos e em relação à falta de professores em muitas das nossas escolas e a situação só tende a piorar e porquê?

Porque o Governo Regional, nomeadamente este Secretário Regional da Educação e Cultura, não ouve ninguém, não quer debater nada e, portanto, a situação só tenderá a piorar.

Termino, Sra. Presidente, com esta última referência de carácter genérico, mas penso que estive muito mais próximo do tema central do que intervenções que me antecederam.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem a palavra.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Saudamos os peticionários e achamos importante que os alunos, ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... professores e todos aqueles que trabalham na Escola Rui Galvão de Carvalho tenham condições dignas para lecionar.

É legítimo que exijam que a escola tenha infraestruturas dignas para o bom aproveitamento escolar e só assim é que podemos combater efetivamente o insucesso escolar na nossa Região e em todas as escolas.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não temos mais inscrições.

Vamos fazer um intervalo.

Regressamos às 18 horas e 10 minutos.

Eram 17 horas e 36 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, peço que ocupem os vossos lugares, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 19 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto oito da Agenda: **Proposta de Resolução n.º 8/XI – “Atribuição de Insígnias Honoríficas Açorianas”**.

Julgo não haver inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

Não é uma urgência, não. É um debate normal.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Naturalmente inscrevi-me para discutir esta iniciativa porque, obviamente, tendo realizado uma conferência de imprensa em relação a este assunto e tendo tomado posições públicas, seria de estranhar que o PPM não debatesse e não apresentasse a sua posição neste âmbito.

Eu devo dizer o seguinte, e não é com ânimo, mais uma vez, evidentemente, que vou formular algumas críticas em relação ao líder parlamentar do Partido Socialista, mas não é com nenhum ânimo de perseguição ou de nenhum ânimo de inimizade pessoal.

É pura e simplesmente porque ele é o representante do grupo parlamentar que participou neste processo e, portanto, obviamente, tenho discordâncias que tenho que apresentar. Não há outra forma de realizar o debate parlamentar.

E devo dizer o seguinte. O Partido Socialista, como o partido mais votado e o maior partido parlamentar, é quem conduz este processo e nós remetemos as propostas para o líder parlamentar do Partido Socialista e é o líder do Partido Socialista que faz esta coordenação. E este ano a coordenação foi caótica.

O Sr. Deputado André Bradford só no dia 12 de maio às 17h24 é que remeteu a proposta da lista de agraciados para 2018. E nessa resposta não continha o currículo de cada um dos agraciados e apenas os nomes que nos remeteu a esta hora precisamente.

O que eu respondi é que esta questão deveria ser analisada no âmbito da Conferência de Líderes, até porque algumas horas antes tinha dito também que o nome apresentado pela Representação Parlamentar do PPM foi no dia 08 de março de 2018, muito a tempo, e com o currículo completo, esta proposta só foi respondida também no dia 12 de maio, umas horas antes, a dizer que o Partido Socialista não concordava porque queriam apresentar uma outra iniciativa em relação a uma entidade da Ilha do Corvo.

Bem, o que devo dizer é que a reunião da Conferência de Líderes realizou-se na segunda-feira e fomos confrontados, todos os outros líderes parlamentares, com

esta situação, que a Assembleia já tinha realizado os convites, já tinha remetido os convites para as diversas entidades e para as pessoas que serão homenageadas e que irão receber as insígnias. Portanto, que a discussão era uma discussão, não fazia sentido. E vejam bem. Agora neste momento é que nós estamos a votar. Neste momento é que nós estamos a votar. Mas as pessoas já foram todas contactadas desde o dia 12 de maio.

Eu considero que este processo é um processo que está profundamente errado. É um processo de uma irresponsabilidade total. É um processo em que não houve a análise do currículo das pessoas e em que os diversos partidos não tiveram oportunidade de se pronunciar sobre estas propostas. É profundamente errado e é por isso que o PPM irá votar contra esta iniciativa.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda irá abster-se no projeto agora em apreciação e também não o subscreveu.

Pelas razões que vou apresentar, julgo que ficará claro que não estão em causa pessoas ou instituições, as que vão ser, obviamente, agraciadas no dia 21 de maio no concelho da Madalena, ilha do Pico.

Desde que o Bloco de Esquerda entrou nesta Casa, sempre questionou o método que tem sido praxe para a decisão das insígnias a atribuir. Este método assenta, basicamente, na convergência de posições entre os dois maiores partidos, Partido Socialista e Partido Social Democrata, cabendo aos restantes a capacidade de propositura.

Por outro lado, o método utilizado com votação por lista não permite, em nenhum momento e de forma regulamentar, o questionamento individualizado

ou até mesmo a expressão individual de cada força política sobre as propostas apresentadas.

Tal como no passado, continuamos a defender, em nome da dignidade desta Casa, e até de certa forma dos próprios agraciados, a alteração deste processo de decisão. Particularmente neste ano, a situação foi atrapalhada.

No passado dia 12, o Bloco de Esquerda teve acesso à proposta de lista de pessoas e entidades a serem agraciadas, assim como aos respetivos currículos. Na segunda-feira fomos informados de que as pessoas e entidades constantes desta mesma lista já tinham sido contactadas e todo o processo logístico, deslocações, já estava em curso.

É nosso entendimento que este não é um método de trabalho com o qual possamos concordar, muito menos é um método democrático.

Consideramos então que é necessário, porventura, no quadro do grupo de trabalho de alteração ao Regimento, adotar procedimentos que tornem este processo mais transparente, mais participado, de forma a dignificar a atribuição de insígnias e o próprio Parlamento.

Assim, é óbvio que a nossa posição, perante esta proposta e este processo, só pode ser de abstenção.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Bom, praticamente já disse, o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, não me vou repetir nem vou repetir o que se passou nas conversações. Disse o que tinha a dizer na reunião da Conferência de Líderes.

Sobre essa matéria, entendo que o processo tem que ser modificado, o processo tem que ser alterado, tem que ser feito de uma forma mais participada, mas sobretudo mais atempada, e tem que haver uma análise curricular até para

dignificação das insígnias e dignificar as insígnias que nós atribuímos. Todos têm que participar no regime em condições de igualdade, com certeza, e as dúvidas que coloquei na altura foram exatamente essas.

É preciso reformular totalmente o processo de atribuição das insígnias, até por um grupo de trabalho que integre os grupos parlamentares, uma nova forma do Regimento, qualquer outra metodologia menos esta. Já tinha chamado à atenção o ano passado, voltei a chamar à atenção, não estou em conflito com ninguém, nem o CDS está em conflito com ninguém, mas é preciso, julgo que a bem de todos e desta Casa, reformular o método de atribuição de insígnias e nesse sentido vamo-nos abster por isso.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem a palavra.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Decorreu este ano, com muitas atribuições, todo o processo da lista de agraciados com as insígnias honoríficas açorianas. Tudo se passou de forma muitíssimo diferente no ano passado, refira-se.

Desde esta listagem este ano acordada entre o PS e o PSD ter sido muito tardia enviada e partilhada com as restantes forças políticas, até ao facto de não ter sido fornecida uma breve biografia das entidades e personalidades agraciadas, este processo decorreu de forma lamentável.

Relembre-se que as insígnias honoríficas açorianas visam distinguir, em vida ou a título póstumo, os cidadãos e as pessoas coletivas que se notabilizaram por mérito pessoais ou institucionais, atos e feitos cívicos ou por serviços prestados à Região.

Consideramos que o processo da lista de agraciados com as insígnias honoríficas açorianas deve, todos os anos, decorrer sempre de forma atempada e

transparente. Como certamente ninguém terá conhecimento de todas as pessoas e instituições quando apenas se indicam os seus nomes, consideramos ser necessário, sempre, algum tempo para a apreciação das entidades pré-indicadas para serem agraciadas. Tal não aconteceu este ano.

Assim, a Representação Parlamentar do Partido Comunista Português vai-se abster nesta votação da atribuição das insígnias honoríficas açorianas.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado André Bradford tem a palavra.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Bom, esta é uma matéria em relação à qual não é habitual fazer-se um debate em plenário, que tem a sua delicadeza, uma vez que nós estamos a aprovar uma resolução que visa distinguir pessoas a quem reconhecemos mérito e entidades, e sobre as quais não deve pairar um confronto entre partidos. E, portanto, acho que devemos ter muito cuidado no tratamento deste assunto, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

O Orador: ... mas há uma ou duas questões que eu gostava de esclarecer do ponto de vista do Partido Socialista.

Primeiro, um *mea culpa* do Partido Socialista e meu pessoal, no facto do processo este ano ter começado mais tarde do que é habitual. Isso é verdade, o processo começou mais tarde do que é habitual.

Em segundo lugar, uma correção. É que não há nada no processo deste ano que seja diferente...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Há sim!

O Orador: ... dos processos anteriores e particularmente do processo do ano passado no qual eu também tive oportunidade de participar.

E, portanto, o que foi feito este ano, foi exatamente o mesmo que foi feito no ano transato.

Outra correção. Também não é verdade que não tenha sido prometido às várias forças políticas fazerem chegar a sua opinião sobre a lista apresentada, sob um formato final, mas sempre condicionado, naturalmente, a aprovação em plenário.

Aquela lista que foi distribuída, foi distribuída permitindo um prazo para que cada um se pronunciasse, comentasse, fizesse chegar a sua opinião, eventuais dúvidas, pedisse esclarecimentos, e nada disso aconteceu.

Eu fiz circular a lista, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não, não!

O Orador: ... recebi do CDS-PP um contacto, esclarecemos alguns pontos, tivemos alguma conversa, as coisas resolveram-se.

Também o mesmo aconteceu com o PSD, os outros partidos nada me disseram, nada me fizeram chegar. A não ser o PPM que disse, num determinado ponto do processo, que achava que o assunto devia ser discutido era na Conferência de Líderes na segunda-feira. Mais nada.

E, portanto, dizer-se agora que o processo não permite uma opinião individualizada sobre as pessoas e as entidades propostas não é verdade. O processo permite, numa fase anterior. Não agora aqui, obviamente. Mas numa fase anterior permite.

Se o Bloco de Esquerda tinha alguma dúvida sobre determinada personalidade, algum esclarecimento necessário, não conhecia alguma entidade, podia perfeitamente ter feito chegar esse conjunto de dúvidas e elas seriam, naturalmente, esclarecidas. Isso não aconteceu.

E, portanto, o processo foi o que foi. Começou mais tarde, é verdade. Foi tão participado quanto cada um entendeu que devia ser. A possibilidade existia. Não foi exercida, foi exercida na segunda-feira. Pois, mas na segunda-feira já existia uma lista final distribuída, já tinha havido contactos por parte da Presidência da Assembleia telefónicos com cada um dos partidos que ainda não

se tinham manifestado. Já na sequência desse contacto telefónico, o único que não foi possível fazer-se, ao que sei, foi com o Sr. Deputado do PPM, que o telefone não estava disponível.

E, portanto, esta é a história do que se passou. É o filme do que se passou.

É verdade que os partidos não estão obrigados a concordar com esta lista. Era desejável que isto fosse por unanimidade, era desejável que o consenso fosse o mais alargado possível. Mas o processo foi o que foi, e foi assim como eu contei. Tal e qual como eu estou a contar.

E, portanto, há aqui coisas que precisavam de ser corrigidas. Nós, obviamente que reconhecendo que podemos e devemos criar um outro tipo de procedimento, que salvguarde todo este conjunto de dúvidas que os partidos têm, e estando disponíveis para participar nesse entendimento, estamos também conscientes de que esta é uma lista que reproduz o sentir daqueles que têm assento neste Parlamento, e que as pessoas que aqui estão e as entidades que aqui estão, merecem ser condignamente agraciadas no Dia da Região, na próxima segunda-feira.

Muito obrigado.

Vozes de alguns deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Factos.

Facto um. Tenho aqui cópia de um email. A lista final de agraciados com as pessoas que receberiam as insígnias foi enviada apenas no sábado às 17 horas e 24 minutos. 17 horas e 24 minutos! Estas pessoas, antes desta data, ninguém tinha conhecimento...

Deputado André Bradford (PS): Isso não é verdade!

O Orador: ... desta lista final de agraciados.

Não tinham! Não tinham conhecimento da lista final de agraciados.

Deputado André Bradford (PS): Da lista final não tinham!

O Orador: Não tinham!

Como é que eu posso dar a minha opinião sobre uma coisa que eu desconheço?

Deputado André Bradford (PS): Mas conhece desde sábado!

O Orador: Eu e todos os outros.

Portanto, a verdade é esta.

Há falhas, atrasos? Não, não há atrasos.

Esta questão aqui é da responsabilidade, não vou dizer do Partido Socialista, nem sequer vou dizer que é do Sr. Deputado André Bradford. Vou dizer que é da responsabilidade do líder parlamentar do Partido Socialista, que é ele que tem essas responsabilidades.

O processo foi horrivelmente malconduzido por V. Exa.. V. Exa. é que tem a responsabilidade nesta matéria.

Porque nos outros anos, a proposta que nos foi avançada chegou antes dos convites serem feitos. A Assembleia realizou os convites no sábado! Foi às 17h24 que nos chegaram os nomes e a Assembleia realizou estes convites no sábado.

Quero dizer também que não foi distribuído pela Assembleia esta análise curricular, portanto, nós colocamos aqui todos os elementos e remetemos para o líder parlamentar do Partido Socialista que tem a obrigação de coordenar esta matéria e esta responsabilidade é só do Partido Socialista.

Portanto, há aqui erros ...

Deputado André Bradford (PS): Isso não é verdade!

O Orador: ... e esses erros são da responsabilidade do líder parlamentar do Partido Socialista.

Agora, o que é que se espera que os partidos possam fazer? Portanto, eu remeti, obviamente, vetam o nome do Partido Popular Monárquico que foi indicado por nós, há um conjunto de pessoas que eu desconheço e eu digo-lhes: “Bom, eu quero discutir esta questão na Conferência de Líderes”, porque há aqui um conjunto de pessoas que está na lista de agraciados que eu desconheço. Desconheço o currículo, desconheço que mérito é que têm para serem indicados para estas insígnias.

Esta questão não tem que ser discutida racionalmente ou estavam à espera que às 17h24 eu enviasse a resposta a um conjunto de nomes que nunca tinham sido divulgados e dissesse: “sim, estou de acordo”?

Isto aconteceu alguma vez? Nunca aconteceu.

“Sim, estou de acordo”.

“Ah, e quais são os motivos?”.

“Não quero saber”.

Todos nós nos preocupámos nos anos anteriores em saber porque é que estas pessoas são indicadas.

E, portanto, aqui da parte do Partido Socialista, o que estava à espera era que os líderes parlamentares dos outros partidos lavassem as mãos e dissessem: “estamos de acordo com as vossas decisões”.

Deputado André Bradford (PS): Não é verdade!

O Orador: Não conhecemos, não temos o nome das pessoas, o convite está feito, na segunda-feira, para nosso grande espanto, os convites já tinham sido realizados e não havia nada a fazer.

Aliás, neste preciso momento em que estamos a discutir, as pessoas já foram convidadas, mas ainda não foi sequer votado. Ainda nem sequer foi votado e cada deputado é soberano do seu voto, cada deputado que aqui está.

E se algum dos outros deputados não estivesse de acordo? E se a lista fosse reprovada hoje? Porque cada deputado é que pode decidir.

Portanto, as pessoas são convidadas antes da votação? As pessoas são convidadas antes dos diversos partidos conhecerem quais são as individualidades?

Portanto, tudo isto está profundamente errado e, portanto, o que o Sr. Deputado André Bradford disse não corresponde à realidade e deveria era ter reconhecido a sua enorme responsabilidade nesta matéria. E é evidente que tem que ser corrigido e é evidente que a lista de insígnias foi escolhida assim, e não é por acaso que, pela primeira vez na história, apenas subscrita por dois partidos.

(*) **Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa obriga-se só a fazer aqui um pequeno esclarecimento, Sr. Deputado Paulo Estêvão, até porque quem nos está a ouvir não fique com dúvidas sobre uma questão que referiu e já é a segunda vez que a refere.

A votação da proposta de resolução das insígnias honoríficas é sempre, sempre, sempre foi votada depois de contactadas as pessoas. Porque, naturalmente, sempre...

Sim, mas o senhor por duas vezes...

Porque, como sabe também, a proposta vai à CAPAT, que emite um parecer. E, portanto, eu só quero é que fique claro que da forma como o senhor diz isso, até parece que isto é tudo feito com leviandade e não é o caso.

Todos os anos, a proposta das insígnias é votada depois de todos os aspetos logísticos estarem realizados e depois da CAPAT emitir o seu parecer.

E, portanto, Sr. Deputado, não é verdade aquilo que o Sr. Deputado diz, porque até parece que nós votamos uma coisa que não faz sentido votar.

Não, faz sentido votar em cumprimento daquilo que é o sentido de voto dos partidos que têm assento na CAPAT. Aliás, como acontece com todas as iniciativas legislativas que entram nesta Casa.

Sr. Deputado André Bradford, tinha-se inscrito. Tem a palavra.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu volto a frisar que acho este debate, ... não quero fugir dele, porque há esclarecimentos que devo prestar à Casa e à câmara e aos Srs. Deputados, mas é um debate que me incomoda profundamente porque eu acho que isto tem potencial para lesar a dignidade daquilo que nós pretendemos celebrar, e seria perfeitamente evitável se não houvesse quem insistisse...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Se o tivesse discutido com competência!

O Orador: ... em transformar qualquer assunto, até os mais sensíveis, num debate prolongado e num caso político.

Mas mais uma vez, eu sou obrigado a esclarecer que o Partido Socialista enviou a sua lista de propostas a todos os partidos ao mesmo tempo e não foi no sábado à tarde. Foi muito antes.

Sobre a lista do Partido Socialista...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Lista final!

O Orador: ... eu recebi contactos e opiniões do Partido Social Democrata e do CDS-PP. Não recebi de mais nenhum partido. Nenhum contacto, nenhuma dúvida, nenhuma questão, nada. Nem sequer responderam. E não há aqui, do nosso ponto de vista, partidos que têm uma obrigação particular de zelar para que haja agraciados e partidos que têm só que estar sentados à espera que lhe façam chegar para depois levantarem o polegar ou baixarem o polegar consoante os nomes aparecem.

Isto é um processo de todos, que responsabiliza todos. E, portanto, é um processo que deve ser conduzido com a capacidade que cada um tem, a minha às vezes é limitada. Foi feito este ano, já disse, mais atrasado do que o que devia ter sido. Foi feito seguindo a mesma metodologia do ano passado, e do nosso ponto de vista, deveria ter tido uma, ... não digo que seja necessário obrigatoriamente haver unanimidade, mas deveria ter merecido também da parte de outros partidos, em particular do Partido Popular Monárquico, um

cuidado extremo no tratamento desta matéria. Esta matéria não me parece que seja matéria que se adegue à realização de conferências de imprensa, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O cuidado deveria ter sido seu!

O Orador: ... mas cada um saberá da forma como gere a sua atuação política.

Seria completamente indicado que obtivéssemos um consenso total. Isso não é possível. Foi possível fazê-lo entre o Partido Socialista e o Partido Social Democrata. Foi possível fazê-lo representando 50 deputados de 57. Deviam ter sido os 57, mas não foi possível. Foram 50 de 57.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não quero prolongar nenhum debate, eu também não gosto de situações tensas. Obviamente, esta é uma situação que se impunha e há uma coisa que eu nunca fujo: das minhas responsabilidades e de um debate político.

É preciso coragem na vida política. Eu tenho que dizer aquilo que eu tenho a dizer. E vou-lhe dizer uma coisa. O senhor está aqui a tentar fugir às suas responsabilidades.

O senhor enviou a lista final de agraciados que tinha as pessoas indicadas pelo PSD e pelo PS às 17h do sábado, dia 12. Ou seja, nós só vimos esta lista final sobre a qual queria que nos pronunciássemos, que ainda não nos tinha remetido. E mais que isso. V. Exa. antes de me indicar no sábado que iria vetar o nome indicado pelo PPM, o senhor telefonou para a pessoa em questão na terça-feira para o Corvo a dizer que não aceitaria a pessoa.

E, portanto, essa é a sua responsabilidade, Sr. Deputado. Já há muito tempo que sabia. Atrasou-se, porque o senhor quis atrasar e o senhor quis fazer essas

manobras, telefonar quatro ou cinco dias antes para a pessoa e dizer-lhe: “Não, não vamos aceitar o seu nome”.

Presidente: Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu julgo que na minha intervenção inicial fui bastante claro sobre as razões da abstenção do Bloco de Esquerda sobre esta matéria.

Mas, apesar disso, gostaria de deixar um último esclarecimento e será, de certeza, a minha última intervenção sobre esta matéria.

A lista final que nós recebemos, no sábado, não era uma lista que trouxesse, por exemplo, algo que julgamos, e que toda a gente deve considerar que é importante, que trouxesse, para além dos nomes, a biografia que acompanha a lista de agraciados.

E julgo que de sábado até hoje, esse prazo é curto para essa análise. Aliás, até hoje à tarde ou até à Conferência de Líderes de segunda-feira, ainda mais curto. E esta razão é a principal, num processo que, já admitido pelo Deputado André Bradford, foi atrasado. Ou seja, um processo que começou tarde e que deve ser revisto no futuro, e que é isso que nós alertamos fundamentalmente, que deve acontecer no futuro, que deve ser revisto, que deve começar mais cedo, e que se deve aproveitar a revisão do Regimento para o regulamentar para que haja um processo mais democrático, mais participado e mais claro.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Duarte Freitas tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta é uma matéria delicada e que deve ser tratada com o máximo sentido institucional, porque estão em causa não só pessoas e instituições, como também está em causa a própria instituição que é o Parlamento Regional.

Da nossa parte, nos momentos próprios e das formas próprias que entendemos mais adequadas, fizemos a nossa análise, fizemos as nossas sugestões.

E sim, é verdade. Este ano as coisas se calhar não correram da melhor forma, nunca correram de forma perfeita, mas eventualmente mais imperfeita ainda desta vez porque, como disse e bem o Sr. Deputado André Bradford, houve um atraso neste processo e que condicionou toda a solução, mas aquilo que eu acho que é importante nós refletirmos é como é que podemos corrigir isto para o futuro.

Já foi falado na Conferência de Líderes, a Sra. Presidente do Parlamento, é preciso reconhecê-lo, este ano, com muita antecedência, fez chegar aos vários grupos e representações parlamentares um modelo para que se pudesse justificar cada um dos nomes apresentados, e quando havia a ideia de que este ano as coisas poderiam correr de forma mais rápida e eficiente, infelizmente aconteceu o contrário.

Mas temos que apelar, todos nós, ao máximo de cuidado e atenção para que se possa corrigir no futuro este processo.

Da parte do Grupo Parlamentar do PSD, eu gostaria de lembrar uma proposta que nós apresentámos em setembro de 2011. Em setembro de 2011, o Grupo Parlamentar do PSD, atendendo a este processo que todos os anos era delicado e complicado, apresentámos uma proposta da criação de uma comissão regional das insígnias autonómicas, com três personalidades eleitas por este Parlamento com maioria de dois terços do Parlamento.

Apresentámos esta proposta de alteração ao decreto legislativo regional. Continuamos a pensar que ela pode ter alguma validade no futuro. Fica para a

reflexão, haveremos de ver. Nós não estamos fechados na nossa proposta de 2011, podemos analisar.

A verdade é que, da nossa parte, atentos a esta problemática que todos os anos se vinha sucedendo, já em 2011 tentámos encontrar uma solução transparente, razoável, digna e institucional. Criar uma comissão regional das insígnias autonómicas com três personalidades de reconhecido mérito eleitas por maiorias de dois terços deste Parlamento, e que depois receberia propostas também, dizíamos como é que poderiam ser as propostas, da parte do Presidente do Governo podia indicar, da parte da Presidência do Parlamento podia indicar, e um terço dos deputados deste Parlamento também podiam fazer indicações, com um regulamento próprio para esta comissão regional.

Eu acho que, de novo, não estando fechados nesta proposta, mas sendo uma proposta que é património também do trabalho do PSD, fica aqui referido que talvez tivéssemos razão na altura, mas infelizmente a nossa proposta não teve vencimento na votação neste plenário, mas sendo esta proposta, ou outra semelhante ou diversa, mas que se possa ultrapassar no futuro esta situação, porque estas insígnias devem servir para ser um momento de união do povo açoriano através dos seus representantes, sublinhando os feitos que alguns dos seus fizeram em prol de todos os Açores.

Vozes de alguns deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Estou inteiramente disponível para debater a proposta do PSD. Obviamente, nos termos em que foi apresentado, estou em desacordo.

Em segundo lugar, devo dizer também que isso não invalida a responsabilidade que o Partido Socialista tem este ano e é isso que estamos a analisar. Este ano, e

é voltar a reiterar, outra vez, que a lista final, ou seja, a que nos chegou no dia 12 às 17h24, tinha nomes que nunca tinham sido divulgados.

No dia 14, os diversos líderes dos partidos são confrontados com nomes que não conheciam e que já tinham sido convidados.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação desta Proposta de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretária: A Proposta de Resolução apresentada foi aprovada com 27 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 voto contra do PPM, 4 abstenções do CDS/PP, 1 abstenção do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos avançar com os nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto nove da Agenda: **Pedido de urgência da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 19/XI – “Define os termos da afetação dos resultados líquidos dos jogos sociais explorados pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa atribuídos ao Governo Regional dos Açores”.**

Para fundamentar a urgência, tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Um pedido de urgência sem dispensa de exame em comissão, da Proposta de Decreto Legislativo Regional referente às verbas da exploração dos jogos sociais pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Como sabem, decorre da Lei de Finanças das Regiões Autónomas que esse valor deve ser atribuído às regiões autónomas, e consta também dessa lei que o

destino e o valor dessas receitas devem ser definidos através de diploma próprio.

Aquilo que fazemos agora é apresentar a este Parlamento uma proposta de decreto legislativo regional que define a nossa opção, mas fazemo-lo também sem dispensa de exame em comissão para que as Sras. e os Srs. Deputados possam também, em sede de comissão, tirar as dúvidas que entenderem pertinentes.

E, por isso, daí este pedido de urgência, que acontece agora, tendo em conta que, como sabem, esta opção foi tomada muito recentemente.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Mónica Seidi tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apesar do PSD votar favoravelmente esta urgência, fico com algumas dúvidas relativamente à necessidade do pedido de urgência sem dispensa de exame em comissão.

Apesar de tudo, penso que o documento é pouco transparente, e faço-o comparativamente ao documento que foi elaborado pelos camaradas socialistas na República, ao qual todos têm acesso, em que vem bem discriminado onde é que serão gastos os valores das transferências destes jogos sociais.

Relembro, por exemplo, e só a título de exemplo, 31% das verbas que chegarão ao Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social serão gastas, por exemplo, em melhorar as condições de vida e o acompanhamento das pessoas idosas.

Portanto, penso que o Governo também poderia ter elaborado um documento mais completo, um documento semelhante, que não se ficasse apenas pela

comparticipação das despesas no plano de investimentos nas áreas da solidariedade social, da proteção civil, da saúde e do desporto.

E digo isto até porque, por exemplo, os nossos parceiros sociais necessitam, obviamente, destas verbas, necessitam deste reforço, aliás, de verbas como de pão para a boca, e recorro, por exemplo, de algumas reivindicações que tem tido recentemente, por exemplo o aumento do valor-cliente que tem sido uma reivindicação antiga, que está aquém daquilo que eles desejam, até porque convém relembrar que nestas verbas irão, por exemplo...

Presidente: Sra. Deputada, estamos apenas na questão da urgência.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Ela está explicando porque é que é mais urgente ainda!

A Oradora: Exatamente.

Este aumento veio colmatar uma falha numa área que o Governo não consegue prestar um serviço e que é sim prestado por parceiros sociais.

Portanto, esperamos que o Governo tenha essa abertura, que estas verbas cheguem urgentemente à Região, e que possam vir reforçar diversas áreas que precisam exatamente das mesmas para a sua sobrevivência.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então votar este pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovada a urgência, pois naturalmente agora descerá à comissão para a tramitação processual habitual.

Passamos para o ponto 10 da Agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 100/XI – “Recomenda ao**

Governo Regional que proceda ao pagamento em atraso relativo ao descongelamento da progressão das carreiras da Administração Pública Regional”.

Este pedido de urgência e dispensa de exame em comissão é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima para justificar a urgência.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O pedido de urgência sobre o projeto de resolução recomenda ao Governo Regional que proceda ao pagamento em atraso relativo ao descongelamento da progressão das carreiras na administração pública regional justifica-se pelo facto do pagamento referido estar em atraso, dado que a primeira fração, de acordo com o previsto no Orçamento de Estado para 2018 devia ter começado a ser paga em janeiro de 2018, e visto que já estamos em maio, justifica-se recomendar ao Governo Regional que proceda a esse pagamento, daí a necessidade de ser discutido com urgência.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação deste pedido de urgência e dispensa de exame em comissão.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em comissão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovada a urgência, então dou novamente a palavra ao Sr. Deputado António Lima para apresentar a iniciativa.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Orçamento de Estado para 2011 congelou as valorizações remuneratórias na administração pública, nomeadamente progressões e promoções na carreira, naquela que constituiu uma das medidas da austeridade que mais se prolongou no tempo e que atravessou governos do PS e do PSD e CDS.

Este congelamento manteve-se nos orçamentos posteriores até 2017. Em virtude da lei do Orçamento de Estado para 2018, teve início, a 01 de janeiro do corrente ano, o processo de descongelamento de todas as carreiras da administração pública, consagrando as alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório, progressões e mudanças de nível ou escalão.

Esta medida, há muito reivindicada pelos trabalhadores e trabalhadoras da administração pública, foi uma das medidas de recuperação de rendimentos prevista no acordo entre Bloco de Esquerda e Partido Socialista na República.

De acordo com o Orçamento de Estado para 2018, todas as carreiras da administração pública são abrangidas pelo descongelamento. Desta forma, todos os trabalhadores que reúnam os requisitos legalmente previstos para as alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório, nas respetivas carreiras, são abrangidos por este processo de descongelamento.

Para tal, foi estabelecido, no Orçamento de Estado, que o pagamento correspondente ao descongelamento das carreiras será faseado, decorrendo em quatro etapas. 25% seriam pagos no mês de janeiro de 2018, 25% em setembro de 2018, 25% em maio de 2019, e finalmente, a última fração em dezembro de 2019.

O Orçamento do Estado para 2018 tem nesta matéria aplicação direta à Região Autónoma dos Açores, e a reposição salarial é determinante para a recuperação de rendimentos de muitas famílias da Região. No entanto, e até ao momento, não foi paga a primeira fração relativa ao acréscimo remuneratório decorrente do descongelamento das carreiras que deveria ter ocorrido no passado mês de janeiro.

Esta demora do Governo Regional é incompreensível e inaceitável. O Vice-Presidente do Governo Regional durante a discussão do orçamento da Região para 2017 afirmou, nesta Assembleia, que bastava um clique para obter toda a informação sobre os trabalhadores da administração pública regional. Agora, quando é para devolver o salário aos trabalhadores, o clique do Sr. Vice-Presidente emperrou.

O Governo Regional deve explicações sobre este atraso e tem de o resolver de imediato. Assim, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Legislativa recomende ao Governo Regional que proceda ao pagamento em atraso relativo ao descongelamento das progressões das carreiras da administração pública regional.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Muito obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Relativamente a esta matéria, gostaria de informar a câmara que, do ponto de vista do Governo dos Açores, os procedimentos conducentes à reposição das valorizações remuneratórias no âmbito do descongelamento da progressão das carreiras, estão a decorrer com total normalidade.

Ou seja, não percebo em que é que o Sr. Deputado ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Dinheiro!

O Orador: ... António Lima se baseia para falar em atrasos. A informação que nós temos e o procedimento que estamos a desenvolver, é que todos os processos que já foram remetidos à DROAP, à Direção Regional da Organização e Administração Pública, no âmbito do levantamento e do cálculo que é feito por cada um dos serviços e departamentos, remetidos à DROAP, já foram pagos e têm sido pagos.

Aliás, neste momento, em resultado do trabalho que está a ser desenvolvido, por exemplo nos meses de abril e maio, as valorizações salariais de 1.227 trabalhadores estão concluídas...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Onde estão?

O Orador: ... e está já concluído o carregamento do SIGRHARA para o processamento de vencimentos em junho para mais 137 trabalhadores.

Aquilo que está a ser feito é conforme aquilo que decorre da lei e conforme aquilo também que foi aprovado no âmbito do Orçamento da Região e do valor reservado no âmbito...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Seja intelectualmente sério!

O Orador: ... do Orçamento da Região para esta valorização.

Esse procedimento está a decorrer com total normalidade. Haverá, com certeza, serviços que já deveriam ter remetido o levantamento que fizeram e os cálculos que fizeram para a DROAP. Agora esse procedimento está em andamento, em total cumprimento pela lei, e, portanto, Sr. Deputado, eu confesso que não percebo esta referência no vosso projeto de resolução relativamente ao atraso dos pagamentos no âmbito do descongelamento da progressão das carreiras da administração pública regional.

Volto a dizer. Esse procedimento está a decorrer com normalidade, está a ser feito todo o levantamento necessário, a contabilização necessária num trabalho que não é com certeza e que não é feito através de um simples clique. É um

trabalho que implica, passo o pleonasma, algum trabalho em cada um dos departamentos, e, portanto, neste momento não há qualquer pagamento em atraso.

Tal como referi há pouco, já houve pagamentos dos processos que chegaram e que foram devidamente validados, e esse processo está, e continuará, a decorrer normalmente.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para solicitar um intervalo regimento de 15 minutos.

Presidente: É regimental.

Regressamos dentro de 15 minutos.

Eram 19 horas e 06 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 19 horas e 24 minutos.

Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Deputado Duarte Freitas pede a palavra para uma interpelação.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Para pedir um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental.

Encerramos desta forma os nossos trabalhos e regressamos amanhã às 10 horas.

Eram 19 horas e 26 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

António Gonçalves Toste **Parreira**

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

Partido Social Democrata (PSD)

Jaime Luís Melo **Vieira**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha **Ferreira**

Partido Social Democrata (PSD)

Maria João Soares **Carreiro**

A Redatora, Ana Machado

Transcrição efetuada por: Renata Costa